



Revista Brasileira de

História Militar

Le Boche crève d'un coup dans l'Aisne



Ano IV - Nº 10
Abril 2013

Editorial

Nesta edição contamos, com a ilustre participação do Professor Marco Antonio Stancik da Universidade Estadual de Ponta Grossa e, mais uma vez, do Professor Mário Maestri da Universidade de Passo Fundo. Apresentamos também um trabalho sobre a Guerra Civil Americana e outro sobre a Sabinada, elaborados respectivamente pelos pesquisadores: Leandro José Clemente Gonçalves; vinculado a UNESP e a UEL e Ronaldo Lucas da Silva, da UGF e UNIRIO. Temos ainda o prazer de disponibilizar o trabalho dos pesquisadores paraguaios, Grizzie Margaret Logan Gómez Sanjurjo e Eduardo Hirohito Nakayama Rojas, apresentado no Encontro de Historiadores Militares realizado na AMAN em 2012 e que por razões técnicas não foi incluído nos anais disponibilizados na edição de dezembro da RBHM. À todos, o nosso agradecimento.

Cesar Machado Domingues
Editor Responsável.



Imagem nesta página:

Maurice Boulanger. Cartão-Postal n. 71, série Gloria, postado em 29 dez. 1914. Apud: STANCIK, Marco Antônio. Poilus, Boches e Alsacianas em cartões-postais franceses da Grande Guerra (1914-1918) disponível nesta edição.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. .Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Poilus, Boches e Alsacianas em cartões-postais franceses da Grande Guerra (1914-1918).....6

Marco Antonio Stancik

O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865.....25

Mário Maestri

Atingindo o Centro de Gravidade do Inimigo: Grant, Sherman e a Estratégia Federal de 1864 para a Vitória sobre os Confederados.....55

Leandro José Clemente Gonçalves

A Sabinada e a República Bahiana (1837-1838): Traços de uma Guerra Irregular no Brasil Regencial.....67

Ronaldo Lucas da Silva

Introducción a las causas de la disputa territorial entre el Imperio del Brasil y la República del Paraguay.....80

Grizzie Margaret Logan Gómez Sanjurjo e

Eduardo Hirohito Nakayama Rojas

Livro em Destaque.....159

POILUS, BOCHES E ALSACIANAS EM CARTÕES-POSTAIS FRANCESES
DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

POILUS, BOCHES AND ALSATIAN WOMENS IN FRENCH POSTCARDS
OF THE GREAT WAR (1914-1918)

Marco Antonio Stancik¹

Resumo

O trabalho analisa representações visuais sobre militares franceses e alemães, bem como sobre o território da Alsácia, conforme veiculadas por intermédio de cartões-postais franceses circulados às vésperas e durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Constata-se a divulgação de um discurso belicoso, porém romântico, por intermédio do qual a guerra e os combatentes foram apresentados naquele contexto.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Representações, Cartões-Postais

Abstract

The study analyzes visual representations about French and German soldiers, and about the territory of Alsace, printed on postcards French produced the eve and during the First World War (1914-1918). These feature a bellicose and romantic speech about the war and the combatants, in that context.

Keywords: First World War (1914-1918), Representations, Postcards

... Ce ciel est notre azur
Ce champ est notre terre!
Cette Lorraine et cette Alsace
C'est à Nous!
(Victor Hugo)²

¹ Professor Adjunto do Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - CEP 84.030-900 - Ponta Grossa - Paraná – Brasil. Email: marcostancik@hotmail.com. O estudo se insere no projeto *História e retratos fotográficos: o ritual da pose nos estúdios (1850-1950)*, coordenado pelo autor junto à UEPG.

² Legenda presente em cartaz francês de 1918 (*Apud* DARRACOTT, Joseph. *The First World War in posters*. New York: Dover Publications, 1974, p. 30).

INTRODUÇÃO

Em dicionário publicado na França no ano de 1916, o leitor que consultasse ao verbete *allemande* obteria somente a seguinte informação: “raramente utilizado desde a guerra”. Em seguida, seria remetido ao verbete *boche*. Este, um pouco mais prolixo, informava tratar-se de uma abreviação de *alboche*, definido como “sinônimo popular de alemão”, apresentando-o ainda como “mentiroso, beerrão, bárbaro, cruel, cabeça dura, cabeça quadrada”, entre outros adjetivos similares.³

A respeito do uso desses estereótipos depreciativos, Ricardo Corrêa Coelho traz alguns esclarecimentos:

Todas essas explicações apontam para a associação do alemão com um indivíduo cabeça dura, turrão, o que vai bem ao encontro da percepção que os franceses tinham dos alemães até a Segunda Guerra Mundial. Para os franceses do final do século XIX e início do século XX, o alemão era certamente um povo muito determinado e disciplinado, mas também um tanto imbecil, meio abobalhado e sem refinamento, que se embebedava facilmente de cerveja e só comia batatas, chucrute e salsichas. (...) Imagem essa que desaparecerá completamente após a Segunda Guerra Mundial, quando os oficiais do exército alemão passarão a ser apresentados como indivíduos frios e perversos, quando não facínoras desequilibrados emocionalmente.⁴

O dicionário francês de 1916 reproduzia aquela tendência. Tratava-se de um pequeno volume intitulado *Dictionnaire des termes militaires et de l'argot poilu*. Obra que, como o próprio título informava, se propunha a esclarecer ao leitor o significado de termos militares, assim como as gírias empregadas pelo *poilu*. A respeito do *poilu*, citado no título e cuja tradução literal é “peludo”, tratava-se de “homem forte e corajoso”, sempre conforme a mesma obra, desta feita reportando-se ao soldado francês.⁵

Ambas as denominações, *poilu* e *boche*, foram amplamente empregadas na França, às vésperas e durante a Grande Guerra (1914-1918), posteriormente rebatizada de Primeira Guerra Mundial. Para que se possa compreender a animosidade expressa pelo dicionário francês contra os alemães, que está diretamente relacionada à exaltação ao soldado francês – o *poilu* – não basta apenas lembrar que aquela edição foi lançada ao longo da Grande Guerra. É necessário recuar no tempo, em busca de mais alguns elementos, entre eles outras guerras, pensando-as como “as mais frequentes

³ *Dictionnaire des termes militaires et de l'argot poilu*. Paris: Larousse, 1916, p. 12, 41.

⁴ COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 103.

⁵ *Dictionnaire des termes militaires et de l'argot poilu*, p. 224.

e duradouras bases dos estereótipos”, por conta dos contatos que elas tendem a proporcionar entre diferentes povos.⁶

Segundo o historiador Eugen Weber, ao longo do século XIX, se “não só a Alemanha, mas também a Grã-Bretanha, e primordialmente a Grã-Bretanha, eram os inimigos da França, (...) desde 1870 o inimigo oficial tinham sido os alemães”.⁷

Por isso, retornemos aos tempos da Guerra Franco-Prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, mencionada pelo autor. Durante esta, o rei francês Napoleão III caiu prisioneiro do Exército prussiano, que, posteriormente, cercou Paris, anexou parte significativa dos territórios da Alsácia e da Lorena, impondo ainda pesadas indenizações a serem pagas pelo governo francês.

Além disso, com a vitória sobre a França, o poderoso Império Alemão dava o passo final rumo à sua unificação, sendo sua indústria bélica favorecida pelo acesso aos minérios disponíveis nos territórios incorporados.

As humilhações sofridas permaneceram na memória do povo francês. O desejo de revanche passou a ser alimentado desde então, tendendo a impregnar a política, a cultura, o imaginário coletivo, portanto, o cotidiano do povo francês. Ainda no início do século XX a vingança contra aqueles que eram pejorativamente denominados de *boches* era percebida por alguns setores da sociedade francesa como uma sagrada missão que não poderia jamais cair no esquecimento.

Sentimento este tão bem expresso por Victor Hugo, segundo o qual:

A França só terá um pensamento: reconstituir as suas forças, reunir a sua energia, alimentar a sua ira sagrada, levar a nova geração a formar um exército de todo um povo, trabalhar sem cessar, estudar os métodos e práticas dos nossos inimigos, para se tornar de novo uma grande Força, a França de 1792, a França de uma ideia com uma espada. Então um dia será irresistível. Então reconquistará a Alsácia e a Lorena.⁸

Para fomentar tais sentimentos, além do Exército, contribuíram ainda a Igreja, o sistema de ensino, sob o patrocínio do Estado, e mesmo o ambiente familiar. E assim, desde as últimas décadas do século XIX, as crianças francesas aprendiam a manejar armas na escola primária. Sempre tendo em vista tirar os territórios da Alsácia e da Lorena do domínio alemão.⁹

6 COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*, p. 99.

7 WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 132-133. Certamente, a animosidade franco-germânica deve ser analisada recuando-se mais no tempo. Contudo, visando não alongar demais a discussão, nos ateremos às décadas finais do século XIX, essenciais para se pensar determinados aspectos que caracterizam o contexto em que se deu a Grande Guerra.

8 *Apud* TUCHMAN, Barbara W. *Os canhões de agosto*. Lisboa: Íbis, 1964, p. 41.

9 VINCENT, Gérard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. In: PROST, Antoine; ____ (Orgs.).

Outro resultado de importância capital da Guerra Franco-Prussiana é destacado pelo historiador H. P. Willmott. Segundo o autor, o conflito:

Sublinhou a necessidade para todos os Estados, a não ser que estivessem dispostos a aceitar a hegemonia militar alemã, de estabelecer sua segurança organizando exércitos através da convocação militar. Ao fazer isso, as potências importantes da Europa conquistaram a capacidade de se mobilizar por centenas de quilômetros de frente de guerra com exércitos que não contavam mais com centenas de milhares, mas de milhões de homens.¹⁰

Quando teve início a Grande Guerra, o inimigo histórico continuou a ser pintado em cores diabólicas, “para que nenhuma compaixão houvesse no momento em que tivesse que desferir os violentos golpes de espada e de baioneta ou as rajadas de metralhadora”.¹¹

Em meio a tudo isso, os cartões-postais se apresentam como um elemento a mais no concerto de vozes que primavam pela demonização e ridicularização dos estrangeiros, pregando o ódio e a intolerância a eles dirigidos. Sentimentos estes presentes entre os milhões de combatentes de 1914-1918.

A ERA DE OURO DOS CARTÕES-POSTAIS

Os livros de história falam dos horrores, dos sofrimentos, das vítimas da guerra. Jamais de seus prazeres, de suas alegrias. Alegria de matar, de saquear, de violar, de humilhar. (...) Morrer pela pátria, matar pela pátria. Aquele é valorizado, este é silenciado.
(Gérard Vincent)¹²

No mesmo contexto da Guerra Franco-Prussiana, ou seja, na década de 1870, começou a ser empregada uma nova forma de correspondência que logrou se popularizar rapidamente: o cartão-postal. Segundo alguns, uma invenção austríaca, segundo outros, fruto da criatividade alemã. O fato é que o número de postais produzidos em países como a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Bélgica já era contado aos milhões na Europa das primeiras décadas do século XX. Liderando tal indústria, a França teria produzido mais de 120 milhões deles apenas no ano de 1910. Assim, não é de surpreender que as primeiras décadas do século XX tornaram-se conhecidas como a “idade de ouro” dos cartões-

História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 201-247.

10 WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 12.

11 COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*, p. 99.

12 VINCENT, Gérard. *Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário*, p. 201.

postais.¹³

A tendência se estendeu até os tempos da Grande Guerra, período em que os postais não eram apenas destinados a veicular imagens associadas a paisagens, ou a pontos turísticos. Ampliando as temáticas por eles exploradas, foram produzidas milhões de imagens de homens, mulheres e crianças que figuravam em situações que remetiam à guerra. Uma guerra antevista, temida, quando não almejada.¹⁴

Tais postais enalteciam as ações empreendidas pelas forças do próprio país, escarnecendo e destratando aos inimigos. Tratava-se não somente de retratos obtidos no *front*, mas, em muitos casos, de imagens fotográficas realizadas no interior de algum estúdio. Neste caso, as poses estudadas e os cenários criados eram pensados de forma a teatralizar a guerra. Posteriormente, as imagens obtidas podiam ser colorizadas a mão, de preferência empregando as cores da bandeira tricolor francesa. Figurantes anônimos representavam assim ao soldado, à mulher, à guerra, à pátria.

Assim eram produzidas séries compostas por quatro, cinco, seis postais, que dramatizavam uma história. Para isso, o cenário era mantido inalterado, por vezes constituído apenas por uma tela pintada, alternando-se a pose dos atores retratados. Laurent Gervereau assim descreve o procedimento:

O enquadramento era fixo, sem recomposição. Contrariamente às fotografias de moda atuais, que são o resultado de vários ensaios e testes, de visualização de provas de contato e reenquadramentos, aqui é o objeto que se adapta ao plano. Ou seja, com a câmara em pé, a cena é disposta e os atores assumem as suas poses em função do enquadramento a realizar, do que se vê na objetiva, o que induz já aquilo que se verá no postal.¹⁵

Portando essas características, tais cartões-postais iconograficamente patrióticos, nacionalistas e belicistas, produzidos ao longo da Grande Guerra ou em período imediatamente anterior, tendiam a funcionar não apenas como veículos de correspondência, mas, multiplicando suas imagens e, por extensão, suas mensagens para o consumo da massa, assumiam o papel de instrumentos de propaganda política.¹⁶ E para que assim funcionassem, toma-se por pressuposto que seu discurso iconográfico atuava como umas das formas possíveis de manifestação do imaginário social.

Tais particularidades permitem que os cartões-postais do período sejam analisados como

13 VASQUEZ, Pedro Karp. *Postaes do Brazil (1893-1930)*. São Paulo: Metalivros, 2002.

14 FERRO, Marc. *A Grande Guerra (1914-1918)*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, s. d., p. 47-48.

15 GERVEREAU, Laurent. *Ver, compreender, analisar as imagens*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 127.

16 KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. Cotia/SP: Ateliê, 2002, p. 63, 69; VASQUEZ, Pedro Karp. *Postaes do Brazil (1893-1930)*, p. 46.

formas de “construção imaginária e estética”,¹⁷ por intermédio das quais representações do real foram divulgadas. Mais que captar a realidade, importava aos seus produtores realizar uma profunda reconstrução, via manipulação e reinterpretação, de forma a expor uma versão tida como aceitável daquilo que se passava no período. Realizava-se assim um trabalho de produção de sentido, que é social, cultural, histórico.

Partindo de tais pressupostos, o objetivo do presente artigo é analisar representações visuais veiculadas por aqueles pequenos *souvenirs*, visando perceber formas de construção de discursos imagéticos destinados a retratar *boches* e *poilus* em meio à disputa de caráter simbólico que entre eles se estabeleceu, após 1870, em torno da Alsácia e da Lorena. Temas que figuraram em grande quantidade nos cartões-postais franceses, em período imediatamente anterior e ao longo da Grande Guerra, e que, por essa razão, se constituíram na base documental que deu suporte às reflexões apresentadas ao longo do artigo.

A opção pela análise das representações visuais presentes nos postais destina-se, não menos, a oferecer uma contribuição ao trabalho interessado na análise de imagens, para além de seu uso como mera ilustração. Empreendimento este não muito comum em meio aos historiadores, muito embora tal possibilidade esteja posta, no mínimo, desde o advento da Escola de *Annales*.¹⁸

As reflexões que se seguem tem por base acervo mantido pelo autor. Atualmente, ele é composto por aproximadamente 400 cartões-postais originais, em sua maior parte emitidos na França e na Alemanha, além de outros, de procedência diversa. Desse total, 203 exemplares são originários da França e trazem, em sua totalidade, imagens e mensagens de alguma forma relacionados à Grande Guerra.¹⁹

POILUS E ALSACIANAS NOS CARTÕES-POSTAIS FRANCESES

A França é um país belicoso,
a Alemanha é um país militarista.
(Guglielmo Ferrero, 1899)²⁰

17 MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 107.

18 GERVEREAU, Laurent. *Ver, compreender, analisar as imagens*.

19 Todo o acervo vem sendo reunido pelo autor ao longo dos últimos cinco anos, mediante aquisição junto ao comércio especializado, no Brasil e no exterior. Grande parte ainda encontra-se em processo de digitalização.

20 *Apud* FERRO, Marc. *A Grande Guerra (1914-1918)*, p. 30.

Na França, entre os muitos temas abordados às vésperas e durante a Grande Guerra, numerosos postais destinavam-se a enaltecer a imagem do militar francês. Este era proposto como um elemento imprescindível para a defesa dos interesses da nação, e, não menos, apresentado como atrativo para o sexo oposto, constituindo-se a figura do militar um pretense elemento de sedução para as mulheres.

Em tais casos, o soldado tendia a figurar, como um homem forte e um corajoso combatente, o que era enfatizado pelo uso do uniforme militar e o porte de armas. Mas se distinguia, não menos, como um gentil cavalheiro, dedicando-se não apenas à defesa do seu país, como também à esposa ou namorada, e a valores como a religião, a família. Em ambas as situações, estaria ele sempre pronto para o auto-sacrifício em favor daquelas causas, apresentadas como extremamente enobrecedoras.²¹

É aproximadamente esta a mensagem que, voluntariamente ou não, Juliette transmitiu a “*mademoiselle Jeanne Lombard*”, destinatária de coloridos postais expedidos no ano de 1906 (Figuras 1 e 2). Em ambos, pode-se observar um casal cuja expressão e gestos indicam uma atração recíproca.

As imagens em questão, evidentemente construídas em estúdio fotográfico, integram uma série, da qual fazem parte provavelmente mais quatro ou cinco postais similares, que em conjunto narram uma pequena história. Na coleção analisada, existem quatro postais da mesma série.

A cena estampada no anverso dos postais reproduzidos nas Figuras 1 e 2 apresentam um integrante da Infantaria, o que é evidenciado pelo uniforme militar por ele exibido. Observando-se a Figura 2, percebe-se que ele, displicentemente, apóia um fuzil em seu braço direito. Ao mesmo tempo, em ambas as mãos, o militar porta flores, nas cores vermelho, branco e azul – cores que remetem à bandeira francesa. Observando-se o postal reproduzido na Figura 1, constata-se que, em cena anterior, a mulher se aproximou e, ao abordar ao militar, o presenteia com as flores.

Em ambos os postais, o casal está postado diante de um cenário bucólico e florido, que é, na verdade, uma tela pintada. Este permanece inalterado nos demais exemplares da série. Todo o cenário foi posteriormente colorido a mão, com o emprego de tons suaves, que contrastam com as calças encarnadas do militar e os trajes em cores escuras da jovem.

21 STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918). *História*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 101-120, 2012.



FIGURA 1 – Autor/Editor não identificados.
Cartão-Postal n. 4140, postado em 27 set. 1906.



FIGURA 2 – Autor/Editor não identificados.
Cartão-Postal n. 4141, postado em 08 out. 1906.

Às vésperas e durante a Grande Guerra, o combatente francês, ou *poilu*, compareceu nos cartões-postais franceses ao lado daquele que deveria ser o seu objeto de desejo: personificações femininas da Alsácia e também da Lorena. O grande objetivo assim representado era retomá-las do inimigo alemão, ou *boche*.

Considerando-se a regra fotográfica dos terços, percebe-se que em ambas as imagens elementos como o fuzil e o ramalhete de flores foram posicionados de forma a obter destaque. Assim, eles tendem a atrair a atenção do observador, cujos olhos se revezam entre um e outro.

Apesar da ênfase no romantismo, evidenciado pela forma como foi construída a representação do casal, a mensagem transmitida pelos postais não se esgota aí. Afinal, a mulher que se aproximou e entregou flores ao cortês militar apresenta características muito especiais: ela é uma habitante da Alsácia, o que é confirmado por seu traje, particularmente pelo grande ornamento em formato de laço, preso à sua cabeça.

Atrás de ambos, vê-se um marco divisório entre as fronteiras da França e da Alemanha, afixado em um poste com as cores da bandeira francesa (Figura 2). Essa baliza representa as opções possíveis à Alsaciana, enquanto sua aproximação em relação ao francês revelaria sua escolha. Assim,

a atração expressa pelo casal é uma alegoria do sentimento então alimentado na França - representada pelo militar - em relação à Alsácia-Lorena, que dele se aproxima, enamorada. É o que narram as imagens reproduzidas.

Além do traje exibido pela jovem e da baliza, legendas presentes no rodapé dos postais acrescentam informações destinadas a orientar a leitura das imagens. Lá foi grafado: “Trago-lhe flores, meu pequeno e corajoso soldado / Para que você seja valente no dia do grande combate” (Figura 1). Ou ainda: “Traga-me estas flores no dia da libertação / Juntos, amigo, nós gritaremos: Viva à França.” (Figura 2). Tratar-se-ia, portanto, dos preparativos para uma luta tida não apenas como inevitável, mas também como imprescindível, da qual resultaria a retomada pela França dos territórios perdidos para a Alemanha.

Pode-se propor, além do mais que, nas imagens dos postais pertencentes à série em análise, esse pretense desejo alsaciano de ver a França lutando para retomá-la estaria prestes a se realizar. Isso é sugerido pelo ramalhete de flores. Elas remetem ao hábito de assim se retratar militares quando da partida para a guerra, reforçando, além do mais, a imagem cavalheiresca construída a seu respeito. Entre outros significados que se pode atribuir às flores, circulava no período a crença que elas contribuiriam para trazer boa sorte aos combatentes.²² Algo possível de se observar não apenas em cartões-postais, mas também em retratos fotográficos e cartazes que exibiram combatentes de outros países, como a Alemanha, nas décadas iniciais do século XX.

Em suma, conforme pode ser observado a partir das imagens/mensagens veiculadas pelos postais reproduzidos nas Figuras 1 e 2, par a par com a imagem romântica e cavalheiresca do combatente, na representação se impõe a incômoda questão proporcionada pela anexação da Alsácia e da Lorena pela Alemanha. Assim, muitas séries de postais similares, via de regra plenas de lirismo e aparentemente inocentes, lembravam constituir esta uma questão de honra. Assunto de interesse não apenas dos combatentes, mas de toda a nação francesa, cujo orgulho fora profundamente ferido.

O povo francês almejava, com todo o seu coração, retomar algo que, entendia, fora roubado: não apenas um território, mas sua autoestima. Toda a nação francesa, mobilizada por uma ética nacionalista, patriótica, era, portanto, personificada pela imagem do militar incumbido de resgatar a desejada, bela e indefesa Alsácia-Lorena, cujo anseio, afirmavam os franceses e os postais de sua autoria, era retornar para seus braços. E por isso a alsaciana languidamente clamava pelo socorro

22 STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses.

francês, em postais que exibiam um aparentemente inocente romantismo, mesclado com um profundo e incontido sentimento de revanchismo, em meio à depressão espiritual característica do período.²³

No mesmo contexto, assim como ao longo da Grande Guerra, editores alemães de cartões-postais e outras mídias também produziam e distribuíam representações relativas à Alsácia e à Lorena. Embora estas não sejam objeto de análise no presente estudo, cabe apontar para o fato de o fazerem de forma a ilustrar a aproximação não apenas amistosa, como também totalmente intencional, feliz, quando não enamorada, entre alemães e habitantes dos territórios anexados em 1870.

Dando um salto no tempo, constatamos que, no dia 06 de fevereiro de 1916, foi manuscrito um cartão-postal cuja imagem apresenta um marinheiro francês que, sentado à beira do mar, cachimbo na mão esquerda, tem seus pensamentos dirigidos a uma jovem mulher que traz em seus braços uma criança. Ambos, mulher e criança, figuram inseridos no topo da cena, em imagem levemente esvanecida (Figura 3).



FIGURA 3 – Autor/Editor não identificados. Cartão-Postal n. 217, série Revanche, postado em 06 fev. 1916.

Poderia ser simplesmente alusão à família do marinheiro. No entanto, uma vez mais trata-se da Alsácia, novamente denunciada pelo amplo laço. A imagem é acompanhada de legenda que alude

²³ WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*.

ao patriotismo e é seguida pelo brado: “Morte aos *boches*. Viva a França!”. Os *boches* são acusados como responsáveis pela separação e desconsolo representados na cena. Não menos significativo é o título *Revanche*, que designa a série à qual o cartão pertence.

Ao voltarmos a atenção à escritura do cartão, realizada em pleno contexto da Grande Guerra, constatamos que seu destinatário era identificado como “*mademoiselle Bégne*”, mas era referido afetuosamente como “minha pequena Adelle”. Seu remetente, um combatente cuja assinatura é ilegível, iniciava afirmando: “A sorte está lançada”, e prosseguia informando a respeito da possibilidade de obter uma licença, que lhe viabilizaria o retorno ao lar. Concluía, ansioso: “Enfim, dentro de 15 dias... Quinze dias, ainda!!! Finalmente poderemos nos rever”.

O texto manuscrito parece mesmo dialogar com a imagem impressa no anverso do cartão, caso esta remetesse à expressão da saudade estabelecida entre pessoas amadas, de carne e osso. Mas não seria plausível supor que a mensagem transmitida pelo postal fosse ignorada, naquele contexto em que o imaginário francês era povoado pela imagem do inimigo alemão, somada ao desejo de retomar a Alsácia e a Lorena. Mesmo assim, o lirismo da cena também viabilizaria seu emprego para expressar sentimentos familiares. E então, em uma das possíveis leituras que poderiam ser operadas por seu remetente, também poderia estar ali representado o núcleo familiar composto por pai, mãe e filho, separados pela guerra.

De tal forma, observa-se o contraste entre o lirismo da cena e a alusão à violência presentes nas mensagens que compõem o postal. A imagem estampada, assim como o texto manuscrito, são plenos de ternura. A frase impressa, contudo, não deixa dúvidas quanto à interpretação das pretensas causas de todo o sofrimento ali expresso. Ele somente findaria uma vez eliminado o inimigo, o detestado *boche*, tão enfaticamente qualificado pelo dicionário de termos militares de 1916.²⁴ A legenda convidava, pois, à ação, rememorando, segundo interpretação francesa e de forma similar aos brados lançados por Victor Hugo, o dever que então se afirmava caber aos seus cidadãos.

REPRESENTAÇÕES DO SOLDADO ALEMÃO

A França e a Alemanha, duas nações cristãs, se massacraram durante mais de quatro anos. Hoje é possível apontar certa ingenuidade nesse ardor patriótico: no entanto, foi ele que permitiu a vitória à França e, para os alemães, evitou que suas forças armadas se desintegrassem em

²⁴ *Dictionnaire des termes militaires et de l'argot poilu.*

1918. A vitória francesa foi conquistada por esse civil vestido de militar, apelidado de *poilu*: esta é uma convicção compartilhada por todos os antigos combatentes.

(Gérard Vincent)²⁵

Retornemos uma vez mais às vésperas da Grande Guerra. Cartão-postal francês expedido no Brasil em 1906 apresentava novamente o par soldado-alsaciana, acompanhado da legenda: “O que faz ele aqui?” (Figura 4).



FIGURA 4 – Autor/Editor não identificados. Cartão-Postal Manuscrito pelo remetente em 28 fev. 1906 e postado em 04 mar. 1906.²⁶

Significativas diferenças podem ser observadas entre os postais anteriormente analisados e o reproduzido na Figura 4. Neste último, o militar francês foi substituído por um alemão. Da mesma forma, é bastante distinta a atitude da alsaciana, com seu traje azul, branco e vermelho, cores da bandeira francesa, que indicariam seu alinhamento em favor desta. Sua postura corporal, voltando

25 VINCENT, Gérard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário, p. 208.

26 O postal reproduzido na Figura 4 exemplifica modelo utilizado na passagem do século XIX para o XX, no qual o verso era destinado exclusivamente para o endereço do destinatário, ao passo que a mensagem manuscrita dividia espaço com a imagem impressa no seu anverso. No período, também era bastante comum a comercialização de postais europeus no Brasil, como é o caso do exemplo analisado. Sobre o assunto, consultar: VASQUEZ, Pedro Karp. *Postaes do Brazil (1893-1930)*.

as costas e assim repelindo ao soldado, somada à sua expressão facial, que denota um certo ar de desprezo e reprovação, evidenciam os supostos sentimentos alsacianos em relação ao soldado alemão. Sentimentos estes, é importante enfatizar, conforme registrados por intermédio dos cartões-postais franceses do período.

A postura corporal e a Expressão do militar, conforme retratadas pelo postal francês, também são muito sugestivas, em visível diálogo com concepções que nortearam a produção do *Dicionário de termos militares de 1916*. Enquanto a alsaciana mostra-se ativa, expressando seus sentimentos e repelindo ao alemão, este último permanece em pose de sentido, estático. Ele esboça uma expressão de indiferença e alheamento, o olhar aparvalhado perdido no horizonte, como um indivíduo sem iniciativa, que talvez se limitasse apenas a cumprir ordens, porém sem grande capacidade para refletir e decidir a respeito. Ou seja, a personificação do *boche*, nos termos então empregados na França.

Outros recursos, entretanto, foram empregados para representar ao militar alemão no contexto em análise. Bastante utilizada era a estratégia de contrapô-lo a combatentes franceses, em idealizadas situações de combate. É o que pode ser observado nas Figuras 5 e 6, que reproduzem postais expedidos nos últimos dias de 1914. São eles marcados pela mais acentuada “estereotipagem imatura da inferioridade moral e física do inimigo”, característica do período.²⁷

Ambos trazem a assinatura de Maurice Boulanger, artista francês responsável pela criação de centenas de cartões-postais, entre eles muitos com temática patriótica e relacionados à Grande Guerra.²⁸ Os dois postais reproduzidos oferecem um bom exemplo sobre como Boulanger se encarregou de tal empreendimento, representando o pretenso triunfo francês em contraposição à então não menos incerta humilhação alemã. Boulanger dava assim continuidade a uma tendência então firmemente estabelecida entre os editores privados franceses.

Conforme observado no caso dos postais que exibiram representações de militares franceses e mulheres alsacianas, novamente os retratados assumem uma função generalizante. Ou seja, representam grupos mais amplos, ou mesmo nações. É o papel desempenhado pelos intérpretes caracterizados como alemão e como francês, que figuram no lugar de seus respectivos exércitos, encenando suas intenções em relação à guerra e aos resultados que por seu intermédio almejavam obter.

27 WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*, p. 36.

28 OSBORN, Tony. A Maurice Boulanger cat checklist. *Picture postcard monthly*, Nottingham, n. 376, aug. 2010, p. 10-12.



FIGURA 5 – Maurice Boulanger. Cartão-Postal n. 58, série Gloria, manuscrito pelo remetente em 26 dez. 1914.



FIGURA 6 – Maurice Boulanger. Cartão-Postal n. 71, série Gloria, postado em 29 dez. 1914.

Se a França não conseguia esquecer a humilhação sofrida em 1870, ao ser derrotada pelos prussianos (“vis prussianos”, conforme se lê no postal à esquerda, Figura 5), no início do século XX, era a pretensa derrota e humilhação destes um tema muito freqüente nos postais franceses.

O postal reproduzido na Figura 5 apresenta um cenário no qual pode-se perceber com muita nitidez os contornos da Torre Eiffel, que já assumira a função de importante ícone da capital e do povo francês. Nele se fez a teatralização da dramática derrota de um militar alemão, o qual, representado como expressando total abatimento físico e moral, comparece à cena prostrado de joelhos perante um orgulhoso integrante da Infantaria francesa. Este último permanece em pé, triunfante, após ter imobilizado ao alemão, que tem suas mãos amarradas, lembrando a atitude daquele que faz súplicas. Segundo pode ser lido na legenda, o francês adverte ao seu oponente, um “vil prussiano”, que ele não obterá êxito em alcançar sua “bela Paris”.

Considerando-se que no período a Alemanha também se servia de cartões-postais, entre outros recursos, para ilustrar e reafirmar seu intento de avançar sobre Paris,²⁹ a cena concebida por

²⁹ Embora não seja discutido no presente estudo, a coleção em análise dispõe de um exemplar de cartão-postal alemão,

Maurice Boulanger surgia como uma orgulhosa resposta e negativa às intenções germânicas.

Não menos insolente é a mensagem veiculada pelo cartão-postal reproduzido na Figura 6. Este representa uma vez mais um embate entre representantes de ambos os países. Novamente o combatente germânico figura no momento em que é flagrantemente derrotado e humilhado por um militar francês, que comparece esboçando um sorriso desdenhoso e arrogante, dirigido ao seu oponente.

Insistindo na ideia esboçada no postal anterior, o alemão figura impotente, prostrado, embora esboce uma tímida e ineficaz tentativa de defesa, empunhando o sabre. Vale observar que o militar francês exibe um *pickelhaube* preso à sua cintura. Provavelmente, sua presença indique uma prenda de guerra, obtida em outro combate, remetendo a vitória já obtida frente a oponente germânico.

Essa forma de representar a luta, conforme se pode perceber, remete, muito mais que à guerra, ao duelo, forma de enfrentamento na qual dois indivíduos defendem sua honra, segundo códigos vigentes na sociedade do Antigo Regime, mas ainda presentes às vésperas da Grande Guerra. Por sinal, remete aos valores cavaleirescos que nortearam a percepção da guerra, entre os combatentes franceses, ao menos nos primeiros tempos da Grande Guerra.³⁰

Observa-se, assim, que, no início do século XX, muitos postais produzidos na França reafirmaram o desejo de retaliar humilhação que lhe fora imposta pela Alemanha. No entanto, embora fizessem apologia à guerra, é grande o número daqueles que apresentarem-na por intermédio de cenas profundamente idealizadas, românticas. Algumas delas caracterizadas pelo sentimentalismo e delicadeza, tais como as reproduzidas nas Figuras 1, 2 e 3. Imagens plenas de candura, muito ao gosto dos tempos da *Belle Époque*, nas quais figuram militares e alsacianas, que hoje, se observadas sem a devida atenção aos detalhes, parecem aludir apenas ao romantismo de casais apaixonados, ou ao desentendimento entre eles (Figura 4).

Em outros, de feições mais grotescas, tem-se contato com idealizadas representações de combates entre militares franceses e germânicos, aludindo não à guerra enfrentada duramente nas trincheiras, mas aos ideais de honra que tendiam a perder sentido no início do século XX (Figuras 5 e 6).

Os postais divulgavam assim uma imagem cavaleiresca e enaltecadora da guerra, em

postado em 05 de janeiro de 1915, o qual foi ilustrado com um aeroplano alemão modelo *taube* que sobrevoa os céus de Paris, nos arredores da Torre Eiffel, enquanto a cidade é bombardeada em diferentes pontos. Provavelmente, a cena pretendia indicar que a torre seria o próximo alvo. Na internet é possível visualizar muitas outras imagens similares.

30 STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918), p. 110-113.

termos que ainda seriam empregados durante o conflito iniciado em 1914. Contudo, sua maneira de representá-la, florida, delicada, plena de sentimentalismo, por intermédio de imagens coloridas em tons suaves, ou então exaltando a bravura daquele que segue para o *front*, deixaria de ser apreciada e de fazer sentido em curto espaço de tempo. Constituem eles os derradeiros cartões-postais românticos da última guerra romântica, ou que assim tendeu a ser percebida em seus momentos iniciais.

Pode-se, assim, propor que os registros fotográficos, base para a produção dos cartões-postais aqui comentados, se constituem não necessariamente em imagens com as quais se procurou captar a realidade, mas como sua construção e/ou leitura, como meio de comunicação através de mensagens de caráter não-verbal. Formas de expressão produzidas tendo em vista determinados usos, individuais e coletivos, que nos revelam pistas sobre diferentes maneiras de pensar, sentir e agir. Vale insistir, mensagens de caráter não-verbal que, uma vez transformadas em cartões-postais, muitas vezes com o acréscimo de mensagens escritas, exacerbavam seu caráter de documentos do imaginário.

Assim, esses postais auxiliaram na difusão de um discurso de caráter patriótico, nacionalista, ufanista e, ao mesmo tempo, profundamente sentimental, emotivo. A guerra foi assim enaltecida e, no caso em análise, literalmente pintada com cores suaves. Foi abordada delicadamente, como dificilmente voltaria a ser. Pois, após o período de 1914 a 1918, tais visões românticas não mais se adequavam à sua representação. A partir de então, estava inaugurado o Breve Século XX, e, não menos, a Era do Massacre. Esta última se estenderia para além da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conforme detalhado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm.³¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

La France a droit à l'Alsace et à la Lorraine. Pourquoi? Parce que l'Alsace et la Lorraine ont droit à la France. Parce que les peuples ont droit à la lumière et non à la nuit.
(Victor Hugo)³²

Um certo estranhamento que pode proporcionar a atitude de parcelas da sociedade francesa, conforme evidenciada antes e durante a Grande Guerra, deve-se, possivelmente, a uma constatação que se impõe: diz ela respeito a uma certa disposição e mesmo desejo em relação à guerra. Ou seja,

31 HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

32 HUGO, Victor. *Depuis L'exil (1871-1876)*. Paris: Hetzel, 1875. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Hugo_-_Actes_et_paroles_-_volume_6.djvu>. Acesso em: 13 jan. 2012, p. 101.

mais do que falar da guerra de uma determinada forma, havia franceses que simplesmente insistiram em falar a seu respeito, percebendo-a como a inescapável solução de seus problemas. Com certa frequência, de maneira nitidamente enaltecadora e romântica, em atitude que se caracterizava como uma das respostas à depressão espiritual característica da passagem do século XIX ao XX, na França.³³

Paradoxalmente, para fazê-lo, entre outros recursos, foram largamente utilizados pequenos e singelos *souvenirs*, de feições delicadas e aparentemente inocentes, como é o caso dos cartões-postais. *Souvenirs*, vale destacar, que cumpriam assim sua dupla função: a de uma pequena prenda e a de lembrança.³⁴ Com eles, portanto, alguém era presenteado com uma cena que remetia à guerra, ou à suposta necessidade de fazê-la, que assim se pretendia não viesse a cair no esquecimento.

Isso, por razões muito especiais, na perspectiva francesa. Se a guerra tende a marcar profundamente a memória coletiva, a de 1870 havia proporcionado um duradouro sentimento de humilhação aos derrotados franceses. Diante disso, acreditava-se que somente uma nova guerra poderia corrigir aquele estado de coisas. Se antes ela se fez acompanhar pelo sentimento de infelicidade, era chegado o momento de restituir-se, por seu intermédio, a alegria e o orgulho. Somente a ela recorrendo parcelas da população francesa acreditavam possível recuperar sua altivez.

Em outras palavras, estampar singelos *souvenirs* com cenas belicosas constituía um gesto que, em lugar de necessariamente descaracterizar a guerra, prestava-se a fazer a apologia romantizada – seja no sentido de idealizada, fantasiada, seja no de extremamente sentimental – de um determinado tipo de guerra, pensada como recurso inevitável para se atingir determinados objetivos. Não se tratava de adulterá-la, mas de mostrá-la e dela falar em conformidade com valores e sentimentos então vigentes, em favor de interesses tidos como legítimos.

Tendo em vista tais aspectos, ao longo da análise empreendida, buscou-se realizar a abordagem dos postais, tomando-os como suportes de representações visuais, ou documentos iconográficos capazes de dar visualidade a determinados aspectos do imaginário social, de forma a explorar os sentidos e sentimentos atribuídos à guerra e aos militares.

Os cartões-postais foram assim tomados como expressão de concepções idealizadas e românticas da guerra e dos militares, construídas pelo imaginário coletivo francês e europeu. Foram também entendidos como capazes de exercer o papel de difusores dessas mesmas concepções, que não se restringiram aos seus produtores e consumidores.

33 WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*.

34 STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918), p. 118.

Para além da guerra deflagrada em 1914, outros combates já vinham acontecendo há mais tempo. Empreendida no campo das representações simbólicas, sem o emprego do fuzil, do sabre, da baioneta, dos canhões, ou de outros recursos similares, mas por intermédio de ideias, palavras, imagens. Guerra simbólica pautada não apenas na imatura estereotipagem do inimigo, como também em uma inverossímil exaltação de supostas virtudes nacionais. Representações destinadas a enaltecer uma suposta missão da qual o povo francês estaria incumbido e, na mesma medida, aviltar ao povo alemão, percebido como um agressor covarde e cruel. Tudo isso, via de regra, personificado por integrantes de suas forças armadas.

Essa outra guerra tinha lugar nas páginas de romances, em cartazes de propaganda, em cartões-postais, além de outros suportes. Ela, pouco a pouco, começava também a se fazer presente nas cenas exibidas pelos cinematógrafos. Sempre tendendo a tornar patente aquela mescla de belicismo, romantismo e revanchismo que caracterizou a sociedade francesa do período.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DARRACOTT, Joseph. *The First World War in posters*. New York: Dover Publications, 1974.
- *Dictionnaire des termes militaires et de l'argot poilu*. Paris: Larousse, 1916.
- FERRO, Marc. *A Grande Guerra (1914-1918)*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, s. d.
- GERVEREAU, Laurent. *Ver, compreender, analisar as imagens*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- HUGO, Victor. *Depuis L'exil (1871-1876)*. Paris: Hetzel, 1875. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Livre:Hugo_-_Actes_et_paroles_-_volume_6.djvu>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3. ed. Cotia/SP: Ateliê, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.
- OSBORN, Tony. A Maurice Boulanger cat checklist. *Picture postcard monthly*, Nottingham, n. 376, aug. 2010, p. 10-12.

- PROST, Antoine; ____ (Orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918). *História*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 101-120, 2012.
- TUCHMAN, Barbara W. *Os canhões de agosto*. Lisboa: Íbis, 1964.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *Postaes do Brazil (1893-1930)*. São Paulo: Metalivros, 2002.
- VINCENT, Gérard. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. In:
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.



O PLANO DE GUERRA PARAGUAIO EM UMA GUERRA ASSIMÉTRICA:

1865¹

Mário Maestri²

RESUMO

O artigo aborda a evolução e metamorfose do confronto *simétrico* entre o governo paraguaio e argentino mitrista, em torno da autonomia do Uruguai e de Montevideu, em conflito diplomático e a seguir militar claramente assimétrico com o poderoso Império do Brasil. Discute criticamente a proposta e rejeição pelo Paraguai da aliança e do plano de guerra do governo oriental. Avalia os eventuais planos de guerra paraguaios e suas contradições essenciais.

Palavras chave: 1. Bacia do Prata; 2. Guerra do Paraguai; 3. Plano de guerra

Le plan de guerre du Paraguay dans un conflit asymétrique [1865]

RÉSUMÉ

Cet article aborde l'évolution et la métamorphose du conflit *symétrique* entre les gouvernements du Paraguay et de l'Argentine mitriste autour de l'autonomie de l'Uruguay et de Montevideo, en une guerre d'abord diplomatique et ensuite militaire, clairement asymétrique, avec le puissant Empire du Brésil. Ce travail analyse également la proposition et le rejet par le Paraguay de l'alliance avec le gouvernement oriental ainsi que du plan de guerre de ce dernier. Les éventuels plans de guerre paraguayens et leurs contradictions essentielles y sont également discutés.

1. Bassin du Rio de la Plata; 2. Guerre du Paraguay; 3. Plan de guerre

Buenos Aires exercia pressão territorial, comercial e neocolonial sobre o Paraguai, quanto

¹ Comunicação apresentada ao Quarto Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Corrientes, Argentina, 8-10 de novembro de 2012. Agradecemos a leitura do texto pela lingüista Florence Carboni, do curso de Letras da UFRGS.

² Mário Maestri, 64, é doutor em Ciências Históricas pela UCL, Bélgica, e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. E-mail: maestri@via-rs.et.

às fronteiras, ao comércio, à independência nacional. Igualmente procedia o Império do Brasil, no referente às fronteiras e à navegação paraguaia. A política de exteriorização comercial e de restauração da hegemonia dos segmentos sociais mercantis e exportadores, com destaque para estancieiros, plantadores e comerciantes, promovida pelo lopizmo [1842-1870], em relação ao período francista [1814-1840], necessitava de livre acesso ao mercado mundial através do rio da Prata. Em inícios de 1860, a liberdade comercial e a autonomia paraguaia dependiam da independência do porto de Montevideú, em relação a Buenos Aires e ao Império.³

Após a vitória na batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861, o presidente argentino Bartolomé Mitre [1821-1906] apoiou a intervenção no Uruguai do principal caudilho colorado, Venancio Flores [1808-1868], até então oficial nos exércitos portenhos. A *Cruzada Libertadora* florista tinha como principal base social os estancieiros escravistas sul-rio-grandenses estabelecidos ao norte do rio Negro.⁴ O apoio de Mitre ao ex-presidente oriental buscava espedaçar o *bloco* autonomista informal constituído pelo partido Blanco uruguaio, no governo; pelos federalistas argentinos, derrotados em Pavón; e pelo governo paraguaio. Ao iniciar sua sublevação, Venancio Flores lançou duas proclamações: uma em espanhol, aos nativos da terra, outra em português, aos verdadeiros senhores daquela região.

De 24 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864, por decisão imperial, o governo do Império coube aos progressistas, fusão dos conservadores moderados com os liberais. Dirigido por Pedro de Araújo Lima [1793-1870], o marquês de Olinda, o gabinete negara-se a intervir no Uruguai, em favor dos *colorados*, ao lado dos criadores sulinos. Havia prevenção contra os estancieiros sulinos que, como farroupilhas, tinham lutado pela secessão da província sulina. O governo imperial temia que, sob o tacão de Venancio Flores, o Uruguai passasse a orbitar Buenos Aires, seu tradicional concorrente na bacia do Prata. Diante das sucessivas denúncias do governo oriental, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, ministro de negócios estrangeiros do Império, condenou o intervencionismo nas questões internas do Uruguai e determinou o castigo dos estancieiros sulinos responsáveis.⁵

No seu *Relatório*, de 1863, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província

3 Cf. CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López: Vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955; WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en America: Paraguay (1810-1840)*. 2 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1989.

4 Cf. PALERMO, Eduardo Ramón López. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008. [dissertação de mestrado].

5 Cf. CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 404; HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del 65: la culpa mitrista*. 2 ed. S.l: Barreiro y Ramos, 1927. p. 291.

do Rio Grande do Sul, declarou: “Procrastina-se indefinidamente o termo da desastrosa luta que flagela a República Oriental [...]. Esta situação agrava-se com o procedimento condenável de alguns brasileiros irrefletidos que, desconhecendo seus próprios interesses e os do seu país, obstinam-se em intervir ativamente na guerra civil da República vizinha, prestando apoio e concurso à causa da rebelião, a despeito da política de neutralidade e abstenção proclamada pelo Império [...]”⁶

Barros Pimentel exigia a interrupção daqueles atos ilegais e ameaçava os promotores com o rigor das penas de lei: “É de maior urgência que os nossos compatriotas se abstenham de tomar parte na luta que dilacera os nossos vizinhos e se persuadam do dever e da convivência dessa abstenção, não só para pouparem a si e ao Império perigos e dificuldades, cujo alcance não querem compreender, como para se não tornarem culpados, perante as leis de seu próprio país, cuja vindicta se não fará esperar por muito tempo.”⁷

GRANDES E PEQUENOS

Em 25 de fevereiro de 1862, em um primeiro movimento de aproximação, o diplomata uruguaio Juan José de Herrera [1832-1898] visitou o presidente Carlos Antonio López [1792-1862] em Asunción, para apresentar-lhe a preocupação do governo oriental com a disposição hegemônica da Argentina mitrista e do Império do Brasil. Propôs comércio direto entre Montevideo e Asunción, do interesse paraguaio.⁸ Em 9 de julho de 1863, após a invasão florista do Uruguai, o oriental Octavio Lapidó enfatizou em Asunción a necessidade de convergência dos dois países para enfrentarem eventual ataque da Argentina ou do Império. Lembrou a proposta de José Artigas de aliança entre Uruguai, Paraguai, Entre Ríos e Corrientes contra o unitarismo portenho e reafirmou a oferta de facilidades no porto de Montevideu.⁹

O agora presidente Francisco Solano López [1827-1870] não se pronunciou sobre a oferta de aliança defensiva para a conservação do equilíbrio no Prata e para “mutua seguridad de nuestra independencia y soberanía”. A proposta oriental transformaria-se em crescentes pedidos de intervenção direta, já que se mantinham o apoio argentino à revolta florista e a incapacidade oriental de domá-la. Apenas em 4 de setembro de 1863, o governo paraguaio enviou a Buenos Aires pedido

6 PIMENTEL, Espiridião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Dr. [...] na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Correio do Sul, 1894. p.5.

7 Id.ib. p.6.

8 BOX, P. H. *Los origines de la guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires: El Lector, sd. P.142.

9 BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. [1839-1875] Montevideo: Banda Oriental, 2007. p. 88.

de “amistosas explicações” sobre a ingerência argentina nas costas uruguaias, registrando, assim, também sua vontade de manter as boas relações com a Argentina e de mediar o conflito.¹⁰

O governo paraguaio recebeu do governo argentino meras tergiversações e longos silêncios aos pedidos de esclarecimento. Insatisfeito, Francisco Solano López escreveu diretamente a Bartolomé Mitre, com quem mantinha correspondência pessoal. A carta foi levada pelo navio de guerra paraguaio Tacuarí, que permaneceu na baía de Montevideo à espera de resposta. A missiva pedia acordo “amistoso fundado en la equidad y justicia” entre os dois ribeirinhos do Prata.¹¹ Apesar dos esforços paraguaios de mediação, o governo mitrista seguiu apoiando a revolta e reiterando retoricamente sua neutralidade, discurso também necessário para não galvanizar o federalismo argentino em favor do governo oriental agredido.

As relações com o governo argentino crisparam-se devido à falta de resposta – compreendia-se em Asunción que a vitória colorada significaria a hegemonia do unitarismo portenho sobre as duas margens e sobre a navegação do Prata. Mais tarde, referindo-se à dependência paraguaia de Montevideu não apenas quanto ao comércio mundial, o intelectual federalista argentino Juan Bautista Alberdi [1810-1884] escreveu: “Montevideo es al Paraguay, por su posición geográfica, lo que el Paraguay es al interior del Brasil: la llave de su comunicación con el mundo exterior. [...] el día que el Brasil llegue a hacerse dueño de este país [Uruguay], el Paraguay podría ya considerarse como colonia brasileña, aún conservando su independencia nominal.”¹²

FIM DAS ILUSÕES

Lentamente, as ilusões do governo paraguaio de mediar o confronto desvaneciam-se. Sem resposta efetiva de Buenos Aires, a diplomacia paraguaia notificou as nações com representação em Asunción das suas infrutíferas gestões diplomáticas e da preocupação com os sucessos em curso, já que considerava a “independência perfeita” do Uruguai como “condição de equilíbrio” no Prata.¹³ Como os acordos de 1928 constituíam os governos argentino e imperial *garantes* da independência oriental, o governo blanco voltou-se para o Império, pedindo iniciativa contra o intervencionismo mitrista. Nesse momento, o marquês de Olinda seguia à frente do gabinete *progressista*.

10 QUELL, H. Sánchez. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. 3 ed. Buenos Aires: Kraft, 1957. p. 215; HERRERA. *El drama del 65*. Ob.cit. p. 361.

11 ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Hispamérica, 1986. p. 106; LÓPEZ, F. S. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Paraguay: El Lector, 1996. p. 80.

12 *Apud* O'LEARY, Juan Emiliano. [1879-1969]. *El Mariscal Solano López*. 3 ed. Asunción: Paraguay, 1970. p. 142.

13 HERRERA. *El drama del 65*. Ob.cit. p. 363

Em 6 de fevereiro de 1864, após dez semanas sem receber respostas às explicações pedidas, o governo paraguaio declarou solenemente junto a Buenos Aires: “En tal circunstancia, lleno el penoso deber de declarar aquí, que colocado mi gobierno en la necesidad de prescindir de las explicaciones amistosas solicitadas de V.E., en adelante atenderá solo a sus propias inspiraciones sobre el alcance de los hechos que pueden comprometer la soberanía e independencia del Estado Oriental, a cuya suerte no es permitido ser indiferente, ni por la dignidad nacional, ni por sus propios intereses en el Rio de la Plata.”¹⁴

A declaração livrava a chancelaria paraguaia de travas quanto às medidas que julgasse necessárias para manter o respeito efetivo da independência da República do Uruguai. Diante do prosseguimento da intervenção, uma ação militar contra o governo de Buenos Aires era certamente o mais provável desdobramento da política paraguaia até então seguida. Segundo o coronel inglês George Thompson, oficial nas tropas do Paraguai durante o grande conflito, os preparativos bélicos do país teriam iniciado em inícios de 1864, concomitantemente com a notificação à Argentina.

José Crisóstomo Centurión, membro do círculo próximo de Solano López, registrou que o presidente viajou ao acampamento de Cerro de León, em 10 de fevereiro, onde se encontravam cinco mil dos trinta mil recrutas que se pretendia ali adestrar.¹⁵ Em 15 de abril, o sargento-maior Pedro Duarte foi enviado a Encarnación para reunir “fuerza de 6.000 hombres de las tres armas”, o que teria materializado em maio do mesmo ano.¹⁶ Pelos azares da história, a guerra preparada contra as frágeis forças de Buenos Aires iniciaria com confronto aberto com o poderoso Império do Brasil.

OS LIBERAIS CHEGAM AO GOVERNO

Após ampla vitória nas eleições de fins de 1863, em 15 de janeiro do ano seguinte, assumiu o gabinete *progressista* de Zacarias de Góes e Vasconcelos [1815-1877], de composição marcadamente liberal. No Rio Grande do Sul, os mais firmes partidários daquela agremiação eram os ricos e poderosos estancieiros do meridião da província e do norte do Uruguai, em geral, ex-farroupilhas. Havia muito que exigiam inutilmente que o Império repetisse a intervenção de 1851-52, recebendo sempre como respostas exigências de neutralidade, ameaças de punição e medidas dissuasórias.

Apenas assumia o novo ministério, o general Antônio de Souza Netto [1803-1866], ex-

¹⁴ QUELL, H. S. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. Ob.cit. p. 217.

¹⁵ THOMPSON, George. *La guerra del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010. p.30.

¹⁶ CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010. pp. 76, 121.

dirigente farroupilha, chegava à Corte para exigir a intervenção das tropas imperiais no Uruguai. Ele, o general Manuel Luís Osório e o brigadeiro David Canabarro eram importantes lideranças liberais e ricos estancieiros escravistas no meridão rio-grandense e no norte do Uruguai.¹⁷ Anos mais tarde, em inícios da República, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto [1836-1912], também prócer liberal, referiu-se àquela viagem: “[...] o Brigadeiro honorário do Exército Antônio de Souza Netto, rio-grandense domiciliado na República [Oriental], [...] expressamente viera solicitar, em nome dos 40 mil compatriotas que lá viviam, a proteção a que tinham direito, contra os males que sofriam, recrudescidos depois da revolta do General Flores, chefe do partido *colorado* [...]”¹⁸

Foi imediata a decisão de satisfazer as reivindicações dos prestigiados correligionários sulinos com uma pronta intervenção no Uruguai, apoiada igualmente pelos conservadores na oposição. Ela também serviria como derivativo político *interno*, após a humilhação do Estado imperial diante das pressões exercidas e intervenção querida pelo embaixador inglês William Douglas Christie [1816-1874]. Em dezembro de 1862, por questões de menor importância, o diplomata britânico obtivera o bloqueio do porto do Rio de Janeiro e a apreensão de navios imperiais por uma divisão da marinha de guerra britânica. A medida causou enorme comoção entre a população livre do Rio de Janeiro e do Império, já que a armada imperial era incapaz de fazer frente aos poderosos navios de guerra ingleses.

Em maio de 1863, o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra prestigiara a Pedro II [1825-1891] que, sob o calor do conflito diplomático, *trocara as vestes* de soberano sábio pelas de *aguerrido* chefe militar, nem que fosse para avançar declarações e medidas sem grandes decorrências. A governo oriental negara-se a reconduzir os acordos draconianos e anti-nacionais impostos pelo Império em 1851-52, quando da intervenção contra Manuel Oribe/Juan Manuel de Rosas. Chegava portanto ao fim o direito de envio sem ônus de gado do norte uruguaio às charqueadas do Rio Grande.

A repressão das autoridades orientais ao escravismo apenas disfarçado dificultava a gestão das fazendas dos criadores sulinos no setentrião oriental. A denúncia do acordo de devolução de cativos fragilizava a escravidão no Império.¹⁹ A intervenção respondia às necessidades da produção

17 QUELL, H. S. *La diplomacia paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. Ob.cit. p. 204.

18 OURO PRETO, Visconde. [Afonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*: subsídios para a história. 3 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981. p. 19.

19 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. (1885-1888). Rio de Janeiro: Brasília, INL, 1975; MAESTRI, Mário. *A segunda morte de Castro Alves*: genealogia crítica de um revisionismo. Passo fundo: 2 ed. UPF, 2011.

cafeicultura escravista, que exigia fornecimento abundante de charque e de couros a baixo preço. A produção agrícola-pastoril escravista necessitava expandir sua fronteira produtiva, o que, no Sul, dava-se em detrimento do Estado oriental.

Uma vitória sobre o pequeno estado restabeleceria a hegemonia imperial; resgataria os pundonores do Império; ampliaria o prestígio do novo gabinete; prestigiaria dom Pedro e a casa imperial. A intervenção desviaria a atenção do movimento emancipacionista-abolicionistas, cada vez mais exigente e organizado.

NOVOS VENTOS, NOVOS TEMPOS

Em 5 de abril de 1864, debate apaixonado na câmara dos deputados do Império sobre as *violências* sofridas pelos *brasileiros* no norte do Uruguai obteve o consenso, já acordado pelo novo gabinete liberal, para a intervenção militar naquele país. Quinze dias mais tarde, partia para Montevideu *missão* dirigida pelo conselheiro José Antônio Saraiva [1823-1895], para apresentar *ultimatum* inexequível ao governo oriental, que abriria o caminho para o envio de expedição militar.²⁰ O caráter apressado e improvisado da missão devia-se à urgência exigida pelos criadores rio-grandenses, fortemente envolvidos na *revolução* florista.

O governo paraguaio impugnara solenemente qualquer intervenção *indireta* de Buenos Aires no Uruguai, como atentado ao equilíbrio entre as nações do Prata, que interessava diretamente o comércio e indiretamente a independência paraguaia. O desdobramento previsível da manutenção da violação da independência do Estado oriental era o conflito militar aberto com o governo mitrista, para o qual o Paraguai iniciara a preparar-se e delinear a seu *plano de guerra*. Ou seja, as linhas gerais de atuação no campo de combate para obter a vitória militar e os objetivos políticos delimitados.

Na luta contra a Argentina, o governo paraguaio contava com a aliança do governo oriental, com o apoio eventual do general Justo José de Urquiza [1801-1870] e com a esperada confluência das forças federalistas argentinas provinciais, com destaque para as províncias de Corrientes e Entre Ríos. Tratava-se de conflito factível, com reais possibilidades de vitória, mesmo sem a adesão do caudilho de Entre Ríos, sobretudo devido à fragilidade interna do governo mitrista. Em caso de insucesso diante de Buenos Aires, a operação não teria reflexos estruturais no Paraguai, ao menos imediatamente.

Em nota ao trabalho de Louis Schneider sobre a Guerra Grande, a partir do estudo da farta

²⁰ CALDEIRA, J. *Mauá [...]*. Ob.cit. p. 392 *et seq.*

documentação de que dispunha sobre os fatos, José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco [1819-1880], registrou seu ponderado convencimento de que “o ditador não se armava para fazer a guerra ao Brasil. O projeto que alimentava era estender seus domínios para o Sul, conquistando Corrientes; talvez nem isso, mas somente ganhar fama militar e influência nas questões do Rio da Prata”.²¹ Ou seja, jamais o governo paraguaio pretendia entrar em guerra com o Império do Brasil.

Em 5 abril de 1864, a reorientação liberal da política exterior do Império mudou radicalmente o cenário do conflito em curso na bacia do rio da Prata. Com a disposição explícita da intervenção militar direta no Uruguai, o governo imperial deslocou para segundo plano o combate paraguaio à ingerência mitrista, sob o permanente manto da neutralidade retórica. A posterior convergência entre os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro apresentou equação jamais vivida na região, com conseqüências estruturalmente funestas para a nação paraguaia. A entronização de Venancio Flores na chefia do governo oriental e uma aliança com Buenos Aires propiciavam ao Império do Brasil possibilidade única de resolução militar definitiva das pendências que arrastava com o Paraguai e de emergir como potência hegemônica no Prata.

A GUERRA NO HORIZONTE

Havia pouco mais de sete anos, em 1854-55, o Império do Brasil fracassara fragorosamente no envio a Asunción de expedição naval de quinze navios de guerra, 130 canhões e talvez seis mil marinheiros e soldados, sob a direção do almirante Pedro Ferreira de Oliveira, para liberar a navegação do rio Paraguai e impor o reconhecimento das fronteiras reivindicadas pelo Império, através do exercício da *diplomacia da canhoneira*.²²

Desde então, os dirigentes do Estado imperial acreditavam que solucionariam aquelas divergências necessariamente através das armas, que criam favoráveis ao Império, devido à sua superioridade quanto à demografia, à produção e à situação geográfica. Entretanto, uma operação militar contra o Paraguai colocava graves problemas logísticos, como ficara claro quando da malograda expedição naval de 1854-55. Dificuldades facilmente superadas caso a Argentina e o Uruguai fornecessem a necessária base operacional para as tropas navais e terrestres imperiais.

Plenamente comprometido na exigência de respeito perfeito da autonomia do Uruguai por

21 SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradense; 2009. p. 122.

22 TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

Buenos Aires, o governo paraguaio viu serem rejeitadas suas tentativas de intermediação dirigidas agora ao governo imperial, que anunciava a iminente intervenção aberta naquela país, caso o governo oriental não aceitasse retornar à situação de semi-protetorado do Império. Em 4 de agosto de 1864, o conselheiro Saraiva apresentou o *ultimatum* imperial.

O ultimato determinava que, se não fossem cumpridas as exigências abusivas e desonrosas apresentadas, em um espaço de seis dias, o Império procederá a retaliações armadas, por terra e por mar. O caráter atabalhoado do ultimato ficou registrado na necessidade de que se passassem meses, após esgotado o prazo dado, para que as tropas imperiais estivessem em condições de atravessar a divisa entre os dois países.

Entrementes, em 30 de agosto de 1864, o governo paraguaio protestou solenemente diante das autoridades do Império, reiterando que a invasão do Uruguai era ação “atentatória do equilíbrio dos estados do Prata” e contra os interesses vitais do país. Como as propostas de mediação, a declaração foi ignorada pelo Império, já em sintonia com o governo de Buenos Aires na agressão contra o Uruguai e certamente contra o Paraguai.

Tanto o almirante Joaquim Marques Lisboa, barão e futuro marquês de Tamandaré [1807-1897], como o ministro imperial em Asunción propuseram descartar as advertências paraguaias, desqualificando olímpicamente a capacidade bélica do país. Viana de Lima calculou as forças armadas paraguaias em trinta mil homens, dos quais “14 mil recrutas”, o que na época não estava longe da verdade. Definiu o exército paraguaio como uma “fantasmagoria”, sobretudo devido à “péssima organização” e à “falta absoluta de oficiais de alguma capacidade”.²³

Pouco após a entrega do ultimato, Tamandaré, na chefia da divisão naval imperial no Prata, sem autorização expressa do Rio de Janeiro, passou a apoiar militarmente as forças rebeldes coloradas. Em outubro de 1864, tropas imperiais atravessaram a fronteira para participar da conquista das vilas fortificadas de Salto e Paysandú, em aliança com Venancio Flores, sem qualquer declaração de guerra ao Uruguai. No outro lado do rio, o general Urquiza mantinha-se em impassível *neutralidade*, assistindo ao massacre de seus ex-aliados.

ENTRE CILA E CARÍBDIS

Diante da nova configuração do cenário político, ao governo paraguaio restavam duas grandes

²³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: sua vida, suas opiniões, sua época*. [1857-1866]. 5 ed. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. vol. 2, p. 182.

saídas. Podia desdizer a ação diplomática desenvolvida em forma aberta em favor do equilíbrio na bacia do rio da Prata e da autonomia oriental, definida como essencial aos destinos do país. Feito isto, retraindo-se nos territórios nacionais, já sem o aliado oriental, à espera da eventualidade de que a saída ao mar do país fosse cortada e que o Rio de Janeiro e Buenos Aires intervissem associados, em favor da abertura da navegação do rio Paraguai e de ajusto das respectivas fronteiras em detrimento do Paraguai.

O recuo diante do repto lançado pelo Império e a Argentina mitrista significaria o enfraquecimento e a eventual dissolução do bloco político-social que, após o eclipse da ordem francista, em 1840, levava ao poder e sustentava o lopizmo e seu programa de revigoração e exteriorização da produção mercantil, em aceleração desde 1852. Uma eventual interrupção do comércio mundial reviveria os *partidos portenhista e imperialista* favoráveis a acordo-subordinação às forças que detivessem a chave do comércio do Prata. Aqueles partidos haviam sido derrotados no início da luta pela independência.

A segunda alternativa, lutar pela garantia da liberdade comercial, no mais do que incerto combate ao Império e à Argentina mitrista, foi abraçada com ardor por Francisco Solano López e, segundo parece, pela maioria do bloco político-social que o sustentava. É porém difícil estimar qual fosse o nível de informação real sobre a conjuntura que se atravessava por parte dos segmentos mais amplos da oligarquia paraguaia. Nas suas memórias, Juan Crisóstomo Centurión [1840-1909], auxiliar próximo ao presidente López, lembrou que, no início da guerra, entre “nosotros era general la creencia de que López contaba con el apoyo y la cooperación del General Urquiza para su campaña contra el Brasil”.²⁴

Foi enorme o apoio à decretação de guerra à Argentina e ao Império entre os oficiais do exército, membros da administração e grandes proprietários paraguaios. A população assuncenha teria participado da empolgação patriótica, com “grandes y ruidosas manifestaciones populares”, encabeçadas pelos “hombres más caracterizados de la sociedad” da capital. No interior do país, a adesão à decisão, pelos segmentos populares que dela não participaram, foi incentivada através dos canais administrativos pelo governo central.²⁵

24 CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias* [...]. p.107

25 Id.ib. p. 83.

DA GUERRA À ARGENTINA À GUERRA AO BRASIL

No viés ofensivo ou defensivo, o confronto entre Buenos Aires e o Paraguai constituía um *script* plenamente conhecido. Nesse sentido, nas suas linhas gerais, o plano de guerra paraguaio estava já esboçado. Os combates seriam travados em Corrientes e, a seguir, em Entre Ríos, em aliança com as forças federalistas daquelas provinciais, com possível derrota dos exércitos unitaristas nas vizinhanças de Buenos Aires. A vitória permitiria a consolidação do governo oriental blanco por longos anos, com a entronização dos federalistas na Confederação Argentina ou, o que seria ainda melhor para o Paraguai, com a formação de um novo país pelas províncias argentinas do litoral.

Tudo mais ou menos como ocorrera, em 1852, após a batalha de monte Caseros, e em 1859, com a vitória em Cepeda, sempre em desfavor do governo portenho. Em outubro de 1864, o governo paraguaio oferecera total apoio a Urquiza, caso quisesse levantar “por Banderas la separación de Entre Ríos y Corrientes en un solo Estado”, ou reconstituir a Confederação, com as “13 provincias restantes”.²⁶ O Paraguai emergiria da disputa fortalecido, com o Plata escancarado ao seu comércio, com a ameaça contra sua independência esmagada e as fronteiras acertadas com a Argentina segundo as pretensões paraguaias.

Houvera ensaio geral do confronto entre Asunción e Buenos Aires. Em dezembro de 1845, pouco mais do que adolescente, o coronel-major Francisco Solano López comandara exército paraguaio de seis mil homens, em aliança com Joaquin Maradiaga [1799-1848], governador da província de Corrientes, e com general unitário José Maria Paz, em ofensiva contra Juan Manuel de Rosas [1793-1877] e, na época, seu aliado Justo José de Urquiza, de Entre Ríos.

A coligação dissolvera-se por questões internas e a expedição paraguaia conhecera, em 28 de fevereiro de 1846, em Payubré, tentativa de sublevação de três esquadrões da sua vanguarda, que exigiram o retorno das tropas ao Paraguai, para consulta a Congresso sobre a oportunidade da operação militar no exterior. A intervenção paraguaia em questão platina rompera com o tradicional isolacionismo da era francista, exigido e apoiado sobretudo pela população camponesa. Francisco Solano López mandara fuzilar os cabeças do movimento, os cabos Buenaventura Céspedes, Mateo Fleitas, Lucas Canteros e Cândido Payva, e as tropas paraguaias recolheram-se ao país praticamente sem combaterem.²⁷

Em sentido contrário, o Paraguai conheceria invasão unitária argentina, em aliança com

²⁶ LÓPEZ, F.S. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Ob.cit. p. 96.

²⁷ CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López*. Ob.cit. p. 109.

os colorados uruguaios, ao longo do rio Paraná e Paraguai, tendo como objetivo Asunción. Uma expedição que seguiria no geral o caminho da invasão portenha que resultara na vitória paraguaia de Paraguarí e na independência da ex-província do vice-reinado do Prata, em 1811.²⁸ Nos dois casos, os oponentes não tinham dificuldades em alcançar, em aliança com as forças uruguaias e provinciais entrerrianas e correntinas, o coração vital do inimigo. Ou seja, os *centros de potência* na história militar crítica –, respectivamente, Buenos Aires e Asunción.²⁹

Devido à forte contradição entre Buenos Aires e as províncias do Interior e do Litoral, o embate entre a Argentina mitrista e o Paraguai constituía no geral um conflito simétrico, de rápida resolução, envolvendo forças demográficas, econômicas e sociais equivalentes. Ele seria possivelmente favorável ao Paraguai, devido à unidade nacional do país, diante de inimigo debilitado por fortes dissensões internas. Ao contrário, o confronto entre o Brasil e o Paraguai constituía-se de embate fortemente assimétrico, claramente favorável ao Império. Sobretudo para o Paraguai, ele colocava questões jamais enfrentadas e, algumas delas, possivelmente insolúveis.

FLAGRANTE DISSIMETRIA

A desproporção de forças era flagrante. Em 1864, o Paraguai possuía, quanto muito, meio milhão de habitantes; o Império, em torno de 10.250.000, ainda que mais de um milhão fossem trabalhadores escravizados.³⁰ A população paraguaia era possivelmente apenas superior à da província do Rio Grande do Sul que forneceria mais de 35% dos pouco mais de cem mil voluntários da pátria que teriam partido para a guerra, se descontarmos os que se mantiveram na província do Mato Grosso e pouco participaram dos combates.

Mitigava o desequilíbrio demográfico apenas o fato de que o Paraguai era sociedade nacional centralizada com a possibilidade de mobilizar rapidamente a população masculina. Enquanto que o Brasil, de organização e conformação semi ou pré-nacional, necessitava de maior tempo e de enorme esforço para mobilizar *parte* da população livre. Mesmo assim, apenas as forças da ativa da Guarda Nacional perfaziam quase meio milhão de soldados e, somadas às da reserva, quase um milhão – talvez duas vezes a população paraguaia! Em 1860, os rio-grandenses qualificados como guardas

28 RENGGER, J.R. “Ensayo histórico sobre la revolución del Paraguay”. RENGGER; CARLYLE; DEMERSAY. *El doctor Francia*. Asunción: El Lector, 1987. p. 277; TAJIMA, Hisatoshi. *Historia del Paraguay del Siglo XIX: 1811-1870*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1988. p. 57.

29 LIMA, Flamarión Barreto. *Guerra do Paraguai*. S.l.: Departamento de Imprensa Nacional, 1969. pp. 20 *et seq.*

30 Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos [...]*. Ob. cit.; WHITE, R. A. *La primera revolución [...]*. Ob.cit. p. 140.

nacionais chegavam a quase 38 mil homens!³¹

A dissimetria estendia-se ao acesso ao mercado internacional de manufaturados, de capitais e de armas, do qual o Paraguai encontrava-se quase totalmente excluído, em caso de guerra, nem que fosse pela superioridade absoluta da marinha de guerra imperial. Durante o conflito, o Paraguai teria recebido apenas algumas poucas armas, através da fronteira da boliviana. Nos seus melhores momentos, o Paraguai possuiu apenas um arremedo de esquadra de guerra, constituída pelos navios de guerra Taquarí, pela canhoneira Anhabaí, apreendida ao Império, e por alguns navios civis a vapor artilhados e precariamente reforçados, frágeis aos confrontos navais, como ficaria comprovado na batalha de Riachuelo.³²

Talvez a maior dissimetria se apresentasse na diferente possibilidade dos dois países de alcançarem os respectivos centros nevrálgicos. O que era necessário para impor-se pelas armas ao adversário, caso se tratasse de uma guerra geral. Ou seja, livrada com o objetivo da rendição incondicional do inimigo. Para o Império, bastava enviar suas tropas pelo rio Paraná para chegar a Três Bocas e ingressar no rio Paraguai, em direção a Asunción e dos territórios paraguaios centrais. Como os acordos de livre navegação entre a Argentina e o Brasil permitiam a livre passagem de navios de guerra imperiais, ao igual do que ocorrera em 1854-55, a principal dificuldade para as forças invasoras seria o forte de Humaitá, que se mostrou incapaz de pôr passo aos novos encouraçados e poderia, sempre, ser contornado.

Ao contrário, as forças armadas paraguaias encontravam-se na total impossibilidade de atingir o Rio de Janeiro e as regiões econômicas centrais do Império, nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. A ocupação e manutenção da totalidade ou de grande parte do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, o que era bastante improvável, não causaria seqüelas determinantes ao Império, como comprovavam os dez anos de separação de parte da província sulina do Brasil. O Império seguiria arregimentando e enviando exércitos para combater as forças inimigas no sul do país. Algo que sugere que o *plano de guerra* paraguaio previsse uma vitória acachapante sobre as tropas argentino-coloradas e uma *paz negociada* com o Império.

31 LEÃO, Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª. Sessão da 9ª. Legislatura pelo [...]*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1860. p. 16; RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço nos Chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul. (1825-1845)*. Santa Maria: EdUFMS, 2005; CASTRO, Jeanne B. de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional. De 1831 a 1850*. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1977.

32 SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a charge como arma de guerra contra o Paraguai*. 2 ed. Santa Catarina: EdUFSC, 2009. p. 175; OURO PRETO. *A marinha d'outrora*. Ob.cit. p. 31; FRAGOSO, Gel. Augusto Tasso. *História da Guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, p. 50.

Era plenamente sabido que, para apoiar militarmente o aliado oriental ou causar danos militares e econômicos imediatos ao sul do Império, as tropas paraguaias deviam cruzar o território argentino. Portanto, deviam receber a licença de governo inamistoso comandado por Bartolomé Mitre, que esperava ansioso a *invasão* dos territórios nacionais pelas tropas paraguaias para unificar, pelo convencimento e pela força, a população do país contra *agressão* do território nacional argentino pela *província rebelde paraguaia*.

O PLANO DE GUERRA URUGUAIO

Em 28 de outubro de 1864, quando o Império já violava a fronteira uruguaia, o chanceler oriental José Vazques Sagastume enviava a José Bergés, seu homólogo paraguaio, proposta de “plano de guerra” conjunto para o Uruguai e o Paraguai, para combate ao Império e à Argentina mitrista. Na correspondência, declara a impossibilidade oriental de qualquer ofensiva e a necessidade de se manter na defesa de pontos chaves do país, à espera do apoio paraguaio, que tardava a chegar. Naquele então, o Paraguai ainda não se decidira a proceder contra o Império.

Lembrava Sagastume que uma intervenção paraguaia contra o Império estava justificada pela solene nota-protesto de 30 de agosto de 1864, sucessiva ao *ultimatum* apresentado por Saraiva, no início daquele mês. Devido à intervenção imperial, ficavam abertas as possibilidades de associação entre os dois países, por tratado que pactuasse “aliança ofensivo-defensiva” ou pedido do governo oriental de ajuda militar. O governo paraguaio mantivera durante a crise preocupação obsessiva com o respeito das praxes diplomáticas.

O chanceler oriental propôs a falta de unidade no parlamento imperial sobre a intervenção no Uruguai, afirmando que ela se fortaleceria com a intervenção paraguaia, proposta e raciocínios fantasiosos. A união do Paraguai e Uruguai poderia “ameaçar a própria estabilidade do Império”, outra previsão irrealista, compreensível pela necessidade de *convencer* o governo paraguaio a intervir no confronto, a última esperança de sobrevivência da autonomia oriental.

Quanto às forças armadas, Sagastume lembrava que o Império formava exército de oito mil homens para invadir o Uruguai e que teria dificuldade de aumentá-lo para dezesseis mil homens, devido às necessidades da defesa da fronteira do Rio Grande. Propôs a dificuldade de transferência de tropas das demais províncias, vista a necessidade de mantê-las “no respeito ao regime”. O Brasil não poderia colocar em batalha exércitos superiores aos de que dispunha o Paraguai. Portanto, minimizava

as capacidades de mobilização do Império.

Chamava a atenção para questão social que facilitaria a vitória oriental-paraguaia: “Há, além disso, no Rio Grande e noutras província do Império, um elemento poderoso que pode fazer-se valer em seu prejuízo. A *escravatura liberta sob a proteção das armas republicanas* deve ser naturalmente um inimigo dos seus opressores.” O governo blanco pretendia transformar a guerra de defesa nacional, livrada no Uruguai, em guerra social, no interior do Império.

ESTABILIDADE IMPERIAL

A avaliação de Sagastume sobre as tendências centrífugas provinciais era correta para o período regencial, que se encerrara havia mais de vinte anos, com a derrota dos movimentos liberais e a consolidação do centralismo imperial sustentado pela expansão da cafeicultura escravista.

O escravismo era *handicap negativo* indiscutível do Império, caso houvesse aproveitamento efetivo. Temos dados sobre a tentativa oriental de insurrecionar a escravaria de parte do meridiano rio-grandense, coração da produção escravista provincial.³³ Além de certo nível, a proposta era inaceitável ao governo e às classes dominantes do Paraguai, onde vigia a escravidão, ainda que sob forma de exploração subordinada e sobretudo doméstica.³⁴

Errava fortemente Sagastume ao propor a capacidade da “*opinião pública*” argentina, sobretudo federalista, de deter “reclamação ou disposição governamental” mitrista em “favorecer de qualquer modo os interesses do Império”, no caso de “*violação do território para o trânsito inocente*” das “*forças paraguaias, através da província de Corrientes para chegar ao Brasil*”. Parte da população de Corrientes e de Entre Ríos opôs-se à cruzada mitrista, mais aderiu muito fracamente às forças paraguaias.

O político e diplomata oriental errava também na proposta de que o “*assentimento do governador da província de Corrientes*” para aquela travessia inocente, que jamais se materializou, tiraria razão ao governo central argentino, impedindo que tivesse força “suficiente para conduzir as armas argentinas a fraternizar com o Império”.

Para Sagastume, no decorrer da guerra, as repúblicas platinas se unificariam, devido ao “caráter e tendências do Império do Brasil”. Por sua vez, o general Urquiza, que temeria o fácil

33 MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Agitações, Insubordinações e Conspirações Servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Dossiê História e Africanidades, Revista Sæculum, PPGH Universidade Federal da Paraíba, n° 25, jul./dez. 2011, pp. 61-76.

34 Cf. PLA. Josefina, *Hermano Negro: La esclavitud en el Paraguay*. España: Paraninfo, 1972.

acesso das forças portenhas e imperiais à província de Entre Ríos, abandonaria a indecisão e se aliaria à aliança oriental-paraguaia, ao ver a intervenção poderosa do Paraguai e o Império ocupado na luta no Uruguai. Prognóstico também desmentido pelos fatos.

Em 26 de janeiro de 1865, nove dias após a rejeição do pedido paraguaio ao governo argentino, Justo José Urquiza escrevia a Solano López conclamando-o a evitar qualquer ato que permitisse ao governo mitrista abandonar sua *neutralidade*.³⁵ Em inícios de fevereiro, mandou representante a Asunción para demover Solano López da passagem por território argentino.³⁶ A seguir, mudando de trincheira, tentou, sem sucesso, subir ao trem da Tríplice Aliança que via como vencedor. Em 11 de abril de 1870, apenas findara a guerra, pagaria com a própria vida a traição ao federalismo.

Sagastume conclui sua avaliação otimista do cenário do Prata propondo: “De qualquer modo, *com* o general Urquiza ou *sem* ele, as vantagens que na arte da guerra podem constituir fundadas probabilidades de triunfo *estão com o Paraguai* assim como estão com ele a honra e a glória e estará o apreço do povo e o aplauso da história.”

TUDO DEPENDIA DO PARAGUAI

Na visão do governo oriental, a guerra seria mais ou menos rápida, segundo fossem “mais ou menos eficazes e importantes os esforços” que o Paraguai e o Uruguai desenvolvessem “conjuntamente”. Naquele momento, os orientais disporiam de tropas para “*conter e até bater*” os seis a oito mil soldados floristas. Porém, era previsto o ataque maciço das forças imperiais ao norte do rio Negro, com a conquista do departamento de Cerro Largo e das vilas fortificadas de Salto e Paysandú, isoladas. O controle *do norte* uruguaio pelo Império permitiria que as tropas de Venancio Flores agissem livres ao *sul* do rio Negro.

Devido a isso, propunham-se o abandono daquelas posições na Banda Norte do Uruguai e a concentração dos oito mil soldados orientais fiéis na defesa de Montevideú, à espera da chegada das tropas paraguaias. No caso de que o governo paraguaio enviasse de dois a quatro mil homens para a defesa da capital, as tropas governamentais poderiam “*manobrar com vantagem contra Flores ao sul do rio Negro* e aproveitariam qualquer oportunidade para bater as forças de linha do Império”, ao norte daquele afluente. Os uruguaio, realistas, reconheciam não ter tropas suficientes para defender a capital e lutar no interior do país, ao mesmo tempo.

35 LÓPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas del Mariscal López*. Paraguay: El Lector, 1996. p. 107.

36 FRAGOSO, A. T. *História da Guerra [...]*. Ob.cit., Vol. 2, p. 20.

Sagastume lembrava que o envio de um destacamento paraguaio, através do rio Paraná, para a capital oriental, era facilitado pela impossibilidade da esquadra imperial de visitar, sem realizar um ato de guerra, os navios paraguaios, em exercício de legítimo direito de viagem ao porto de Montevideú. Se não pudessem retornar ao Paraguai, os navios ficariam naquele porto, como auxílio naval, ou seriam comprados, arrendados, etc. pelo governo uruguaio. No documento, o governo oriental pedia empréstimo financeiro ao Paraguai.

Pediam portanto o envio de destacamento paraguaio por mar para a defesa de Montevideú, que permitisse ao governo oriental fustigar as tropas coloradas e imperiais, até a chegada, por terra, dos exércitos paraguaios. Então, estes últimos atacariam os exércitos brasileiros pelo norte, que seriam combatidos, desde o sul, pelas tropas blancas. Sagastume conclamava o governo paraguaio a uma intervenção imediata, já que, em apenas um mês mais, “só Deus” saberia “a natureza dos acontecimentos” que se apresentariam. Lembrava que, se o governo oriental fosse subjugado, maiores seriam “as dificuldades para o Paraguai”.

O URUGUAI ABANDONADO

Foi paradoxal a resposta ao desesperado pedido oriental de ajuda. O governo paraguaio procrastinou qualquer intervenção, propondo que o cenário não se modificara, ainda, com intervenção efetiva do Império no Uruguai. Sem ela, era ilícita ação militar, “sem incorrer na pecha de precipitação ou inconveniência”. Primeiro, necessitava de uma “*participação oficial* do governo uruguaio de que *as forças brasileiras*” realmente haviam invadido o seu território. Descartava o envio de tropas para a defesa de Montevideú, pois, para tal, seriam necessários, no mínimo, vinte navios para transportar quatro mil soldados. Uma tal expedição seria possivelmente hostilizada pela marinha imperial e na passagem da ilha de Martin Garcia, dominada pela Argentina.

Lembrava que, se os navios chegassem a Montevideú, não poderiam retornar, ficando o Paraguai privado de sua marinha de guerra “para seus meios de defesa e movimentos fluviais, inabilitando-se para toda ação efetiva contra o Brasil”. A falta da marinha de guerra deixaria em “aberto o seu litoral aos insultos do inimigo”. Destacava que o governo uruguaio não poderia comprar ou arrendar os navios, já que pedia subsídio mensal, também rejeitado, dadas às necessidades que o Paraguai enfrentaria na próxima guerra. Segundo a ótica paraguaia, tratava-se de um conflito no qual o Uruguai *pouco poderia contribuir*, “em vista da sua *posição interna*”, ou seja, de país assolado e

dividido pela guerra.

O governo paraguaio lembrou que a “posição isolada” em que ele se encontrava na “questão oriental” não era sua “obra”. Não lhe cabia, portanto, “*nenhuma responsabilidade se a situação*” daquele país piorava “com a invasão brasileira”, que se dizia já “ter sido realizada”. A carta terminava propondo que o “governo paraguaio” continuaria “no programa de sua política e nas conseqüências de seu protesto de 30 de agosto”, cabendo ao governo oriental, como Estado independente, caso lhe interessasse, solicitar ajuda militar.³⁷

É difícil interpretar a declaração do governo paraguaio, literalmente abandonando a sua sorte o governo oriental. Ela não nascia de pretensão de recuo no relativo à política no Prata. Eram claras as referências à próxima guerra e às “conseqüências” do “protesto de 30 de agosto” de 1864, diante do governo imperial. A resposta registrava indiscutivelmente a desconsideração com a possível contribuição das forças orientais brancas para o “plano de guerra” paraguaio, visão que se materializaria nas suas sucessivas ações militares na região.

Ao comentar a entrega de Montevidéu, em 20 de fevereiro de 1865, sem luta, pelo governo blanco, já sem esperanças nos “auxilios o protecciones que esperaba del Gobierno paraguay”, Juan Crisóstomo Centurión lembrou que o Paraguai jamais estabelecera pacto com o partido oriental. Assinalou que o governo do país rechaçara “las proposiciones del Ministro Oriental Sr. Sagastume para hacer una alianza ofensiva y defensiva contra el gobierno argentino”. Teria procedido daquele modo para não “coartar su libertad de acción por ningún convenio” com aquela nação.³⁸

PLANO DE GUERRA DO PARAGUAI

Não sabemos se os objetivos militares estratégicos paraguaios foram registrados documentalmente. Anotando as *Memórias* de Juan Crisóstomo Centurión, o major Gonzáles propôs o desconhecimento de documentos sobre “el plan del Mariscal” que revelem seus “objetivos” e “idea estratégica”. O major acreditava que sequer Robles e Estigarribia estivessem “al tanto de la idea estratégica del Mariscal”.³⁹

Louis Schneider é da mesma opinião: “Ignorava [Robles] o conjunto do plano de operações do marechal-presidente, cujo sistema parece ter sido dar a cada general instruções limitadas e a

³⁷ Id.ib. p. 213.

³⁸ CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit. p. 83.

³⁹ Id.ib. p. 123.

nenhum comunicar o que os outros chefes tinham que fazer. Para o autor de *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, muitos !reveses mostraram que deste modo não era possível fazer guerra, principalmente estando o pensamento do diretor tão arredado do teatro das operações.”⁴⁰

Durante a Guerra Grande, o Paraguai jamais teve algo semelhante a um Estado Maior propriamente dito, constituindo apenas “majorias”, junto ao *Mariscal* e nos exércitos expedicionários, reunindo os oficiais de maior grau. O desconhecimento de tal documentação, caso tenha existido, coloca-nos difíceis questões, pois sequer o desdobramento dos sucessos permite-nos definir com segurança o “plano de guerra” paraguaio em 1864-5.

Em geral, as operações bélicas entre o Paraguai e a Tríplice Aliança foram desmembradas em cinco campanhas: a campanha do Mato Grosso; do Prata (Rio Grande do Sul e Corrientes); de Humaitá; de Pikysyry e da Cordilheira.⁴¹ Parece-nos mais correto a divisão daqueles sucessos em dois grandes movimentos, de características e conteúdos diversos: a *guerra ofensiva*, lutada no Mato Grosso e no Prata, e a *guerra defensiva*, travada em território paraguaio. O plano inicial de guerra paraguaio teria sido delineado para o movimento ofensivo, por Solano López, não sabemos em que grau apoiado em seus mais próximos auxiliares. Discutiremos essa questão a partir sobretudo da visão dos militares-historiadores Tasso Fragoso, Luiz Flamarión Barreto Lima e Antonio E. Gonzáles, que anotou a edição de 1948 das memórias de Juan Crisóstomo Centurion.⁴²

O primeiro grande movimento militar paraguaio não se deu, como pedido pelo governo oriental, com transferência de tropas para a defesa de Montevideu ou com o envio acelerado de expedição em socorro da capital oriental. Foi assinalado que o Uruguai não era preocupação tático-estratégica paraguaia. Em 15 de dezembro de 1864, a ofensiva dirigiu-se em sentido contrário, para o norte, para ocupar militarmente o Mato Grosso, o que foi feito rapidamente, devido à forte defecção das tropas imperiais que se seguiu ao inesperado abandono do forte de Coimbra.

Tasso Fragoso espantou-se, do ponto de vista militar, com tal opção: “Surpreende à primeira vista se houvesse voltado preliminarmente para a província de Mato Grosso. Os orientais clamavam com insistência pelo seu auxílio, e viam nele a sua única salvação; nós [sic] estávamos com nossa força dentro do território uruguaio e de Mato Grosso não lhe poderia vir [a Solano López] nenhuma ameaça

40 SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Ob.cit. p. 254.

41 O’LEARY. *El Mariscal Solano López*. Ob.cit.175 et seq.

42 LIMA, F. B. *Guerra do Paraguai*. Ob.cit.; FRAGOSO, A.T. *História da Guerra [...]*. Vol. I e II; CENTURION, J.C. *Memorias [...]*;

de gravidade, atento o estado de abandono em que se encontrava a sua defesa e o seu afastamento considerável da capital do Império.” “Pode-se dizer que havia segurança na fronteira setentrional do Paraguai [...].”

Continua o general Tasso Fragoso, tido como pai da historiografia militar crítica no Brasil: “López sabe de tudo isso, sabe que, quando muito, apenas logrará conservar por algum tempo parte da província brasileira e que isso não imporá o desenlace da guerra. Nada obstante, é por aí que preludia a luta com o Brasil.” O general brasileiro apontou a sanha de López de conquista territoriais como a grande razão de escolha que define como esdrúxula. Por isso, teria distraído “uma parte de suas forças”, em detrimento da “operação fundamental” que empreenderia “depois no rumo oposto”, a invasão de Corrientes e do Rio Grande do Sul.⁴³

AS RAZÕES DA INVASÃO

Por sua vez, ao se referir à campanha do Mato Grosso, o historiador e ideólogo paraguaio Juan Emiliano O’Leary afirmava, sem se referir à demora que causou à expedição em direção do sul: “Considerando que no era prudente dejar a nuestra espalda los elementos bélicos acumulados desde muchos años atrás en Mato Grosso, decidió [Solano López] empezar por allí la guerra, para eliminar, desde ya, aquel peligro.”⁴⁴ Havia grandes depósitos de armas no Mato Grosso, não existindo porém população e infra-estruturas capazes de sustentar invasão imperial por aquela região.

No plano de operações do almirante Tamandaré, de 10 de abril de 1865, posterior à invasão do sul daquela província, previa ataque, pelo norte, com exército de vinte mil homens, “que se deve compor de *mineiros, paulistas e cuiabanos*”, assim como concentração de tropas “no ponto de S. Borja” que ameaçasse invasão também por aquela tradicional rota, obrigando aos paraguaios de ali concentraram um número considerável de tropas.⁴⁵ Em 29, a guarnição imperial abandonava o forte de Coimbra. O segundo objetivo da operação foi apenas parcialmente materializado. Devido à “peste das cadeiras”, ou “trypanosomiase equina, doença fatal que atingiu a cavallhada”, a cavallhada da região foi praticamente dizimada, dificultando a própria retirada dos rebanhos bovinos mato-grossenses.⁴⁶

Além da conquista de territórios a serem reivindicados quando das negociações de paz e de

43 FRAGOSO. *História da Guerra* [...]. Ob.cit. p. 219, vol. I.

44 Id.ib. p. 153.

45 FRAGOSO, Gel. Augusto Tasso. *História da Guerra entre Triplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, p. 10.

46 ESSELIN, Paulo Marcos; A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense. MAESTRI, Mário. *Pedões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 332.

proteger o norte paraguaio, a expedição buscava arrebatar animais vacuns e cavalares abundantes na região para a alimentação das tropas e da cavalaria paraguaias. O que, entretanto, não se realizaria plenamente. A retirada dos gados do sul do Mato Grosso teria sido materializada parcialmente, devido à “peste das cadeiras”, ou “trypanosomiase equina, doença fatal que” dizimou a “cavalhada” da região, dificultando a locomoção dos rebanhos bovinos.⁴⁷

A expedição paraguaia obteve igualmente no sul do Mato Grosso farto armamento ali armazenado, no que se refere à pólvora, fuzis, pistolas, espadas, canhões, etc. Ela permitiu a captura da canhoneira Anhambaí e de outros barcos imperiais que passaram a integrar a frágil marinha de guerra paraguaia. A fácil vitória paraguaia fortaleceu o moral das tropas e da população e a opinião sobre a escassa belicosidade do soldado imperial.

A conquista do sul do Mato Grosso certamente consolidou o apoio à guerra entre importantes setores da população. José Crisóstomo Centurión registra em suas memórias o sentimento entre a população que fora se despedir da expedição naval dirigida àquela província, que certamente era também o seu. “Se leía en el semblante de cada ciudadano y de cada soldado, no solo la satisfacción, sino la plena confianza y seguridad de que estaban poseídos respecto el éxito de aquella expedición, acariciando la idea de que muy en breve Matto-Grosso estaría bajo el dominio del Paraguay, corrigiéndose así el error que cometieron nuestros antepasados permitiendo que los portugueses se estableciesen en aquella rica provincia”.⁴⁸

GRAVE ERRO ESTRATÉGICO

Era razoável a perplexidade de Tasso Fragoso. Não havia ameaça real nortista ao Paraguai, devido à escassa população livre da região. A conquista territorial foi transitória e sem maior consequência militar. Jamais o governo do Brasil esforçou-se em recuperar aqueles territórios, à exceção da expedição, sobretudo *propagandística*, que terminou na desastrosa Retirada da Laguna.⁴⁹ Em 1867, o sul do Mato Grosso foi abandonado pelas escassas tropas de ocupação paraguaias devido às necessidades da defesa do país diante dos exércitos aliancistas que marchavam para Asunción, seguindo a tradicional rota ao longo do rio Paraguai.

47 ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense. MAESTRI, Mario. *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros*: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 332.

48 CENTURIÓN, J. C. *Memorias [...]*. p. 90.

49 TAUNAY, Alfredo d' E. [1843-1899] *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguay. Traduzida da 3 ed. francesa por B.T. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

A conquista do sul do Mato Grosso apresentou à opinião pública do Prata e mundial o esforço militar paraguaio como operação visando sobretudo a conquista territorial – e não a defesa da nação oriental agredida. Ela facilitou a galvanização retórica guerreira imperial sobretudo dos extratos superiores e médios livres do Brasil. Não se trataria de intervencionismo militar no Prata, que contribuía no passado à queda do Primeiro Reinado! Os *brasileiros* se mobilizariam para defender o território nacional invadido *vilmente* pelos exércitos paraguaios.

Sobretudo, a conquista temporária do sul do Mato Grosso retardou em meses a marcha paraguaia para o sul, realizada, apenas em 13-14 de abril de 1865, oito meses após o ultimato do Império ao governo oriental. Então, fazia já quase dois meses que, após as quedas de Salto e sobretudo de Paysandú [2 de janeiro de 1865], previstas pelo governo oriental, os derradeiros combatentes blancos entregaram Montevidéu, sem luta, às tropas imperiais, em 20 de fevereiro de 1865. Naquele momento, desacreditariam totalmente na chegada da pedida, esperada e negada ajuda paraguaia.

A queda de Montevidéu desorganizou as forças blancas no Uruguai e deprimiu o moral federalista argentino, sobretudo em Entre Ríos e Corrientes. O erro de orientação do plano de guerra paraguaio teria comprovação no reconhecimento por Dias Viera, no início do conflito, da impossibilidade de combater ao Paraguai e ao Uruguai associados. “Façam os paraguaios o que quiserem, não podendo batê-los ao mesmo tempo que os *blancos* de Montevidéu, só havemos de tratar séria e exclusivamente daqueles depois de desembarçados do Uruguai.”⁵⁰ Com a derrota *blanca*, o Paraguai defrontou-se isolado com os exércitos do Império, da Argentina mitrista e do Uruguai florista.

Sobre o plano de guerra paraguaio, Juan Emiliano O’Leary propôs: “Su plan [de Solano López] era dirigirse resueltamente al Uruguay al frente de un poderoso ejército, para salvar al Gobierno de Montevideo, aliar-se después con el y llevar la guerra al Brasil, contando con la prometida cooperación de Urquiza y con la manifiesta buena voluntad de las provincias argentinas.”⁵¹ Vimos que, ao contrário do proposto pelo historiador paraguaio, houve clara despreocupação com a sorte da resistência oriental, que não foi apoiada por tropas ou recursos.

Quando, em 14 de abril, o grosso das tropas paraguaias desembarcou e ocupou a cidade de Corrientes, não mais havia governo blanco em Montevidéu e no Uruguai para ser salvo e em quem se apoiar. E as tropas paraguaias progrediram em direção ao sul, com extrema lentidão e não

50 NABUCO, J. *Um estadista do Império [...]*. Ob.cit. p. 188.

51 O’LEARY, J. E. *El Mariscal Solano Lopez*. Ob.cit. p. 155.

“resueltamente”, sem tomarem jamais claramente o caminho de Montevideu e do Uruguai. Quanto a Urquiza, como assinalado, Solano López fora informado por carta e por enviado pessoal do caudilho entrerriano que ele não interviria ao lado do Paraguai.

EM DIREÇÃO AO SUL

Após a conclusão vitoriosa do primeiro movimento em direção ao sul do Mato Grosso, com o retorno do grosso das tropas expedicionárias do norte, o comando militar avançou seu plano de guerra dividindo forças as paraguaias em duas divisões expedicionárias. O *ejército principal*, com de 25 a 30 mil homens, concentrado em Humaitá-Passo da Pátria, e um *ejército secundário*, de uns 10.500 soldados, igualmente das três armas – infantaria, cavalaria, artilharia.

A divisão principal era comandada por Wenceslao Robles, o único general do *ejército paraguaio* antes do conflito, secundado pelo coronel Francisco Isidoro Resquín. Após ocupar Corrientes, em 14 de abril, a expedição seguiu em direção ao sul, ao longo do rio Paraná. Ela teria como objetivo conquistar a província de Corrientes e obter a adesão dos federalistas correntinos e entrerrianos. Essa divisão avançou até Goya, onde interrompeu sua marcha, sob ordens expressas do comando supremo paraguaio.

Vinte dias mais tarde, de Itapua/Incarnación, partia *ejército secundário*, de 10.500 homens, comandada pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, secundado pelo major Pedro Duarte. Ele marchou para a vila de São Tomé, nas margens do rio Uruguai, de onde invadiu o Rio Grande do Sul, em 10 de junho, através do passo de São Borja, conquistando a seguir a vila homônima. A coluna pretendia a conquista de Itaqui, costeando o grande rio, acompanhada por coluna menor, na outra margem, comandada pelo major Duarte. Em Itaqui, colocaria-se na mesma altura da coluna principal, comandada por Robles.

A invasão do Rio Grande em São Borja iniciava o ataque ao Brasil em região de significativa povoação guarani e importantes manadas de gado vacum e cavalos, transportadas para o Paraguai. Ela teria como *objetivo tático* a destruição das forças de defesa da fronteira oeste, sob o comando geral do brigadeiro David Canabarro [1796-1867] e do comandante de armas da província sulina, o tenente-general João Frederico Caldwell.

OPINIÕES DIVERGENTES

Divergem as opiniões sobre os objetivos tático-estratégicos dos dois exércitos. O general brasileiro Flamarión Barreto Lima acreditava que o objetivo *lógico* do exército secundário de Estigarribia/Duarte seria conquistar Itaqui, Uruguaiana e talvez Salto e Paysandu. Assim, atrairia parte das forças imperiais aquarteladas no Uruguai, com destaque para as tropas sob o comando do general Manuel Luiz Osório.

Segundo Barreto Lima, um dos objetivos centrais do plano de guerra paraguaio seria a junção com as forças brancas dispersas. No norte do Uruguai, o exército Estigarribia-Duarte acolheria o que sobrasse daquelas forças e promoveria rebeliões de cativos nas estâncias ao norte do rio Negro e no meridiano rio-grandense. O objetivo da coluna seria facilitar a progressão do *exército principal*, destinado a destruir as forças aliancistas em reunião em Concordia, pequeno povoado sobre o rio Uruguai em Entre Ríos. Feito isto, os dois exércitos ingressariam no Rio Grande, tomando a direção de Porto Alegre.

Esse plano exigia a entrada e a saída de tropas paraguaias no Rio Grande, afastando-se e aproximando-se de Porto Alegre. Ele não parece ser o projetado pelo comando paraguaio. Juan C. Centurión propôs que as ordens expressas recebidas por Estigarribia eram de acampar em Itaqui e não atravessar o rio Ibicuy. Apenas ao fazê-lo, Solano López ordenara a Estigarribia que conquistasse a vila de Uruguaiana e seguisse, sem detença, para a vila de Alegrete, no caminho de Porto Alegre.

Em Alegrete, Estigarribia esperaria o Mariscal que, à cabeça do *exército principal*, ingressaria no Rio Grande do Sul, após destruir as tropas aliancistas em Entre Ríos/Corrientes. Se não fosse prevista esta convergência, não haveria razão para a conquista de Alegrete, distante das fronteiras uruguaia e argentina. Há indícios de que Solano López previa obter, em algum ponto próximo de Porto Alegre uma vitória de tal contundência que obrigasse o Império a negociar a paz.⁵²

Silverio Aveiro iniciou a trabalhar muito jovem como secretário de Carlos Antonio López, atividade que prosseguiu ao lado de Francisco Solano López, que acompanhou até Cerro Corá, então no posto de coronel. Em 1880, escreveu suas recordações sobre o conflito. Pelo que falara o *mariscal* e por suas deduções, acreditava que o exército de Robles e a “coluna de Estigarribia” deviam “incorporarse sobre la margen del Uruguay”.⁵³

Analisando o plano de guerra paraguaio, o major Gonzáles propôs que seriam dois os

52 CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit.p.123.

53 AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Asunción: El Lector, 1998. p. 33.

objetivos do Mariscal: “a) apoderarse de Rio Grande do Sul, com vista de asegurarse los médios de proseguir la guerra y definirla, y b) destruir el núcleo de fuerzas que el adversário en esos momentos está concentrando en Concordia.”⁵⁴ Destaque-se que se tratavam dos objetivos da prevista guerra contra a Argentina mitrista, acrescidos do confronto não previsto com o Império.

Para o major Gonzáles, era o exército Estigarribia/Duarte que cumpriria a missão principal, e não o exército comandado inicialmente por Robles. Proposta que contradita com a maior importância numérica e mais elevado grau dos oficiais comandantes da Divisão Sul, em relação à coluna que assaltou o Rio Grande do Sul. Segundo ele, após a vitória no Rio Grande do Sul, se obteria “el vuelco de la situación política en el Uruguay”.⁵⁵

FRAGILIDADES DO PLANO DE GUERRA PARAGUAIO

Houve enorme superestimação das próprias forças por parte do comando político-militar paraguaio, ao se despreocupar olímpicamente com o sucesso dos combates no Uruguai e iniciar o conflito por conquista territorial no norte do país, permitindo o rearmamento *moral* e *material* do Império. Também houve superestimação das possíveis alianças, ao prosseguir na decisão de declaração de guerra à Argentina, após Urquiza negar apoio a Solano López, o que retirou ao Paraguai o concurso da temida cavalaria entrerriana e as necessárias bases territoriais *aliadas* para atacar o Império.

A patente dissimetria de forças entre o Paraguai e o Império aumentou com a defecção do general Urquiza e com o ingresso na guerra da Argentina mitrista e do Uruguai florista que, além de algumas tropas, forneceram ao Império a base territorial para operação em direção de Asunción. A nova realidade determinou a opção de dividir as tropas paraguaias em duas divisões, abrindo duas frentes. Não era possível invadir o Rio Grande, deixando o flanco ocidental sob o controle de tropas inimigas. A divisão das forças paraguaias, aumentada pela fratura da coluna Estigarribia, debilitou o exército expedicionário, permitindo sua destruição parcial.

A linha de marcha das três colunas paraguaias ao longo do rio Paraná e nas duas margens do rio Uruguai registrava a importância dos mesmos como vias de comunicação e abastecimento. Sobretudo para os exércitos paraguaios que, se distanciando da retaguarda nacional, passavam a depender fortemente da conquista ao inimigo de alimentos, vestuários, combustíveis, animais de

⁵⁴ CENTURION, J. C. *Memorias* [...]. Ob.cit. p. 124.

⁵⁵ Loc.cit.

transporte, etc. Situação que colocava o domínio ou a neutralização do rio Paraná como condição imprescindível à ofensiva paraguaia. O que era inimaginável devido à superioridade da marinha imperial.

A retomada temporária de Corrientes, em 25 de maio de 1865, registrou a facilidade de contra-ataque de tropas aliancistas transportadas pelos navios da marinha imperial. Aquele sucesso ensejou o destrambelhado assalto paraguaio à esquadra imperial, em Riachuelo, em 11 de junho de 1865. Ele pôs definitivamente fim ao arremedo de marinha de guerra paraguaia que, após a derrota, pouco influenciou no curso da guerra, cedendo ao Império a hegemonia fluvial.⁵⁶

NECESSÁRIA RETIRADA

Após Riachuelo, ficavam claras a imprevidência do plano de guerra paraguaio e a necessidade urgente de recolhimento das duas colunas expedicionárias, o que, se tivesse sido feito, teria poupado o massacre de Pasos de los Libres e a rendição, sem luta, das tropas paraguaias entrincheiradas em Uruguaiana, com a perda total daquela força e de grande parte do núcleo central do exército profissional paraguaio.

Com a derrota de Riachuelo, em 11 de junho de 1865, Francisco Solano López ordenou a substituição de Robbles, responsabilizado por parte do fracasso da expedição geral, e, em 2 de setembro, o retorno do exército principal a Corrientes e, a seguir, ao Paraguai, dizimado pelas enfermidades, pelo frio, etc., sem ter jamais realmente combatido. A retirada daquela colona levou Estigarribia, que se embretara em Uruguaiana, em 5 de agosto, a se render, em 18 de setembro, ao compreender que jamais chegariam os reforços pedidos. Encerrava-se, com retumbante fracasso, a expedição ofensiva paraguaia ao Prata.

Apresenta-se como importante *handicap* negativo da operação expedicionária a decisão de Francisco Solano López de comandá-la à distância, primeiro desde Asunción e, desde 9 de junho de 1865, a partir da fortaleza de Humaitá.⁵⁷ As minuciosas instruções emanadas do comando geral em Asunción e a seguir em Humaitá desconheciam inevitavelmente a flutuação tática dos sucessos no campo de batalha, diminuindo a eficácia aos exércitos paraguaios.

Segundo o coronel Silvestre Aveiro, a “larga distancia en que se encontraba la dirección de

56 OURO PRETO. *A marinha d'outrora*. OURO PRETO [Visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora: subsídios para a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981; FRAGOSO, A. T. *História da Guerra [...]*. vol. 2 pp. 82 *et seq*; CENTURION, J. C. *Memórias [...]*. pp. 112 *et seq*.

57 CENTURION, J. C. *Memórias [...]*. Ob.cit. p. 110.

la guerra, siempre contrariaba a Robles, pues hacía movimientos exigidos por las fuerzas enemigas, y después recibía ordenes contradictorias.”⁵⁸ O possível desconhecimento dos objetivos estratégicos pelos chefes divisionários máximos dificultava ainda mais a adaptação no terreno das instruções extemporâneas recebidas do Paraguai.

Durante a guerra, a decisão de Solano López de manter-se no Paraguai foi explicada devido à ausência de valentia pessoal, sobretudo pelos oficiais imperiais, que compartilhavam ainda a visão da destemeredade pessoal como essencial qualidade militar. No campo de batalha, o engenheiro militar Benjamin Constant criticou em sua correspondência familiar a ordem dada aos oficiais de não portarem em combate suas divisas, para não se transformarem em alvos privilegiados. Caçoava igualmente de oficial que se abaixava e se protegia quando de ataque da artilharia inimiga!⁵⁹

Mesmo sendo a inabilidade militar tático-estratégica do Mariscal um quase consenso, firmeza de decisão e coragem eram características pessoais que jamais faltaram-lhe. Certamente foram outras e mais complexas as razões daquela decisão, explicada também comumente como devido à pressão exercida pelo bispo Manuel Antônio Palacios, pelo general Barrios e pela madame Lynch.⁶⁰ A estrutura do poder no Prata determinava que a direção da guerra coubesse ao presidente. Entretanto, para acompanhar os exércitos fora do país, Solano López deveria entregar a direção do Estado a substituto, algo problemático, sobretudo em conjuntura como a vivida, sob a incerteza da vitória das armas paraguaias. Havia oposição a ele mesmo no seio de seu círculo familiar.

OPOSIÇÃO À GUERRA

Quando da discussão no congresso de 1864 sobre seu acompanhamento dos exércitos expedicionários, Francisco Solano López reconheceu a oposição interna à guerra no exterior: “Nuestro país há tenido siempre recelos de los males de la guerra [...]”. Desde a era francista, era tradicional a oposição sobretudo da população rural às aventuras militares no Prata, como ficara claro quando da intervenção paraguaia fracassada de 1846, contra José Manuel de Rosas, com o motim de 28 de fevereiro de tropas paraguaias estacionadas em Payubré. Durante o debate no Congresso, afirmou estar

58 AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Ob.cit. P. 33.

59 LEMOS, Renato (Org.). *Cartas da Guerra*: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999. pp. 91, 92

60 AVEIRO, Silvestre. *Memorias militares*. Ob.cit. p. 33.

“persuadido de que” se tivesse que se ausentar do Paraguai, “la población se” conservaria “tranquila”, já que tinha “confianza em su unidad, orden y patriotismo”.⁶¹ Mas não se ausentou!

Certamente a expedição ofensiva no exterior não contaria com o consenso popular construído em torno da guerra defensiva dos territórios nacionais. Na proclamação à cidadania paraguaia, de 2 de junho de 1865, Francisco Solano López assinalava como condições que lhe “habilitaban” a deixar Asunción, “el orden público sólidamente afianzado en el país [...]”. Entretanto, não foi além de Humaitá. Portanto, a garantia da *orden interna* era uma fixação do governo supremo. Tudo leva a crer que Solano López pretendesse assumir pessoalmente a chefia das tropas expedicionárias quando a guerra vitoriosa estivesse nos seus momentos finais.⁶²

UM BALANÇO GERAL

O caráter assimétrico do confronto foi radicalizado por opções militares certamente incorretas do alto comando militar paraguaio, centralizado por Francisco Solano López. Foi enorme a superestimação das forças paraguaias, sobretudo após a defecção de Urquiza. Teve também consequências o menosprezo da contribuição oriental no embate contra o Império e a Argentina, privilegiando-se operação no Mato Grosso sem consequências táticas e estratégicas. Foi clara a incompreensão inicial da necessidade de domínio mais do que improvável dos rios Paraná e Uruguai, para o abastecimento das tropas, divididas em três colunas. A indecisão do avanço do exército principal e procrastinação do confronto com as tropas argentinas também têm sido apontadas como falhas graves na execução do eventual plano de guerra paraguaio. A dependência da evolução das colunas expedicionárias a um comando sediado no Paraguai, cada vez mais longe do campo de batalha, seria um outro grave percalço.

Pesou na campanha expedicionária a inexistência de um *comando maior* paraguaio, com experiência militar efetiva, já que a última batalha travada pelo Paraguai fora quando da Independência, havia meio século! A falta de oficialidade com formação militar foi substituída por Francisco Solano, igualmente sem experiência castrense. Não era mera fanfarronice a declaração de Bartolomé Mitre da derrota paraguaia em apenas três meses, se retirada da equação militar Paraguai *versus* Tríplice Aliança a resistência heróica da população de raízes sobretudo camponesa quando a guerra expansiva

61 LÓPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas*. Ob.cit. p. 110, 112; CHAVES, Julio Cesar. *El presidente López*. Ob.cit. p. 109.

62 CENTURION, J. C. *Memorias [...]*. Ob.cit. p. 110.

transformou-se em defesa desesperada do solo paraguaio e das conquistas populares obtidas e consolidadas sobretudo no período francista.

É certa a lembrança do duque de Caxias no Senado de que nada é mais fácil do que, depois de um combate, com os dados sobre ele, “criticar operações e indicar planos mais vantajosos”.⁶³ Mas procede também a proposta de que a arte da guerra exige a previsão das tendências profundas dos movimentos do antagonista para poder agir positivamente sobre eles. Para o historiador, explorar hipoteticamente as eventuais conseqüências de opções não materializadas, no contexto da relatividade dessas projeções, permite sugestões para uma melhor compreensão dos sucessos.

O rotundo fracasso do plano de guerra paraguaio sugere que eventualmente teria sido preferível envio por via fluvial da divisão de apoio pedida pelo governo oriental e a marcha acelerada do grosso das tropas em direção ao Uruguai, quando o governo oriental ainda resistia. Um destacamento paraguaio teria eventualmente retardado ou impedido a entrega da capital aos imperiais, mantendo-a sob controle até a chegada dos exércitos expedicionários.

Diante da necessária demora do Império para mobilizar suas forças, um exército de quarenta mil homens alcançaria o Uruguai e possivelmente venceria as tropas que se antepusessem a sua marcha. Ao menos é o que sugerem as campanhas de Corrientes e do Rio Grande. A retenção no Prata dos navios de transporte paraguaios pouco pesaria no confronto. A luta em apoio ao Uruguai, sem a invasão de territórios brasileiros, fortaleceria a posição paraguaia, com destaque para o Prata.

Preso no Rio de Janeiro sob suspeita de ter sido contratado pelo governo paraguaio como oficial superior, o major prussiano Max Von Versen [1833-1893], com larga e reconhecida experiência militar, alcançou o Paraguai onde pretendia seguir como espectador independente a guerra. Em livro sobre o conflito, anotou sobre o Plano de Guerra geral daquele país: “Se tivesse compreendido devidamente a situação, o Presidente Lopez, sem hesitar, teria atirado 50.mil homens na República Oriental [...]. [...] teria podido [...] arrastar para seu lado Corrientes e Entre-Rios e estabelecer nesta províncias e na Banda Oriental a base das operações.”⁶⁴

Sendo país de apenas 250 mil habitantes e politicamente dividido, o Uruguai era incapaz de mobilizar tropas numerosas. Entretanto, devido à atividade do seu porto, o comércio exterior oriental era 6,4 vezes superior ao paraguaio, constituindo rica fonte de recursos.⁶⁵ O bloqueio de Montevideu

63 NABUCO, *Um estadista do Império* [...]. p. 192.

64 VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: ed. Italiana, São Paulo: EdUSP, 1976. P. 74.

65 CENTURION, J. C. *Memórias* [...]. Ob.cit. p.12.

pela marinha imperial ensejaria conflitos internacionais. E mesmo que, no caso de eventual destruição de exército do Brasil, o Império tivesse condições de “armar y entrenar varios” outros, como sugere corretamente Ricardo Caballero Aquino, o controle da cidade-porto e de seus recursos alavancaria resistência que propiciaria, eventualmente, *paz negociada* com o Império, por exaustão.⁶⁶

Em sua obra magna, *Um estadista do Império*, Joaquim Nabuco dedicou amplas e argutas páginas ao grande conflito do Prata. Sem jamais abandonar a ótica do Estado imperial, registrou a falta de razões para a intervenção do Império no Uruguai, que apontava como grande detonador daquele conflito. Ao criticar Francisco Solano López por sua “idéia fixa de chegar até o Rio Grande”, motivo da invasão do “território argentino”, avança fina ponderação, resultado da sua análise do conflito como um todo.

Nabuco propõe que, se o *mariscal* tivesse “ficado com o exercito de Cerro León e Humaitá ao abrigo de suas lagoas e suas florestas, procurando despertar os preconceitos do Rio da Prata contra as chamadas tendências absorvedoras do Brasil, a guerra do Paraguai teria sido, talvez, guardada severamente a neutralidade argentina, a ruína do Império”. Sobretudo se as tropas paraguaias tivessem optado pela defensiva ativa, como em Curupayty. Para Nabuco, a guerra de 1864 fora “um salto no escuro” dado inconscientemente pelo Império, de quem foi sempre um incondicional defensor.⁶⁷

66 Id.ib. p.9.

67 NABUCO, J. *Um estadista do Império* [...]. Ob.cit. p. 233-5.

ATINGINDO O CENTRO DE GRAVIDADE DO INIMIGO:
GRANT, SHERMAN E A ESTRATÉGIA FEDERAL DE 1864 PARA A VITÓRIA
SOBRE OS CONFEDERADOS

Leandro José Clemente Gonçalves¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar como a estratégia federal (nortista) traçada pelo tenente-general Ulysses S. Grant em parceria com o major-general William Tecumseh Sherman, para a campanha da primavera de 1864, foi capaz de levar as forças confederadas (sulistas) à derrota final.

ABSTRACT

This work aims to show how the federal strategy (northern) drawn by Lt. Gen. Ulysses S. Grant in partnership with Maj. Gen. William Tecumseh Sherman, for the campaign in the spring of 1864, was able to take the seals Confederate (southern) to final defeat.

Palavras-chave: Guerra Civil Norte Americana; Grant; Sherman.

Key words: Civil War; Grant; Sherman.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) teve origem com a separação da Carolina do Sul em dezembro de 1860, seguida por outros seis estados do Extremo Sul (*Deep South*) todos temerosos em relação às ações que a futura (e primeira) administração presidencial republicana tomaria em relação à escravidão e às relações comerciais com a Europa.

O exército federal, com pouco mais de 16.000 efetivos (não descontando aqueles que o deixaram para unirem-se a causa separatista do sul), pouco ou nada podia fazer para conter estados com milhares de quilômetros quadrados e milícias armadas locais. Quando, entretanto, o exército tentou suprir o forte *Sumter*, em Charleston (Carolina do Sul), tal ato desencadeou as hostilidades sulistas, fato que levou ao bombardeio do forte e o início da guerra. A convocação federal de 75.000 voluntários para suprimir a rebelião fez com que outros quatro estados sulistas aderissem à secessão.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação da UNESP-Franca, membro do Gedes-UNESP e do Grupo de Pesquisa em História Militar da UEL

Tanto as forças terrestres da União quanto as da Confederação nasceram daquele reduzido contingente do exército anterior ao conflito. Somando os oficiais na ativa, os oficiais formados em institutos militares particulares, os ex-oficiais com educação militar formal em *West Point*, mas que estavam na vida civil exercendo atividades empresariais (casos de George B. McClellan e Ulysses S. Grant) e os oficiais voluntários das guerras contra o México (1846-48), o número total de homens supostamente preparados para o comando não passaria de 3.000. Nenhum destes, todavia, conhecia a obra de Clausewitz e, assim, não estavam familiarizados com seu conceito de “centro de gravidade” exposto pelo teórico prussiano no seu “*Da Guerra*”.²

A despeito disso, podemos notar que assim como a teoria de Newton não deu origem à gravidade, mas apenas explicou o funcionamento desta força em todas as guerras os lados envolvidos sempre possuíram e possuem seus “centros de gravidade”. Logo, a educação profissional, o estudo formal e o bom senso dos líderes civis e militares anteriores à ascensão do *Da Guerra* na década de 1870, e graças às rápidas vitórias prussianas nas guerras que levaram à Unificação Alemã, poderiam levá-los a reconhecer quais eram os centros de gravidade de seus oponentes numa guerra.

Embora Clausewitz seja o primeiro teórico a utilizar a expressão “centro de gravidade” na estratégia, o barão de Jomini, cujos textos eram bem conhecidos em *West Point* graças ao trabalho de tradução e divulgação de Dennis H. Mahan e Henry W. Halleck, ambos instrutores na academia na primeira metade do século XIX, já havia chegado a uma conclusão parecida pouco antes:

Este emprego das forças deve ser regulado por dois princípios fundamentais: sendo o primeiro, obter, pelos movimentos livres e rápidos, a vantagem de trazer a massa das tropas contra frações do inimigo; o segundo, atacar na direção mais decisiva, _ o que significa dizer, naquela direção onde as consequências da derrota do inimigo possam ser mais desastrosas, enquanto, ao mesmo tempo, seus sucessos não lhe rendam grandes vantagens.³

Clausewitz, por sua vez, definia o centro de gravidade como “(...) um centro de poder e de movimento, de que tudo depende (...) e é contra esse centro de gravidade do inimigo que se deve desferir o golpe concentrado de todas as forças.”⁴

Na Guerra Civil Americana, como em outras guerras, demorou-se muito a perceber qual seria o centro de gravidade dos respectivos inimigos. No começo das hostilidades, a proximidade

2 cf. HARSH, Joseph L. **Battlesword and Rapier: Clausewitz, Jomini, and the American Civil War** in: Military Affairs, Society for Military History, vol.38, n 4 (Dec.1974), p.133-138.

3 JOMINI, Baron Antoine Henry de. **The Art of War**. London: Greenhill Books, 1992, p. 328.

4 CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.854.

entre as duas capitais (*Washington*, no norte, e *Richmond*, no sul) levou muitos militares e civis (especialmente os formadores de opinião na imprensa) a crerem que a tomada de uma ou outra levaria a luta a uma decisão rápida e pouco sangrenta. Foi esta crença que, no norte, levou ao desastre da derrota das forças federais na batalha de *Manassas* (ou *Bull Run Creek*), em 21 de julho de 1861, e à fracassada *Campanha da Península*, idealizada e comandada pelo general George B. McClellan, entre março e julho de 1862, para tentar tomar *Richmond* dos confederados.⁵

As vitórias federais no teatro de operações do oeste, no cerco de *Vicksburg* (Mississippi, maio a julho de 1863), que desobstruiu a navegação do rio Mississippi aos federais, e na Campanha de Chattanooga (Tennessee, outubro e novembro de 1863), repelindo as forças confederadas do general Braxton Bragg para a Georgia, colocaram o general Ulysses S. Grant em evidência e lhe garantiram uma promoção ao posto de tenente-general da União, patente só ocupada antes por George Washington. Paralelamente, o presidente Lincoln parecia ter encontrado o comandante que procurou durante os três primeiros anos da guerra para vencê-la para a União.⁶

A campanha de Chattanooga, entretanto, foi iniciada com uma derrota das forças da União sob comando do general William S. Rosecrans em Chickamauga (19-20 de setembro de 1863). Tal vitória confederada foi alcançada com uma forte “concentração no espaço”, realizada por meio do deslocamento ferroviário do corpo de exército do general James Longstreet, da Virginia até o Tennessee, num gigantesco circuito de 950 milhas⁷. Tal deslocamento exibiu, mais uma vez, a vantagem das linhas internas da defesa confederada, além de mostrar ao mundo a vantagem estratégica proporcionada pelo uso das ferrovias, tanto no deslocamento quanto no suprimento das tropas⁸. Além disso, quando Grant finalmente se tornou vitorioso sobre os sulistas no Tennessee, em novembro de 1863, ele parece ter começado a sofrer daquilo que o historiador Richard McMurry chamou de “febre de Chickamauga”, ou seja, a visão estratégica de que a vitória sobre os confederados só seria viável se lhes fosse totalmente negada a possibilidade de utilizarem suas linhas interiores, especialmente as ferroviárias, para “rocarem” tropas do leste para o oeste e vice-versa, conforme a urgência de cada teatro de operações. Nas palavras daquele autor:

5 REARDON, Carol. **With a sword in one hand and Jomini in the other**: the problem of military thought in the Civil War North. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012, p.24.

6 GLATTHAAR, Joseph T. **Partners in command**: the relationship between leaders in the Civil War. New York: The Free Press, 1994, p. 191-223.

7 Cf. CLARK JR, John E.. **Railroads in the Civil War**: the impact of management on victory and defeat. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2001, p. 91-92. Para uma análise do conceito de concentração no tempo e no espaço, ver JONES, Archer. **Civil War command & strategy**: the process of victory and defeat. New York: The Free Press, 1992, p. 101.

8 JONES, Archer, op. cit., p.39.

A despeito da raridade com que os confederados moveram tropas entre o leste e o oeste, o alto-comando da União ficou aflito após setembro de 1863 com o que podia ser chamado de “febre de Chickamauga” _ o temor de que os sulistas executassem novamente a manobra. Este temor está por trás da grande estratégia de Grant para 1864.⁹

No seu planejamento estratégico de 1864 Grant foi muito bem auxiliado pelo General William T. Sherman, que o substituiu no comando das Forças Federais no oeste quando aquele partiu para Washington. A ideia estratégica deste era baseada na exaustão do inimigo, atacando o interior de seu território com grandes forças das três armas (infantaria, cavalaria e artilharia) não para conquistar pontos-chaves mas, antes, para destruir ferrovias, fábricas e lavouras sulistas, buscando fazer com que as forças invasoras federais consumissem e devastassem os produtos da agricultura do sul.¹⁰

Após assumir o comando, Grant classificou as operações federais no leste e no oeste como os esforços de uma “parelha empacada” e propôs um plano estratégico que faria o mecanismo funcionar em conjunto¹¹. Segundo suas palavras: “Antes desse tempo estes vários exércitos [da União] haviam agido separada e independentemente uns dos outros, dando ao inimigo uma frequente oportunidade de destituir um comando, não pressionado, para reforçar outro mais ativamente engajado. Eu estava determinado a parar com isso (...). Meu plano geral era concentrar toda a força possível contra os exércitos confederados em campo.”¹²

Ou, como explicou ao comandante do Exército do Potomac, general George G. Meade: “Enquanto for praticável todos os exércitos se moverão juntos, e em direção a um centro comum. (...) Sherman se moverá ao mesmo tempo que você (...) o exército de *Jo. Johnston* será o objetivo dele, e o coração da Geórgia seu alvo fundamental.”¹³

Para Sherman, Grant propôs: (...) mover-se contra o exército de Johnston, arruiná-lo e atacar no interior do território inimigo o mais distante que você puder causando todo dano que você puder aos recursos de guerra dele.”¹⁴ Assim, Grant não estava pensando somente numa campanha simultânea contra os exércitos inimigos, para mantê-los constantemente ocupados e impossibilitados

9 McMURRY, Richard M.. **Atlanta 1864: last chance for the Confederacy**. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2000, p. 191-193.

10 HAGERMAN, Edward. **The American Civil War and the origins of modern warfare: ideas, organization, and field command**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1992, p. 275-277.

11 STOKER, Doanld. **The grand design: strategy and the U.S. Civil War**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p 351.

12 GRANT, Ulysses S.. **Personal Memoirs**. New York: The Modern Library, 1999, PP. 373-374.

13 Ibid. p. 377.

14 Ibid. p.376.

de se socorrerem mutuamente, mas, no caso de Sherman, já pensava em termos de uma campanha contra a infraestrutura econômica e logística do inimigo. Ou, como disse Donald Stoker, Grant estava pensando em termos de uma “(...) ação ofensiva para encurralar o inimigo, matar seus exércitos e destruir seus recursos eliminando sua capacidade de prosseguir em guerra.”¹⁵ Parece, então, que Grant soube identificar muito bem o centro de gravidade do seu inimigo, e este seria constituído pelas forças armadas e seus recursos econômicos confederados. Assim, aplicando constante pressão sobre ambos, Grant esperava finalmente levar a guerra a um final vitorioso para a União.

Seu plano operacional para a primavera de 1864 colocaria os exércitos numericamente superiores de Sherman (a Divisão Militar do Mississippi com 100.000 homens) e de Meade (o Exército do Potomac, com 127.000 homens) contra os exércitos de Joseph “Joe” E. Johnston (o Exército Confederado do Tennessee) e de Robert E. Lee (o Exército do Norte da Virgínia), respectivamente, na Georgia e na Virgínia. As duas campanhas, entretanto, depararam-se com realidades totalmente distintas.

Ao atravessar o rio Rapidan (no dia 05 de maio de 1864) o Exército do Potomac encontrou seu inimigo tradicional, o Exército do Norte da Virgínia, sempre protegido por trás de fortificações e, mesmo flanqueando-o quatro vezes, sempre dirigindo-se rumo a Richmond pela direita dos confederados, Meade foi incapaz de surpreender Lee na Virgínia.¹⁶

Aliás, durante esta campanha uma das principais características foi a “guerra de trincheiras” que, para muitos historiadores do século XX, teria preconizado o Front ocidental europeu na 1ª Guerra Mundial. As trincheiras estiveram presentes nas quatro batalhas, *Wilderness*, *Spotsylvania*, *North Anna River* e *Cold Harbor*, e no prolongado cerco Federal contra a linha confederada de *Richmond-Petersburg*, entre junho de 1864 e março de 1865. Sobre o emprego de trincheiras e outras formas de fortificação de campo utilizadas pelos confederados nesta campanha o coronel Theodore Lyman, do estado-maior de Meade, nos deixou a seguinte descrição:

A grande característica desta campanha é o extraordinário uso feito de parapeitos. Quando chegamos ao terreno, demora-se, evidentemente, um tempo considerável para colocar as tropas em posição para o ataque num terreno arborizado (...). Enquanto isso, o que faz o inimigo? (...) eles coletam (...) mourões de cercas, pedras, troncos e outros materiais e os empilham ao longo de uma linha; baionetas, com umas poucas picaretas e pás, nas mãos de homens que trabalham por suas vidas, são suficientes para cobrir esta estrutura com terra

15 STOKER, Donald. op cit., p.352.

16 Cf. HUMPHREYS, general Andrew. **The Virginia Campaign, 1864 and 1865**. New York: Da Capo Press, 1995, p. 9-11.

(...) e, dentro de uma hora, há uma cobertura contra balas, alta o suficientes para proteger um homem ajoelhado (...). É uma regra que, quando os rebeldes fazem alto, o primeiro dia lhes dá um bom buraco para rifleiros; o segundo, um regular parapeito para a infantaria com artilharia em posição; e o terceiro, um parapeito com um abatis em frente e uma bateria entrincheirada por trás. As vezes colocam este trabalho de três dias nas primeiras vinte e quatro horas.”¹⁷

Sem contar o certo de Petersburg, Grant perderia 50 mil de seus 122 mil soldados enquanto Lee perderia 32 mil, dos seus 70 mil originais. Tais perdas, decorrentes dos ataques frontais contra as fortificações confederadas, renderam a Grant a alcunha de “açougueiro”, todavia, elas também requerem mais reflexão. Embora os resultados imediatos destas batalhas fossem assombrosos, elas mantiveram Lee concentrado na Virgínia e impossibilitado de reforçar Johnston na Georgia contra Sherman. Paralelamente, é preciso lembrar que tal “estratégia de aniquilação” podia se amparar no fato de que a União tinha mais facilidade de repor perdas humanas do que a Confederação, que sempre teve população menor.¹⁸

Sherman também encarava um mestre da guerra de trincheiras: “Joe” Johnston. Todavia, a campanha aí seria diferente porque Sherman se recusaria a atacar as posições fortificadas dos confederados de frente, com exceção do assalto em Kenesaw Mountain, que foi o único tentado e fracassou, preferindo flanqueá-los e, dessa forma, negar esta vantagem tática ao seu inimigo, mostrando-se mais móvel do que Grant, fato que seria uma prévia da grande mobilidade dos exércitos da 2ª Guerra Mundial¹⁹. Johnston, todavia, não seria o único tormento de Sherman. Em virtude da carência de carroças, da má colheita de 1864 no norte da Georgia e da prática dos confederados de evacuar a população civil, o exército de Sherman poderia extrair poucos recursos para sustentar-se em território inimigo e dependeria, demasiadamente, da linha ferroviária que corria de Chattanooga para Atlanta. Assim, como uma contramedida para encarar as possíveis sabotagens confederadas contra sua linha, Sherman mandou estocar trilhos, dormentes e materiais de reparo para pontes, que seriam transportados nos mesmos trens que carregavam suprimentos para seus soldados.²⁰

A estratégia de Johnston de permanecer imóvel dentro de suas fortificações de campo rendeu

17 AGASSIZ, George R.. **Meade's Headquarters, 1863-1865**: letters of colonel Theodore Lyman from the Wilderness to Appomattox. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1922, p.99-100.

18 Sobre a estratégia da aniquilação, ver: WEIGLEY, Russell. *Estratégia Americana: dos primórdios à Primeira Guerra Mundial*. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 574-575.

19 Cf. HAGERMAN, Edward. op. cit., p. 293.

20 Cf. McMURREY, Richard. op. cit., p. 28-29.

toda a iniciativa a Sherman. Porém, ela se explica pelo fato de que os confederados não precisavam realmente derrotar ou destruir o exército federal para vencer na Georgia. O ano de 1864 tinha, em novembro, eleições presidenciais e o partido democrata com seu candidato, o ex-general George B. McClellan, baseava toda sua campanha no projeto de paz com sulistas. Assim, se Sherman não alcançasse uma vitória rápida e decisiva na Georgia e se Lee fosse capaz de manter seu reduzido exército diante do colosso de Grant na Virginia, isso poderia reduzir as chances de vitória de Lincoln e, dessa forma, aumentar a influência dos “partidários da paz” junto ao eleitorado nortista. Logo, havia muita pressão política condicionando as ações dos dois generais nortistas, e ambos compreendiam essa pressão.

Assim, em maio de 1864 teve início à “Campanha da Primavera”, dividida entre a “Overland Campaign”, no leste, e a “Georgia Campaign”, no oeste. Já antecipando sua campanha contra os recursos econômicos da Confederação, Sherman disse que a Georgia

(...) tem um milhão de habitantes. Se eles conseguem viver, não deveremos morrer de fome. Se o inimigo interromper nossas comunicações, estarei absolvido de toda obrigação de subsistir de todos os nossos próprios recursos e me sentirei perfeitamente justificado em tomar o que quer que seja, onde quer que esteja (...) ²¹

Antes de iniciar sua campanha, Sherman obteve sensos e relatórios de impostos da Georgia e, através da análise destes, pode calcular a população, produção econômica e os recursos de transporte de cada condado. Além disso, antes da guerra, Sherman havia trabalhado no levantamento topográfico da Georgia. Suas informações sobre a economia e as feições do território inimigo eram detalhadas.

Entre maio e julho de 1864 Sherman conseguiu flanquear Johnston e forçá-lo para fora de cada uma de suas posições defensivas na Georgia, até chegar a Atlanta e sitiá-la. Durante todo esse período Johnston e o presidente confederado em Richmond, Jefferson Davis, trocaram correspondências com mútuas acusações. Para o presidente Johnston era demasiadamente passivo e perdia territórios no norte da Georgia que tinham cidades industriais como Rome, importante centro manufatureiro de munições, enquanto o general acusava Davis de não fornecer-lhe reforços e materiais suficientes para revidar a invasão de Sherman e empurrá-lo de volta ao Tennessee. Desse modo, ao chegar a Atlanta, em julho, Johnston foi dispensado de seu comando e substituído por um de seus ex-comandantes de corpo, o general John Bell Hood. Sherman soube julgar, pelo que lia sobre Hood na imprensa sulista

21 Apud. LIDDELL HART, B. H.. **Sherman**: soldier, realist, American. New York: Da Capo Press, 1993, p. 233.

e pelo que conhecia de seu histórico militar, que o novo comandante sulista partiria para a ofensiva o que, em vista da superioridade numérica de Sherman, era uma notícia auspiciosa.

Com Atlanta cercada pelas forças federais Sherman buscou cortar todas as ferrovias que corriam para a cidade. O general *yankee* não queria, com estes movimentos, aprisionar o inimigo em Atlanta, antes pretendia arrancá-lo de lá por meio de uma ameaça ao seu estômago. Em agosto, todavia, Hood enviou quase toda sua cavalaria, sob comando do general Joseph Wheeler, ao norte da Georgia para um assalto contra as linhas de suprimentos federais. Sherman, entretanto, não se alarmou com os danos causados por Wheeler e, escrevendo a sua esposa, disse:

(...) por cem dias nenhum homem ou cavalo ficou sem um amplo suprimento de comida ou um mosquete ou canhão sem munições adequadas. Considero este um triunfo maior do que quaisquer sucessos que se apresentaram a mim em batalha ou estratégia (...). Neste momento tenho abundantes suprimentos para vinte dias e mantenho uma equipe de construção em Chattanooga que pode, em dez dias, reparar qualquer brecha que venha a ser feita em minha retaguarda. Mantenho um grande depósito de suprimentos em Chattanooga e outro em Atlanta, duas montanhas de estabilidade que nenhuma cavalaria do inimigo pode alcançar, em nossas carroças (...) temos geralmente de dez a vinte dias de suprimentos.²²

A queda de Atlanta significou um golpe severo nas capacidades logísticas dos confederados. Esta cidade era um centro industrial e entroncamento ferroviário que conectava as únicas linhas remanescentes entre o leste e o oeste da Confederação. O historiador Donald Stoker nos mostra que:

“Sherman trouxe para a causa da União um triunfo que ela precisava desesperadamente, um que animou a União e assegurou a reeleição de Lincoln. (...) Ele havia penetrado no território do inimigo e, ao tomar Atlanta, havia destruído boa parte da habilidade sulista de travar a guerra, mas muitos recursos confederados permaneciam intocados. Sherman logo faria melhor (...).²³

Hood, por sua vez, buscou atacar a linha ferroviária de Chattanooga a Atlanta, que sustentava as forças de Sherman nessa cidade, com os 35.600 homens remanescentes de seu exército. Paralelamente, Sherman mandava reforçar suas guarnições no Tennessee para defender este estado contra um esperado ataque de Hood contra as guarnições Federais aí postadas. Reduziu o seu exército ao mínimo necessário, em homens, animais, carroças, suprimentos e artilharia e, o mais polêmico de tudo, determinou que a população civil se retirasse de Atlanta. Numa tentativa de sensibilizá-lo,

22 Apud. LIDDELL HART, B. H., op. cit., p.294.

23 STOKER, Donald. op. cit., p.378.

o prefeito da cidade, James M. Calhoun, pediu-lhe em 11.09.1864 que reconsiderasse a ordem de evacuação da população civil baseando-se em argumentos humanitários, mostrando que muitas “(...) mulheres em avançado estado de gravidez, outras com filhos pequenos e cujos maridos (...) estão com o exército (confederado) prisioneiros, ou mortos.” Sherman, embora reconhecesse os sofrimentos que causaria à população, respondeu ao prefeito e seus auxiliares em carta do dia 12.09.1865 que:

Para parar a guerra precisamos derrotar os exércitos rebeldes (...). Para derrotar estes exércitos, precisamos preparar o caminho para alcançá-los em seus recessos, providos com armas e instrumentos que nos habilitem a cumprir nosso propósito. (...) O uso de Atlanta para propósitos de guerra é incoerente com seu caráter como lar de famílias.”²⁴

E completou direta e severamente:

Vocês não conseguem qualificar a guerra em termos mais severos do que eu. Guerra é crueldade, e vocês não conseguirão refiná-la; e aqueles que trouxeram a guerra ao nosso país merecem todas as pragas e maldições que um povo possa despejar-lhes. Sei que não sou culpado por esta guerra, e sei que farei mais sacrifícios hoje do que qualquer um de vocês para assegurar a paz. Mas vocês não podem ter paz e uma divisão de nosso país.²⁵

Sherman estava, então, se preparando para uma das mais ousadas manobras da guerra: a marcha para o mar. Num telegrama para Grant, datado de 6.11.1864, mostrou seus preparativos e suas expectativas para a marcha:

Tendo empregado os últimos 10 dias em passar para a retaguarda os doentes, feridos e imprestáveis, e toda a vasta quantidade de estoques acumulados (...) visando organizar (...) meu exército em quatro corpos bem comandados, sobrecarregados com apenas um canhão para cada 1.000 homens, e provisões e munições que possam ser carregadas em nossas mulas (...) Proponho agir de tal maneira contra os recursos materiais de sul de forma a negar completamente a orgulhosa ameaça e promessas de proteção de Davis. Se pudermos marchar um exército bem preparado diretamente através de seu território, isto será uma demonstração ao mundo, exterior e interno, de que temos um poder ao qual Davis não pode resistir.²⁶

O exército federal na Georgia marchava “leve”, com uma peça de artilharia para cada mil homens, 2.500 carroças de suprimentos e munições, 600 ambulâncias, 60.000 homens como rações para os três primeiros dias Sherman esperava obter abundantes suprimentos saqueando-os da

24 SHERMAN, William Tecumseh. **Memoirs of General W. T. Sherman**. New York: The Library of America, 1990, p. 600.

25 Ibid, p.601.

26 Apud. LIDELL HART, op. cit., p. 327-328.

população civil, como estabeleceu na seção 4 da sua Ordem Especial de Campo nº 120

O exército saqueará liberalmente sobre o campo durante a marcha. Para esta finalidade, cada comandante de brigada organizará uma boa e suficiente equipe de saque (...) que reunirá, perto da rota viajada, milho ou forragem de qualquer tipo, carne de todo tipo, vegetais, farinha de milho (...) visando manter, o tempo todo, nas carroças pelo menos dez dias de provisões (...) e três dias de forragem.²⁷

Quando as tropas chegaram à Savannah, no litoral atlântico da Georgia, Sherman fez um levantamento mostrando que a destruição causada à infraestrutura econômica da Confederação era de cerca de 100 milhões de dólares, sendo que foram destruídas 300 milhas de trilhas ferroviárias, além de pontes, locomotivas e vagões, as tropas abriram um corredor de cerca de 60 milhas de largura, entre Atlanta e Savannah, queimando plantações de algodão, manufaturas, arsenais e armazéns. (WALTERS, 181-182)

O maior dano causado, todavia, foi o efeito depressivo devastador sobre a população civil e o exército de Lee na Virginia que passou a testemunhar uma enorme pressão causada pela deserção de homens temerosos pela situação de suas famílias especialmente entre os regimentos oriundos da Georgia, da Carolina do Sul e da Carolina do Norte, estas duas últimas, alvos das 150 milhas finais da marcha de Sherman para reunir-se à Grant. Sherman promoveu, assim, uma releitura da “*chevauchée*” dos ingleses na Guerra dos Cem Anos, com o claro propósito de minar a infraestrutura econômica da Confederação e o moral da população civil e dos militares sulistas.²⁸

Se Grant falhou em ter uma vitória decisiva sobre Lee na Virginia isso foi mais consequência das novas condições da guerra de trincheira do que falta de competência do alto-comando federal como diria o coronel Theodore Lyman: “Coloque um homem num buraco e uma boa bateria numa colina atrás dele, e ele repelirá três vezes o seu número mesmo que não seja um soldado muito bom”.²⁹

Entre março e abril de 1865 as forças confederadas renderam-se porque a estratégia traçada e executada pela parceria Grant-Sherman foi bem sucedida em atingir o centro de gravidade da Confederação ao acertá-la, com força, em seus principais esteios: derrotando seus exércitos em campo e destruindo sua capacidade econômica e logística de travar a guerra. Ou, como coloca Joseph

27 SHERMAN, William Tecumseh. op. cit., p. 652.

28 Sobre comparações entre a *chevauchée* medieval e a de Sherman, ver: GRIMSLEY, Mark. **The hard hand of war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 190-191. BRADY, Lisa M. **War upon the land**. Athens: The University of Georgia Press, 2012, p. 101.

29 Apud. MESSENGER, Charles. **A guerra de trincheiras**: França e Flandres, 1914-18. Rio de Janeiro: Renes, 1978, p. 09.

Glatthaar, esta parceria contribuiu para “(...) delinear e implementar um novo conceito de guerra que utilizava os efeitos e recursos com eficiência máxima e culminou na vitória da União.”³⁰

Podemos depreender daí que esta parceria não somente venceu a Guerra Civil para a União, mas, também, inaugurou um novo tipo de guerra que visava a destruição dos recursos econômicos e o abalo psicológico do inimigo, não somente a derrota de suas forças armadas.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIZ, George R.. **Meade's Headquarters, 1863-1865**: letters of colonel Theodore Lyman from the Wilderness to Appomattox. Boston: The Atlantic Monthly Press, 1922.
- BRADY, Lisa M. **War upon the land**. Athens: The University of Georgia Press, 2012.
- CLARK JR, John E.. **Railroads in the Civil War**: the impact of management on victory and defeat. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GLATTHAAR, Joseph T.. **Partners in command**: the relationship between leaders in the Civil War. New York: The Free Press, 1994.
- GRANT, Ulysses S.. **Personal Memoirs**. New York: The Modern Library, 1999.
- GRIMSLEY, Mark. **The hard hand of war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HAGERMAN, Edward. **The American Civil War and the origins of modern warfare**: ideas, organization, and field command. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1992.
- HARSH, Joseph L.. **Battlesword and Rapier**: Clausewitz, Jomini, and the American Civil War_ in: Military Affairs, Society for Military History, vol.38, n 4 (Dec.1974).
- HUMPHREYS, general Andrew. **The Virginia Campaign, 1864 and 1865**. New York: Da Capo Press, 1995.
- JOMINI, Baron Antoine Henry de . **The Art of War**. London: Greenhill Books, 1992.
- JONES, Archer. **Civil War command & strategy**: the process of victory and defeat.

30 GLATTHAAR, Joseph, op. cit., p. 161.

New York: The Free Press, 1992.

- LIDDELL HART, B. H.. **Sherman**: soldier, realist, American. New York: Da Capo Press, 1993.
- McMURRY, Richard M.. **Atlanta 1864**: last chance for the Confederacy. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2000.
- MESSENGER, Charles. **A guerra de trincheiras**: França e Flandres, 1914-18. Rio de Janeiro: Renes, 1978.
- REARDON, Carol. **With a sword in one hand and Jomini in the other**: the problem of military thought in the Civil War North. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012.
- SHERMAN, William Tecumseh. **Memoirs of General W. T. Sherman**. New York: The Library of America, 1990.
- STOKER, Doanld. **The grand design**: strategy and the U.S. Civil War. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- WEIGLEY, Russell. **Estratégia Americana: dos primórdios à Primeira Guerra Mundial**. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.



A SABINADA E A REPÚBLICA BAHIANA (1837-1838): TRAÇOS DE UMA GUERRA IRREGULAR NO BRASIL REGENCIAL¹

Ronaldo Lucas da Silva²

RESUMO

Pretende-se estudar a Sabinada a partir do modo de se fazer a guerra, adotando-se uma categoria de análise que a mostre como um movimento armado que possuiu características, do ponto de vista militar, tanto de guerra regular como de guerra irregular. Tomamos como hipótese o fato de que, em uma de suas fases, essa rebelião apresentou características de guerra irregular quando, parte de seus membros, furaram o cerco a que estavam submetidos no interior da cidade de Salvador e basearam suas investidas a partir de pontos no interior e ao redor de outras cidades, como Feira de Santana.

Palavras-chave: Sabinada – guerra regular – guerra irregular – cerco

ABSTRACT

The aim is to study the Sabinada from the way of making war, adopting a category of analysis that shows how an armed movement that possessed characteristics of a military standpoint, both for regular warfare as irregular warfare. We hypothesized the fact that in one of its phases, this rebellion is characteristic of irregular warfare as part of its members, broke through the siege of which were submitted within the city of Salvador and based their assaults from points in interior and around other cities, like Feira de Santana.

Palavras-chave: Sabinada – Irregular warfare - siege

Esse trabalho não se propõe a aprofundar o debate semântico sobre a natureza do movimento chamado Sabinada (isto é, se o mesmo pode ser definido como uma revolta, uma revolução, uma insurreição, uma rebelião, uma insurgência, um motim militar, um motim político, uma sublevação, por exemplo) eis que essas categorias não têm definição clara no plano teórico e pouco agregam para melhor se conhecer o modo de fazer a guerra.

¹ Trabalho apresentado no 36º Congresso de História Militar – Amsterdam 2010 (XXXVI International Congress of Military History – Amsterdam, 29 august – 03 september 2010. Insurgency and Counterinsurgency: Irregular Warfare from 1800 to the present)

² Pós-graduado em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e graduado pela Universidade Gama Filho.

Com efeito, rebelião, revolta, revolução e sublevação se misturam como sinônimos nos relatórios oficiais e nos relatos dos combatentes. Em relatório relativo ao ano de 1837 da Repartição dos Negócios da Guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838, pelo então Ministro e Secretário de Estado Sebastião do Rego Barros, este se refere à Sabinada como “(...) uma *sublevação* (...)”³. No mesmo documento denomina os opositores como “(...) as forças *rebeldes* (...)”⁴. Assim também o comandante em armas das forças legalistas em Salvador Luiz da França Pinto Garcez diz que teve “... ordem para bater os *rebeldes*...”⁵ e que “desde que começaram mais ativos os boatos de uma *revolução* ...”⁶.

E, por não ser o foco do trabalho a proposta de uma classificação semântica correta para o movimento, se entenderá a Sabinada como uma rebelião (usada igualmente com o sentido de revolta) - iniciada tanto por civis como por militares - seguindo a conceituação que os próprios contemporâneos ao movimento utilizaram. Porém preferimos evitar a categoria “revolução”, embora também seja uma denominação utilizada por alguns contemporâneos ao evento, já que o movimento não assumiu em sua plenitude características transformadoras radicais na esfera social e política da sociedade da época. Tanto que, em sua ata constitutiva, acrescida de um adendo posterior, ficou estabelecido que a independência da Província da Bahia e a existência da nova República Bahiana só se dariam até a maioria do Imperador Pedro II o que, por si só, já dá ao movimento um caráter antirrevolucionário e de permanência⁷.

Por outro lado, aqui se utilizará o conceito de guerra regular como aquela travada entre exércitos formados por Estados organizados e estáveis, que seguem regras referentes a doutrinas e aos aspectos jurídicos do combate e na qual existe uma separação entre civis e militares⁸.

Em contrapartida, entende-se que o conceito de guerra irregular se enquadra em um conjunto de idéias mais amplo e que abarca práticas como a guerrilha, o movimento de resistência, o combate não convencional, partindo-se da premissa de que neste tipo de guerra “não existem regras tornando-se

3 Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, 1838. Disponível em <HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2189/000002.html>. Acesso em: 27/06/2010

4 Idem

5 Publicações dos Arquivos do Estado da Bahia (PAEBa) Vol II. Pag. 313. Foi a fonte primária impressa utilizada neste trabalho. Se constitui por 5 volumes impressos pelo governo do estado da Bahia sendo o primeiro volume editado em 1937 e os outros quatro nos anos subsequentes. Foram editados como parte das comemorações do centenário da Sabinada. Reúne praticamente toda a documentação referente à revolta como ofícios e atos das autoridades, peças processuais, documentos militares, relatos de participantes e obras que foram escritas sobre a revolta.

6 Idem

7 Braz do Amaral, em sua obra “A Sabinada” pág. 23-24 diz que nem mesmo as atas do movimento tiveram feição republicana e que no aniversário do Imperador Pedro II os rebeldes comemoraram a data. No entanto Luiz Viana Filho em seu trabalho “A Sabinada. A república Bahiana de 1837” diz que o adendo a ata declarando que a república só se sustentaria até a maioria do Imperador foi um recuo tático que não comprometeu o caráter republicano-separatista.

8 Cf. VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

mais difícil a tarefa de delinear um conjunto rígido e definido de princípios teóricos que fundamentem a sua aplicação em circunstâncias muito diversificadas”⁹.

ANTECEDENTES

Sob o aspecto político, a Sabinada se encaixa na conjuntura dos movimentos de contestação ocorridos após a renúncia de d. Pedro I¹⁰. Imperador do Brasil desde 1822, d. Pedro I, renunciou em favor de seu filho d. Pedro II e retornou a Portugal em 1831.

De acordo com o historiador brasileiro Ilmar Rohloff de Mattos “os anos que se seguiram a Abdicação foram, no dizer de um contemporâneo, anos de ação, de reação e por fim de transação. Foram também anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições (...)”¹¹.

De maneira abreviada, pode-se dizer que a renúncia teve motivação nas crises internas de seu governo, que foram reflexos das crises internacionais como a Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata¹² pela posse da Província Cisplatina¹³ (Guerra da Cisplatina- 1825/1828) e das instabilidades políticas, proporcionadas por seus atritos pessoais com a Assembléia Legislativa e o desgaste de sua imagem como governante em função de comportamentos privados que foram mal vistos tanto pela corte como pela população.¹⁴

Pedro II¹⁵, por ser ainda menor de idade, não pode ocupar o trono do Império brasileiro.

9 VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. Sobre o problema da definição do seja guerra irregular, ver Von der Heydte”. O autor afirma que “[...] quem buscar na riqueza da literatura contemporânea sobre guerra irregular, uma definição convincente da natureza dessa forma de condução da guerra, vai surpreendentemente descobrir que a maioria dos teóricos que tratam a guerra irregular ainda nos deve uma definição nítida sobre o que estão falando” (HEYDTE, F. A. V. **Modern Irregular Warfare** in defense police and as a military phenomenon. 1a ed. New York: New Benjamin Franklin House Publishing, 1986. p.3).

10 D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal. Nasceu em Queluz/Portugal em 12 de outubro de 1798 e faleceu também em Queluz, em 24 de setembro de 1834. Era o quarto filho (segundo varão) do rei D. João VI e de sua mulher, Carlota Joaquina de Bourbon, infanta de Espanha, primogênita do rei espanhol Carlos IV de Bourbon. Tornou-se herdeiro depois da morte do seu irmão mais velho, Francisco de Bragança (1795 – 1801). Foi o primeiro imperador do Brasil (de 1822 a 1831) e 28º rei de Portugal (pelo curto período de sete dias em 1826). Em Portugal é conhecido como *O Rei-Soldado*, por combater seu o irmão D. Miguel na Guerra Civil de 1832-34. É também conhecido, de ambos os lados do oceano Atlântico, como *O Libertador* — *Libertador* do Brasil do domínio português e *Libertador* de Portugal do governo absolutista. D. Pedro I abdicou de ambas as coroas: da portuguesa para a filha D. Maria da Glória e da brasileira para o filho D. Pedro II. D. Pedro I. Cf. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

11 MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC / Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 2

12 Nome das antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata com capital em Buenos Aires após a independência em 1816.

13 “A região do atual Uruguai, que adentra o século XIX como parte do Vice-Reino do Rio da Prata, a partir de 1817, devido ao projeto expansionista joanino na região platina e ao processo de independência desencadeado nos países hispano-americanos que tem como grande marco o ano de 1810, cai sob o domínio da monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro.” Breves considerações acerca da Província Cisplatina. Disponível em <<http://www.revistatemalivre.com/cisplatina06.html>>

14 Cf. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

15 Dom Pedro II do Brasil (Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1825 - Paris, 05 de dezembro de 1891), chamado magnânimo, foi o segundo e último imperador do Brasil, na verdade. D. Pedro II foi o sétimo filho de Dom Pedro I e da arquiduquesa Leopoldina da Áustria. Ele sucedeu seu pai, que abdicou em seu favor para retomar a coroa de Portugal, que havia renunciado em nome da filha mais velha, D. Maria da Glória. Governaram o Brasil a partir de 23 de julho de 1840 a 15 de Novembro de 1889, data da Proclamação da República assumiu o trono com apenas menos de 15 anos de idade em um período turbulento da vida Brasil nacional. E lembrou-se para deixar a unidade consolidada do país, para defender e lutar pela abolição da escravidão, por estabelecimento as bases do sistema representativo e da diplomacia e das relações com personalidades

A constituição de 1824 previa que o Senado e a Câmara dos Deputados elessem uma regência formada por três membros. Essa regência governou até 1834 sendo substituída por uma regência una em 1835 (Feijó e depois Pedro de Araújo Lima) que se manteve até a Declaração de Maioridade do Imperador que, ainda com 14 anos incompletos, foi levado ao trono com o apoio do Partido Liberal que acreditava que a figura de autoridade do Imperador desse fim às disputas políticas e as revoltas que abalavam o Brasil.

Revoltas e rebeliões foram uma constante durante o período regencial. A denominada Balaiada no Maranhão, a Cabanada em Pernambuco e Alagoas, a Cabanagem no Grão-Pará e a Guerra dos Farrapos no sul, compuseram o quadro de instabilidade política que caracterizou esse período. A Sabinada, apesar de se apresentar restrita a um pequeno corte temporal - de novembro de 1837 a março de 1838 – e de possuir características diversas dos outros movimentos por não ser essencialmente popular, marcou sua importância na história do Brasil por estar também inserida no contexto de formação e solidificação das estruturas políticas e sociais do país.

A SABINADA

No início de 1837 corriam-se boatos que indicavam desordem na província Baiana. Jornais como o *Novo Diário da Bahia*, tido como a crônica teórica da revolta¹⁶, editado por Francisco Sabino Vieira – que daria nome ao movimento (Sabino/Sabinada) – já ensaiavam o tema da separação.¹⁷

Tem-se em conta, porém, que a guerra desencadeada pela separação da província da Bahia da influência do governo monárquico, se deu entre duas forças não somente militares, mas políticas e foi mais complexo do que “homens de cor”¹⁸, querendo ascender dentro das camadas sociais¹⁹, aliados à militares²⁰, acomodados em suas longas guarnições em confronto com um governo monárquico central. Para efeito de ilustração - e sem aprofundar o estudo dos motivos da Sabinada - citamos Braz do Amaral, em sua obra “A Sabinada” de 1928, reproduzida nas *Publicações do Arquivo do*

internacionais, é considerado um filósofo por Lamartine príncipe, um neto de Marco Aurélio por Victor Hugo e um homem da ciência por Louis Pasteur. Ver: CARVALHO, J. M. **Pedro II**. 1st. ED. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

16 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBa, 2006. p. 14. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Douglas_Leite.pdf>. Acesso em: 06/06/2010

17 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

18 PAEBa Vol. II p.28

19 Idem.

20 SOUZA, op.cit. p.147. Aqui o autor faz referência a oficiais de cor como sendo presença dominante na tropa da Sabinada.

*Estado da Bahia*²¹, que sugere que a origem de tal revolta estivesse nesses dois pontos: a “sociedade [baiana] mal organizada, baseando sua riqueza na escravidão de onde derivava naturalmente um sistema aristocrático e de castas” e na inconformidade dos militares que naquele momento sentiam “grande repugnância de ir para o Rio Grande [então uma província ao sul do Brasil] por causa das famílias e interesses, principalmente”.

Do ponto de vista da história militar, no entanto, pode-se dizer que a história da Sabinada “pode ser contada pela história de sua guerra”²².

Morton caracteriza a Sabinada como uma “guerra estática”²³ mas que, no entanto, apresentou-se como intensamente militarizada contando com a presença de oficiais militares tanto nas fileiras rebeldes como na dos legalistas²⁴. Militares e paisanos rebelados se uniram em defesa de suas causas, que remetia ao contexto dos movimentos pós-independência do Brasil ocorridos na Bahia e que foram articulados pelas camadas médias contra o governo provisório regencial estabelecido. Entre esses movimentos, que já ensaiavam a revolta de 1837²⁵, apontam-se as revoltas federalistas de Cachoeira e São Félix em 1832 e aquelas de base militar como a do Forte do Mar em 1833²⁶.

Em seus primeiros momentos, a Sabinada, que teve início na noite de 6 de novembro de 1837, promoveu a tomada do Forte de São Pedro com a participação do 3º Batalhão de Caçadores que o guarnecia. Mas, sabiam os rebelados, que o movimento não poderia ficar restrito a Salvador. Era a Província que estava se separando e não a cidade.

A primeira ata do novo governo, documento básico da Sabinada, dava conta da separação da província da Bahia do restante do país, tornando-a um “Estado livre e independente”²⁷. A redação desta ata teve lugar no interior do Forte, elaborada por dois civis – Francisco Sabino e José Duarte da Silva. Somando-se ao caráter simbólico da importância do Forte para a rebelião, a ata foi levada “para ser registrada na Câmara Municipal, na intenção de legitimá-la como expressão da vontade popular, da qual a Câmara era órgão representativo”²⁸.

21 PAEBa V. II p. 3-133

22 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBa, 2006. Pg. 13

23 MORTON, F.W.O. *The Conservative Revolution of Independence*. Tese de Doutorado, University of Oxford, 1974, p. 353. Apud Guimarães Leite. Morton denomina como “guerra estática” aquela em que prevaleceu os desenhos e manobra militares ao invés do combate efetivo.

24 Partidários do Governo central, cujo centro era a corte do Rio de Janeiro. Apoiavam as forças monárquicas representada pela regência de Pedro de Araújo Lima e o presidente legal da Província, Souza Paraizo

25 LEITE, D. G. *Op.cit* p. 14

26 Apud LEITE, D.G. *Op.cit* p.15

27 Ata da Sessão Extraordinária de 7 de novembro de 1837, PAEBa, 1948, vol. V, pp. 113-5.; Quatro dias após a primeira ata foi feita uma correção colocando-se o adendo de que o novo Estado só existiria separado até a maioria de sua Majestade, o Imperador Pedro II.

28 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P.

Mas a separação não era a vontade popular como um todo. Muitos cidadãos fugiram da cidade para outros municípios do Recôncavo Baiano ²⁹ onde, unidos a outros cidadãos baianos contrários à separação, pegaram em armas para lutar contra o governo rebelde. Muitos desses emigrados, inclusive, levaram grandes quantidades de dinheiro e alimentos e os entregaram ao governo monárquico.³⁰ Em momento posterior, durante o cerco levantado pelas forças leais ao governo regencial, o governo rebelde publica um edital no qual proíbe a saída de qualquer tipo de mantimento por terra ou por mar³¹.

A cidade de Salvador era o centro de onde foi perpetrada e legitimada a independência. Do ponto de vista político, mas também com um importante aspecto militar, a expansão do movimento separatista teria que se projetar em direção ao Recôncavo se quisesse sobreviver. O desafio imposto era justamente o de ir além da capital e consolidar ou conquistar os focos rebeldes que porventura existissem espalhados pela Província.³² Salvador deveria ser o eixo irradiador de um movimento mais amplo, que abarcaria o interior e por fim toda a região da província Bahiana³³. No entanto, foi o governo deposto quem primeiro compreendeu a necessidade de se promover um cerco para isolar o movimento rebelde dentro da cidade. Os rebeldes, em um primeiro momento, não viram a situação com a mesma clareza de seus adversários. Aceitaram o cerco por não compreenderem as suas desvantagens.³⁴ A capital era dos revoltosos, mas o Recôncavo estava nas mãos do governo que soube promover o bloqueio da Barra³⁵ impedindo que os revoltosos desembarcassem víveres na capital ou se deslocassem com facilidade para fora dela. Com isso, posteriormente, entendendo a situação, tornou-se imperativo aos revoltosos a necessidade de fugir ao estrangulamento provocado por esse cerco formado pelas forças legalistas, não só para criar as condições políticas, ideológicas, e militares, em outros pontos no interior como também sobreviver à falta de víveres, provisões de toda ordem e dinheiro.

É interessante notar também que além do cerco um dos motivos do confinamento da rebelião,

38-39

29 O Recôncavo Baiano é a área que circunda a Baía de Todos os Santos.

30 PAEBa VI p.107

31 PAEBa VI p.178

32 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. Pg. 2333 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.19934 FILHO, L.V. **A Sabinada**. A república Bahiana de 1837. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

35 Entrada da baía de Todos os Santos: os legalistas promoveram seu bloqueio não permitindo a entrada de embarcações rebeldes dentro da baía. As próprias embarcações do governo não eram atingidas pelos canhões das fortalezas localizadas na cidade, e que estavam nas mãos dos rebeldes, pois se mantinham a uma distância segura próxima a ilha de Itaparica. Assim a marinha governista desembarcava víveres e armas para o Recôncavo e impedia os poucos barcos rebeldes de desembarcar provisões na capital.

apontados por autores como Morton³⁶, foi seu posicionamento geográfico. A região açucareira do Recôncavo formava uma espécie de “cordão sanitário” entre Salvador e o interior da Província favorecendo o isolamento da capital.

O valor de agregar ao movimento da Sabinada as populações de outros locais, fora dos limites da capital, foi percebido por alguns líderes da rebelião³⁷. No entanto, efetivamente, sob o ponto de vista tático militar, só alguns poucos entenderam, a importância de movimentar tropas, furar os bloqueios, criar bases de apoio e abastecimento e buscar o apoio da população fora do centro político da revolta. Figuras como Higino Pires Gomes, que serão apresentadas mais à frente, compreenderam e agiram nesse sentido.

Sem um deslocamento grande de efetivos em direção aos municípios e as populações do interior, a Sabinada ficou restrita à cidade de Salvador. No entanto, só existiram forças efetivas do governo legalista para criar e manter o cerco, a partir do final do mês de novembro. Se os rebeldes tivessem se movido antes poderiam ter adentrado no Recôncavo espalhando e consolidando a revolta. O tempo, no primeiro momento, correu a favor dos sabinos. No entanto como não haviam percebido o prejuízo que um cerco os causaria, eles não se moveram. No período compreendido entre a proclamação da Independência da Bahia e o primeiro movimento militar efetivo dos rebeldes em direção as tropas do governo legalista, passaram-se vários dias. Na verdade o primeiro avanço contra pontos sustentados pelos legalistas, se deu justamente no final do mês de novembro quando estes já se encontravam mais preparados para uma reação. Levando-se em conta que as forças legalistas se encontravam mal aparelhadas, os rebeldes poderiam tê-los atacado logo após a tomada da cidade já que haviam se apossado de todo material, armamento, força militar e dinheiro para sua causa. Desperdiçaram sua oportunidade quando mantiveram-se estáticos.³⁸

A situação do exército legalista era precária no momento da eclosão da revolta. Em um processo que visava um maior controle das forças armadas o governo central vinha promovendo uma dispensa progressiva de batalhões do exército substituindo-os por milícias civis na esperança de que estas se submetessem mais facilmente ao controle central. No entanto, por serem tropas de segunda linha, apresentavam deficiências de treinamento, armamento e hierarquia. Mas à época do conflito, essas milícias já haviam sido sucedidas pela Guarda Nacional, criada em 1831. Porém, diferentemente

36 SOUZA apud MORTON, F.W.O. **Conservative revolution**

37 PAEBa Vol.I p.189

38 PAEBa Vol. I p. 168

dos soldados de 1ª linha, que eram soldados regulares remunerados que prestavam serviço em tempo integral, também as tropas dessa Guarda continuavam a ser uma força cívica não remunerada e pouco adestrada que tinha a função de auxiliar o exército em momentos de crise.³⁹ E foi dessa força que se utilizou Barreto Pedroso, presidente da Província nomeado pelo governo regencial, solicitando que as vilas e comarcas da Província Baiana organizassem sua Guarda e a colocassem em prontidão para o combate.⁴⁰ Em auxílio a essa tropa, que de acordo com Pedroso “nenhuma disciplina tinha, nenhuma obediência reconhecia aos superiores”⁴¹, se juntou uma tropa regular proveniente de Pernambuco⁴² que seguia em direção à revolta Farroupilha no sul e que muito ajudou os legalistas durante toda a campanha. A eles se juntaram também tropas Alagoanas, Sergipanas e uma tropa da Corte.⁴³

Barreto Pedroso, diz em ofício ao Ministro da Guerra :

Fortuna, e grande fortuna foi não nos atacarem os rebeldes nesses arriscados dias enquanto não tínhamos arma alguma com que nos defendêsemos , e por certo que um triunfo que obtivessem, acarretaria males incalculáveis . Hoje já temos força respeitável, e estou convencido que infrutuosos serão os esforços dos rebeldes para abrirem caminho para o interior como tanto desejam.⁴⁴

Por outro lado, as forças rebeldes também se constituíam por tropas de 1ª e 2ª linhas. Um batalhão de infantaria e um regimento de artilharia compunham a 1ª linha. Em dezembro outro batalhão de 1ª linha foi criado (*Periquitos Bravos da Pátria*). Unidades da Guarda Nacional da própria cidade de Salvador formaram as tropas de 2ª linha. Em um documento assinado em 2 de dezembro de 1837 por Francisco Sabino, então Secretário do governo rebelde, mostra-se a criação de um batalhão da Guarda Nacional denominado Leais à Pátria:

Este corpo tem por fim reunir a si os indivíduos, que desejosos de se prestarem a causa da Independência, durante a menoridade do Sr. D. Pedro II, não se querem contudo unir a corpos aquartelados, porque, os afastam de seus afazeres que também é útil à Pátria, sujeitando-se a não perceberem soldo algum e a todo serviço dos domingos e dias santos, e mesmo naqueles que as imperiosas circunstâncias o exigirem; (...)⁴⁵

39 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 64-65

40 LEITE *apud* Souza Carneiro, “A Sabinada”, p. 90.

41 *idem*

42 PAEBa Vol. II p.30

43 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBa, 2006. p. 38

44 PAEBa Vol. I pg.200

45 PAEBa V.II p.26-27

Nos primeiros confrontos as tropas rebeldes não contavam com mais do que dois mil homens, número este que não foi muito excedido durante todo o conflito. Já no primeiro embate, sofreram reveses. Atacaram e foram rechaçados em dois locais (Campina e Cabrito) ⁴⁶.

Durante toda a guerra contam-se somente 6 combates de maior vulto⁴⁷. O último, denominado “A batalha dos 3 dias” teve características de uma guerra convencional, com exércitos frente a frente se enfrentando com objetivos de tomada de posições ao redor e no interior da cidade, com as forças rebeldes tentando romper o cerco tanto por terra como por mar, e os legalista mantendo-o e fechando-se em cima dos revoltosos, derrotando-os.

TRAÇOS DE GUERRA IRREGULAR

Entretanto, a despeito das batalhas convencionais travadas durante o movimento, essa feição não foi a única a orientar as forças rebeldes. De forma inusitada, embora os rebeldes, em sua maioria, estivessem se conduzindo como governo e não como revolucionários, identificamos discursos, investidas e combates perpetrados por alguns indivíduos cuja maneira de atuar os aproxima de ações realizadas em guerras irregulares.

João da Veiga Murici - professor transformado em 1º tenente e secretário do regimento de artilharia revoltoso - percebe o rumo que toma o movimento e escreve, de forma esclarecedora, um documento sem título onde se mostra como um pensador de um arcabouço teórico para a realização de uma guerra irregular de tipo revolucionária :

(...) que todo o seu procedimento [do governo rebelde] administrativo, político, defensivo e ofensivo deve partir deste fundamental princípio – que a lei da revolução é tudo aquilo que tende a fazê-la prevalecer e por isso não há agora legalidades, antigas contemplações, escrúpulos, divisão de poderes, economias espendiosas contra o sagrado progresso da causa, etc...⁴⁸

O que Veiga Murici propôs, em essência, foi a anulação de regras e a validade de qualquer procedimento que fosse a favor da causa rebelde aproximando-o de um discurso revolucionário mais radical e associando, do ponto de vista militar, com a noção de guerra irregular ⁴⁹. Ainda no mesmo documento ele continua:

46 PAEBa V. II P. 31; SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76; PAEBa V. I p.30

47 LEITE, D.G. *Op.cit* p.13

48 PAEBa V. I p. 137

49 VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p.222

E de fato nunca se viu fazer-se uma revolução, e quere-se nela marchar exatamente com formalidades de leis políticas anteriores, causando torpor aos negócios da revolução de onde certamente virá resultar o cair por terra o edifício revolucionário (...) ⁵⁰

Esforços nesse sentido são percebidos nas ações executadas por um indivíduo, já citado, denominado Higino Pires Gomes. Disse Von der Heydte que a guerra irregular consiste em atos individuais e que esses atos estão ligados a outros num quadro mais amplo⁵¹. No caso de Pires Gomes não se observa, de forma clara, a composição desse quadro mais amplo, de caráter revolucionário, ligando atos individuais para formar a base do que denominamos guerra irregular. No entanto a ação individual desse personagem e de alguns outros poucos (como Pedro Ferreira de Oliveira que combateu no mar com uma esquadilha de lanchas)⁵² indica traços de ações de insurgência e guerrilha.

Dono de engenho e escravos e transformado em Tenente-coronel da força revoltosa, a participação de Pires Gomes parece ter mais motivações de interesse pessoal, como empreendedor e negociante, do que apego a uma causa política⁵³. Mas sua motivação, seja ela qual tenha sido, não retira de suas ações o entendimento de que para conseguir o que desejava seria mais eficaz fustigar e fazer movimentos diversivos do que entrar em combate direto com as forças inimigas. Tido como hábil em driblar os bloqueios navais e em burlar as vigilâncias resistiu como um “fantasma” pelo Recôncavo até mesmo depois da capital ter sido recuperada pelas forças legalistas.⁵⁴ Utilizou-se tanto do mar como das terras do Recôncavo para mover-se e dar suporte as forças rebeldes. A bordo do brigue *Trovão*, a embarcação mais bem equipada da incipiente Marinha rebelde⁵⁵, forneceu gado aos rebelados, correu a barra dos rios Jaguaripe (que era fortificada por uma canhoneira)⁵⁶ e Jequiriçá e fureou o cerco à cidade, por mar, quando a fome começou a abater-se sobre as forças sitiadas.

Sabe-se da presença de Pires Gomes na região de Feira de Santana pouco depois do início da revolta. Essa presença estaria ligada ao entendimento (tardio e posterior ao entendimento dos

⁵⁰ Idem

⁵¹ HEYDTE, F. A. F. **Modern Irregular Warfare** in defense police and as a military phenomenon. 1a ed. New York: New Benjamin Franklin House Publishing, 1986. p.xxviii. Disponível em: <http://www.wlym.com/pdf/iclc/modernwarfare.pdf>. Acesso em 10 de jul. 2010

⁵² DONATO, H. Enciclopédia das Batalhas Brasileiras

⁵³ LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBa, 2006. Pg. 26 apud MORTON “The conservative revolution” p. 367

⁵⁴ idem

⁵⁵ PAEBa V.I p. 201.; SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76; PAEBa V. I p.99

⁵⁶ PAEBa V.I p. 187

legalistas) de que um cerco à cidade de Salvador necessitaria de apoio material e de pessoal no interior. O próprio governo legal suspeitava da presença de revoltosos nessa vila e em outras para onde homens como Pires Gomes haviam se deslocado⁵⁷.

O comandante legalista, designado para o comando de tropas na região, Coronel Rodrigo Brandão, recebe informes de que havia mais de duzentos rebeldes em Feira de Santana. Quando esse coronel adentrou a cidade constatou que a mesma se encontrava vazia. Característico de um movimento guerrilheiro, a vila foi abandonada pelos revoltosos e pela população que se embrenharam no mato e desapareceram.⁵⁸.

Henrique Prager, na sua obra de 1889, “A Sabinada – História da revolta da cidade de Bahia”, descreve Pires Gomes e fala sobre os

(...) muitos e assustadores boatos que corriam então a respeito desse perigoso homem, de quem jamais puderam as forças do governo apoderar-se, faziam dela uma quase espécie de mito, que mais tarde tornou-se muito popular. Todas as autoridades do recôncavo esforçavam-se e faziam questão de honra de apreendê-lo.⁵⁹

Criou-se em torno de Pires Gomes a aura de homem perigoso, que conhecia e usava a costa para alcançar seus objetivos logísticos e até mesmo falsificava dinheiro para os seus fins:

A vista disto, toda a vigilância era pouca porque o individuo de quem se tratava, era sumamente perigoso, tanto mais por ser conhecedor de toda nossa costa do mar, por onde muitas vezes conduziu escravos e dinheiro falso, de que ele foi o primeiro fabricante⁶⁰

Em Cachoeira foi visto retirando gado e temia-se que entregaria armamento em alguns pontos do Recôncavo:

O [juiz de direito] da Cachoeira, Manoel Vieira Tosta, em ofício de 17 de dezembro, dizia que com certeza 15 dias antes, mais ou menos, tinha o dito Hygino [Pires Gomes], ido para a Bahia, levando consigo algum gado, que tinha embarcado na Barra Falsa. Temia-se então que fizesse desembarcar na Saubára ou no Engenho dos Galos o armamento, que tinha ido receber de João Carneiro.⁶¹

Em uma ação contra uma guarnição que estava estacionada em Feira de Santana os revoltosos

57 PAEBa V.I p.189-195

58 idem

59 PAEBa V.I p.193-194

60 PAEBa Vol. I p. 194

61 Idem.; João Carneiro da Silva Rego era o vice-presidente do Estado revoltoso.

comandados por Pires Gomes se deslocaram à noite, embaixo de chuva e protegidos por cerração, o que, em meados do século XIX, não era um comportamento esperado por uma tropa de soldados regulares.

Braz do Amaral narra este evento:

Na madrugada do dia 9 de março, por meio de densa cerração e chuva torrencial, a frente de uma força de 500 homens, embarca em 14 lanchas e baleeiras, Higino Pires Gomes atravessou as linhas da esquadra, rompendo o bloqueio, e foi desembarcar na praia do Caboto, defronte da Ponta da Areia de onde seguiu para Feira de Santana, depois de queimar os barcos e encravar duas peças de artilharia (Doc. ns. 30 e 31)⁶²

Nos relatos, documentos e obras sobre a Sabinada percebe-se como as ações táticas de Pires Gomes impressionaram as forças legalistas. Ele moveu-se e fustigou as tropas adversárias de maneira não convencional, tão característicos de guerrilheiros e insurgentes, desafiando a convencionalidade da guerra.

Criou-se com isso mito do “fantasma” que, conhecendo muito bem a região na qual atuava atacava se embrenhava no mato fugindo das represálias e evitando que suas manobras de apoio logístico às tropas rebeldes fossem interceptadas. Utilizou-se do elemento surpresa e de sua capacidade de resolver problemas logísticos para permitir que o projeto político de uma República Bahiana pudesse sobreviver.

CONCLUSÃO

O estudo da Sabinada surpreende pela riqueza e pelas nuances do modo de se fazer a guerra e pelo desafio de se enquadrar os tipos de ações perpetrados pelos dois lados contentores, assim como chama atenção à construção política de um movimento de independência que já nasceu suicida, como revelam seus atos constitutivos, que vinculavam sua existência à maioria do monarca.

Fica clara a prevalência de combates convencionais no decorrer do movimento. No entanto as ações não convencionais estão documentadas e não podem ser ignoradas. Elas apontam para a necessidade de serem mais bem estudadas a fim de se compreender suas implicações e impactos para a constituição da doutrina no modo de fazer a guerra do exército brasileiro no sec. XIX.

62 PAEBa Vol. II p.34; PAEBa Vol. I p.239-240

FONTES PRIMÁRIAS

Publications of the Archives of the State of Bahia (PAEBa) Volumes I to V

Report of the Bureau of Business Guerra. Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, 1838.

Available in <[HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2189/000002.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2189/000002.html)>.

BIBLIOGRAFIA

- DONATO, H. **Diccionario de Batalhas Brasileiras**. 2a. ed. São Paulo: IBRASA, 1996.
- FILHO, L.V. **A Sabinada**. A Republica Bahiana de 1837. 2nd ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HEYDT, F.A.V. **Modern Irregular Warfare** in defense policy and as a military phenomenon. 1st ed. New York: New Benjamin Franklin House Publishing, 1986.
- LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. Pg. 26 apud MORTON ‘The conservative revolution’ p. 367
- LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC / National Book Institute, 1987.
- MORTON, F.W.O. **The Conservative Revolution of Independence**. Doctoral Thesis, University of Oxford, 1974
- SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatist da Bahia. 2nd. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1st ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

INTRODUCCIÓN A LAS CAUSAS DE LA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE EL IMPERIO DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY¹

Grizzie Margaret Logan Gómez Sanjurjo

Eduardo Hirohito Nakayama Rojas

RESUMEN: INTRODUCCIÓN A LAS CAUSAS DE LA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE EL IMPERIO DEL BRASIL y LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

El veintiséis de marzo del año 1872, Su Alteza Imperial la Princesa Regente Izabel de Brasil sellaba con su firma en el Palacio de Río de Janeiro, el Tratado acordado con el Paraguay por su plenipotenciario, el experimentado diplomático João Maurício Wanderley, Barón de Cotegipe.

Se cerraba así una larga historia, de más de tres siglos de disputas entre la Corona Española y la Portuguesa primero; y entre la República del Paraguay y el Imperio del Brasil después, por gran parte de los territorios conocidos como Guairá e Itatín, que tanto por justos títulos como por el principio romano del *uti possidetis iuris* tantas veces invocado por las Cortes de Lisboa y Río de Janeiro, han pertenecido siempre a los dominios españoles de la Gobernación del Paraguay (y Guairá) y su continuación jurídica independiente, la República del Paraguay.

Las cláusulas del Tratado Secreto de la Triple Alianza ocultaban de ex profeso la repartición territorial del Paraguay, mutilándolo al extremo de dejarlo como un anexo o apéndice, cuyo propósito (puesto por escrito en la letra del Tratado) no se llevó totalmente a cabo gracias a las disputas dentro de la misma Alianza entre sus mayores socios (la Argentina y el Brasil); al fallo favorable del Presidente de los Estados Unidos de América, Rutherford Birchard Hayes en su laudo arbitral entre el Paraguay y la Argentina; y a la defensa de su territorio realizada por el Paraguay en la nuevamente sangrienta Guerra del Chaco que tuvo que enfrentar a un todavía débil Paraguay contra Bolivia entre los años 1932-1935.

Se demostrarán los derechos del Paraguay sobre dichos territorios desde los tiempos

¹ Trabalho apresentado originalmente no Terceiro Encontro internacional de Historia sobre as Operações Bélicas Durante a Guerra da Triplice Aliança - Campo Grande- MS, Brasil

de la Colonia Española con cartografía de la época; escritos y comentarios de los demarcadores comisionados luego de los tratados de Madrid de 1750 y de San Ildefonso de 1777; los esfuerzos diplomáticos de la República del Paraguay para acordar sus límites con el Imperio del Brasil durante la mitad del siglo XIX; los pormenores y las “negociaciones” para la firma del Tratado “Loizaga-Cotegipe”.

RESUMO: INTRODUÇÃO SOBRE AS CAUSAS DA DESPUTA TERRITORIAL ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI

No dia vinte e seis de março de ano de 1872, Sua Alteza Imperial Regente do Brasil, a Princesa Izabel, selava com sua assinatura no Palácio do Rio de Janeiro o Tratado firmado com o Paraguai por seu plenipotenciário, o experiente diplomata João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe.

Encerrava-se, assim, uma longa história de mais de três séculos de disputas ente a Coroa Espanhola e a Coroa Portuguesa, primeiramente, e entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, depois, por uma grande parte dos territórios conhecidos como Guairá e Itatim, que por justos títulos e pelo princípio romano do *uti possidetis iuris* invocado tantas vezes pelas Cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro, pertenciam sempre aos domínios espanhóis da Governança do Paraguai (e Guairá) e sua continuação jurídica independente, a República do Paraguai.

As cláusulas do Tratado Secreto da Tríplice Aliança ocultavam de *ex profeso* a repartição territorial do Paraguai, desmembrando-o ao extremo de deixá-lo como um anexo ou apêndice, e cujo propósito (constante expressamente no Tratado) não se levou totalmente a cabo graças às disputas dentro da mesma Aliança entre seus maiores membros (Argentina e Brasil), á sentença arbitral favorável do Presidente dos Estados Unidos da América, Rutherford Birchard Hayes, em seu laudo arbitral entre o Paraguai e a Argentina e a defesa do território realizada pelo Paraguai na novamente sangrenta Guerra do Chaco, na qual o Paraguai, ainda debilitado, confrontou-se com a Bolívia entre os anos de 1932 e 1935.

Serão demonstrados os direitos do Paraguai sobre esses territórios desde os tempos da Colônia Espanhola, com cartografia da época, escritos e comentários dos demarcadores comissionados logo após os tratados de Madri, de 1750; e de São Idelfonso, de 1777, os esforços diplomáticos da República do Paraguai para demarcar seus limites com o Império do Brasil durante a metade do

século XIX, além de detalhes das negociações para a firmação do Tratado “Loizaga-Cotegipe”.

INTRODUCCIÓN

Teniendo en cuenta la amplitud del tema analizado, el presente trabajo no osará superar las cuantiosas investigaciones ya realizadas sobre el tema, ni buscará presentar al lector nuevas verdades acerca de la espinosa relación entre las Coronas de España y Portugal primero; y entre la República del Paraguay y el Imperio del Brasil después, sobre la demarcación de sus fronteras, luego que estas unidades lograran sus respectivas emancipaciones de las potencias ibéricas.

En esta compilación se analizará la evolución de la frontera luso-española en América del Sur desde las Bulas *Inter Coetera Brevis, Minor, Eximiae Devotionis y Dudum Siquidem* del Papa Alejandro VI a favor de los Reyes Católicos en 1493, el Tratado de Tordesillas de 1494, la colonización española en Sudamérica, los ejes de expansión en el territorio del Río de la Plata desde La Asunción, el desarrollo económico y social colonial de la Provincia del Paraguay y Guairá en relación al tema estudiado, el desarrollo de las Misiones Jesuíticas del Paraguay, las Capitanías Generales y la expansión portuguesa a partir de las incursiones bandeirantes, el Tratado de Madrid de 1750, el de San Ildefonso de 1777, los actos posesorios de uno y otro bando sobre el territorio en disputa, las comisiones demarcadoras y los problemas resultantes de la interpretación de los tratados, el relacionamiento oficial desde los albores de la independencia paraguaya, el *uti possidetis juris* de 1810, los actos posesorios realizados por la República del Paraguay y la reivindicación de la soberanía nacional bajo los gobiernos del Dr. Francia y los López, además de las desinteligencias de la diplomacia paraguaya con el gabinete de San Cristóbal por la cuestión de límites, que sólo sería resuelta *manu militari* durante la Guerra de la Triple Alianza, en cuyo Tratado Secreto el Brasil ya se había asignado con anterioridad los límites pretendidos, y cuya exigencia se materializó con el ignominioso *Tratado “Loizaga-Cotegipe”* de 1872. Los límites asignados a la Argentina en el Tratado Secreto no siguieron la misma suerte, debido a que el Brasil, apartándose de lo pactado, evitó por todos sus medios la expansión de la frontera argentina y su acercamiento al Mato Grosso, lo que para menor infelicidad del Paraguay fue conseguido.

En el marco de los Encuentros Internacionales de Historia sobre la *Guerra de la Triple Alianza*, que anualmente vienen realizándose ininterrumpidamente desde el año 2009, de entre las

varias limitaciones expuestas por los participantes de todos los países en materia de fuentes genuinas y estudios realizados sobre diversos aspectos de la *Guerra Grande*, resalta el hecho de que pese a las innumerables obras publicadas sobre el tema, la brecha idiomática se refleja en el escaso, casi nulo intercambio bibliográfico y de investigación en círculos no académicos. Esto se traduce, en síntesis, en la indisponibilidad de una variada bibliografía para el ciudadano común, que encontrará versiones muy distintas dependiendo del lado de la frontera en que esté.

Mucho menos que un tratado o estudio, el presente es apenas un esbozo o introducción que esperamos sea de utilidad para todo investigador interesado en conocer los orígenes de las disputas territoriales luso-hispanas, que al no haber sido resueltas por más de tres siglos, se convertirían en una de las principales causas de la mayor contienda bélica que haya visto el territorio sudamericano en toda su historia, la *Guerra de la Triple Alianza* (1864-1870), con graves consecuencias políticas y económicas para todos los contendientes, entre los cuales el Paraguay se llevó la peor parte, con catastróficas pérdidas también en el ámbito demográfico, cultural y territorial, que en el caso brasileño se tradujo en la anexión de la mitad meridional del actual Estado de *Mato Grosso do Sul*. Más o menos lo que hoy día las representan las microrregiones de *Iguatemi*, *Dourados*, *Bodoquena* y la mitad sur del *Baixo Pantanal*, áreas éstas comprendidas al poniente del río Paraná desde la desembocadura del río *Ygurey*, *Jaguarí*, *Yvynheima* o *Monice* hasta las altas cumbres de la cordillera del Amambay, y siguiendo una línea recta hasta las nacientes del río Blanco, siguiendo su curso oriental al río Paraguay hasta su desembocadura en éste. Se recurrió a una exhaustiva investigación que nos ha llevado a investigar archivos y bibliotecas de diversas universidades en *Asunción*, *Río de Janeiro*, *São Paulo*, *Santos*, *Buenos Aires*, *París*, *Bruselas*, *Londres*, *Madrid*, *Sevilla*, *Lisboa*, *Madeira*, *Palo Alto* (*Stanford University*), *Austin* (*University of Texas*), *Washington* y muchas más, consultando obras de varios autores “clásicos” en la materia, así como también a bibliografía si no inédita al menos muy pocas veces invocada para demostrar la legitimidad de origen de los derechos paraguayos sobre el territorio disputado entonces con el Imperio del Brasil.

Agradecemos a familiares y amigos por el apoyo recibido en la realización del presente material, pues sin ellos, hubiera sido imposible culminar satisfactoriamente el trabajo.

NUEVO MUNDO, NUEVAS DISPUTAS TERRITORIALES

Muchas son las versiones sobre los motivos que llevaron a las Coronas de Portugal y Castilla a navegar mares lejanos y desconocidos. La discusión de la veracidad del origen de los motivos no corresponde al presente trabajo, aunque nos atrevemos a sostener que en la diversidad de razones, resalta la gran carrera por dominar los mares y conquistar territorios y naciones para el comercio, luego de la caída de *Constantinopla* en manos de los turcos otomanos en 1453.

Pero más de un siglo atrás, sería fundamental para la historia de Portugal, la creación de la *Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* por el Papa Juan XXII, a pedido de Su Majestad el Rey Dinis de Portugal en el año 1319, a quien se considera como uno de los responsables de la creación de la identidad nacional portuguesa, puesto que entre otras obras, se le atribuye la conclusión de la Reconquista de los territorios en manos de los *moros* al sur de la península ibérica, la elevación del idioma portugués como lengua oficial de la Corte y la creación de la Armada Portuguesa, ya en 1312. La *Ordem de Cristo* tomaría un cariz oficial luego de que en 1417 se estableciera que el cargo de Maestre de la *Ordem* sólo sería ejercido por miembros de la *Casa Real*, siendo el célebre Enrique el Navegante, principal figura de la era de los grandes descubrimientos, el primero de ellos. La rica y poderosa *Ordem de Cristo* fue la financista de las expediciones marítimas portuguesas y en adelante, La Cruz de la *Ordem de Cristo* sería la que adornaría las velas de las carabelas que explorarían los mares desconocidos en Asia, así como de las once carabelas que finalmente llegaron con Cabral en el 1500.

El amor de los portugueses por los mares no era nuevo. El nombre mismo que identifica a la región y nación portuguesa nos demuestra su estrecha relación con el mar y las faenas náuticas. La palabra PORTUGAL proviene de *Portucale*, unión de las palabras *Portus* + *Cale*, siendo *Cale* el nombre del poblado que hoy conocemos con el nombre de *Porto*. A su vez, de la palabra *Cale* (más tarde *Gal*), proviene la palabra *Calecia* o *Gallaecia* (hoy *Galiza* o *Galicia*), que en la época (siglos V y VI) no se limitaba a la hoy región autónoma española sino a prácticamente toda la costa oeste de la península ibérica poblada por personas de origen celta. De hecho, la palabra *Cale* estuvo y está muy presente en la geografía europea, especialmente donde subsisten sustratos lingüísticos celtas o celtíberos, con denominaciones como *Galia*, *Gales*, *Calais*, *Galatia*, *Gaia*, *Galicia* o *Portugal*.

No cabe duda que la ventaja obtenida por la Corona Portuguesa mucho antes de la caída de Constantinopla resultaba en un *plus* que la dejaba cómodamente posicionada frente a Castilla en cuanto al dominio marítimo de la época, ya desde la conquista de *Ceuta* en 1415 y al cultivo de las ciencias náuticas que se diera en la prestigiosísima *Escola de Sagres* en *Algarbe*. Sucesivamente se darían los descubrimientos realizados por notables navegantes lusitanos como João Gonçalves Zarco (*ilha de Porto Santo*), Tristão Vaz Teixeira (*ilha de Madeira*), Nuno Tristão (*Cabo Branco* y *Guinea-Bissau*), Dinis Dias (*ilhas do Cabo Verde*), todo esto aún antes de la toma de la otrora capital del Imperio Romano de Oriente. La exploración de la costa africana, y el descubrimiento del *Cabo de Boa Esperança* por Bartolomeu Dias se daría antes de que el Puerto de Palos viese siquiera partir a Cristóbal Colón.



Padrão dos Descobrimentos, Monumento en honor a los descubrimientos en Lisboa

El objetivo primario estaba entonces dirigido a encontrar el camino más corto para llegar a las Indias, y mientras Colón apuntaba su brújula al oeste, los lusitanos seguirían bordeando la costa africana hasta llegar a la India por el Océano Índico y contactar *Goa* y *Kalkota*. Aunque las teorías del genovés, quien también había pasado por la mencionada *Escola de Sagres* eran correctas, no había descubierto “un nuevo camino a las Indias” por el Oeste, pues desconocía que en medio de ese trayecto se hallaba todo un Nuevo Mundo, la futura *América*.

Pero a medida que las coronas ibéricas adelantaban nuevos descubrimientos, era necesario interpretar los problemas jurisdiccionales de entonces, y los que estaban por presentarse luego, para evitar conflictos. Para ello, es necesario recurrir al Derecho Romano, pues en sus normas se encuentra gran parte de los antecedentes en base a los cuales las coronas ibéricas habrían de cimentar sus legislaciones en territorios de ultramar. Tanto para la Corona Portuguesa como para la de Castilla, el

Derecho Romano constituía un fundamento importante respecto a los títulos jurídicos que podrían invocarse en cuestiones territoriales. A su vez, el poder temporal del pontificado se concebía como una monarquía universal en tanto los papas eran herederos y vicarios de Cristo; por ello tenían potestad sobre cristianos e infieles.

Prevalecía en los juristas de la corona de Castilla de fines del siglo XV –sobre la base de la tradición canonista medieval que habían formulado en el siglo XIII *Hostiensis* y *Augustinus Triumphus*– el reconocimiento de la autoridad temporal del Papa para conferir derechos jurisdiccionales en los territorios descubiertos. La potestad universal del Papa implicaba facultades para otorgar donaciones territoriales contra la obligación, por los estados beneficiarios, de emprender en los espacios concedidos las apostólicas misiones de evangelización.

En materia de “justos títulos”, la Corona Portuguesa también aventajaba a su vecina, pues casi medio siglo antes de la llegada de Colón a América, en 1455, a través de la Bula *Romanus Pontifex*, el Papa Nicolás V había otorgado al Rey Alfonso V de Portugal la “*propiedad exclusiva de todas las islas, tierras, puertos y mares conquistados en las regiones que se extienden desde el Cabo Bajador y Cabo Não, y a lo largo de toda la Guinea y mucho más al sur*”, el “*derecho de continuar las conquistas contra musulmanes y paganos en esos territorios*” y el “*derecho de comerciar con los habitantes de los territorios conquistados y por conquistar, excepto los productos tradicionalmente prohibidos a los infieles...*”. Esta Bula fue confirmada por los siguientes Papas Calixto III en 1456 y Sixto IV en 1481. En contrapartida, los lusitanos se comprometían a evangelizar los territorios sometidos en nombre de Nuestro Señor Jesucristo.

Pero los descubrimientos de Colón bajo bandera de Castilla cambiarían el panorama. Con este *as* bajo la manga, sus Majestades Católicas no estaban dispuestas a seguir allanando el camino de Portugal en la carrera del mar, y aprovecharían el hecho que el Cardenal de Valencia, Rodrigo Borgia accedería al trono papal con el nombre de Alejandro VI. Él, mucho más que su tío Alfonso (Calixto III), tenía una estrecha amistad con Isabel y Fernando, los “Reyes Católicos”, y por tanto accedió a emitir varias Bulas en las que la Santa Sede otorgaba grandes concesiones a Castilla. En conjunto, más conocidas como *Bulas Alejandrinas* o simplemente *Inter Coetera*, la parte más importante de la concesión rezaba: “*todas las islas y tierras firmes descubiertas y por descubrir, halladas y por hallar, hacia el occidente y mediodía, haciendo y constituyendo una línea desde el polo ártico, es decir el septentrión, hasta el polo antártico, o sea el mediodía, que estén tanto en tierra firme como*

en islas descubiertas y por descubrir hacia la India o hacia otra cualquier parte, la cual línea diste de cualquiera de las islas que se llaman vulgarmente de los Azores y Cabo Verde cien leguas hacia occidente y el mediodía, que por otro rey o príncipe cristiano no estuviesen actualmente poseídas con anterioridad al día de la Navidad de nuestro señor Jesucristo próximo pasado, en el cual comienza el presente año de 1493... ”. La interpretación de esta Bula ya fue controvertida, desde el momento en que las *islas Azores* y las del *Cabo Verde* no se hallan en la misma longitud, ni se especifica el tipo de medida a ser utilizada, ni aclara si se refiere a las *islas del Cabo Verde* o al *Cabo Verde* ubicado en la costa de África.



El navegante genovés Cristóbal Colón

El dominio jurisdiccional sobre el grupo de islas y Tierra Firme que la continuidad de la expansión ultramarina permitía incorporar, quedaba legitimado aquí plenamente por el poder temporal que las Coronas de Portugal y Castilla reconocían al Sumo Pontífice. Pero los fundamentos jurídicos que pretendían sostener la legitimidad de los derechos exclusivos sobre las tierras descubiertas y particularmente en aquellas a descubrir, no encontró universal consenso. En primer lugar en la propia España, donde los juristas disidentes objetaron la autoridad de la *Santa Sede* para otorgar títulos jurídicos sobre posesiones territoriales, pues las prerrogativas pontificias sobre el espacio indiano sólo podían alcanzar el ámbito de la evangelización, y en segundo lugar, los títulos esgrimidos por los reyes de Portugal y Castilla fundados en las bulas papales no fueron aceptados por otros reinos como Francia e Inglaterra, que veían en ellos un instrumento jurídico con el que intentaban justificar el monopolio de las tierras a descubrir, bloqueando de ese modo las posibilidades de sus empresas de expansión. Pero ese problema podía esperar, pues el conflicto debía resolverse primero entre los principales interesados, Castilla y Portugal.

Los lusitanos contaban con otra estrategia para contrarrestar la jugada. Habiendo hecho valer sus derechos sobre los territorios descubiertos con la bendición papal, mal podrían poner en duda o atacar su autoridad para delimitar estas cuestiones, y por tanto, inteligentemente prefirieron sentarse a conversar con su vecino castellano sobre condiciones más justas en la división del mundo. Fue así que apenas un año después nació el primer documento bilateral entre España y Portugal que afectó directamente las posiciones ultramarinas y derechos jurisdiccionales de ambas potencias ibéricas en América, y particularmente a las regiones objeto de estudio: el Tratado de Tordesillas de 1494.

EL TRATADO DE TORDESILLAS DE 1494. TRANSGRESIONES Y DECADENCIA

Antes de la firma de paz entre Alfonso V y los Reyes Católicos en la villa portuguesa de *Alcáçovas* en 1479, las relaciones entre los reinos ibéricos no eran para nada amistosas. Pero aquella firma de paz sirvió de ejercicio de entendimiento obligado entre las Coronas, y demostró las ventajas de llegar a un acuerdo. En esa oportunidad, había quedado garantizada la soberanía castellana sobre las islas Canarias, mientras que reafirmaba la portuguesa sobre las de *Madeira, Azores, Cabo Verde* y la costa africana.

Luego de la concesión del Papa Alejandro VI en 1493 a favor de los Reyes Católicos, que significó un balde de agua fría para los portugueses, los castellanos sabían que los lusitanos no darían el brazo a torcer con tanta facilidad. Después de todo, pensaban los portugueses, el único mérito de sus vecinos había sido dar crédito a las excentricidades de un navegante genovés que poco antes les había ofrecido sus servicios, pero aún así tuvieron que saborear ese trago amargo para conseguir sus objetivos.

Portugueses y castellanos se sentaron a discutir sobre un nuevo Tratado que fuese más equitativo y equilibrado para los intereses de ambos, permitiese el descubrimiento y conquista de vastos territorios inexplorados, y cada uno obtuviese para sí las ganancias que la realización de tan grandes empresas significarían, sin necesidad de entrar en estériles disputas cuando el territorio en cuestión, en su mayor parte desconocido, podría resultar en nada. Los pactos se recogieron en el *Tratado de Tordesillas*, firmado en esa localidad vallisoletana el 7 de junio de 1494. Por parte de los Reyes Católicos firmaron Enrique Enríquez de Guzmán, Gutierre de Cárdenas y el doctor Francisco Maldonado; mientras que por el lado portugués lo hicieron Ruy de Sousa, su hijo Juan de Sousa y Arias de Almadana. Se fijó un plazo de cien días para su ratificación por los respectivos monarcas; los

Reyes Católicos lo refrendaron el 2 de julio de ese año en Arévalo, y Juan II de Portugal lo hizo el 5 de septiembre en Setúbal. El Tratado indicaba que se solicitaría la confirmación de la Santa Sede, pero también estipulaba claramente que ninguna de las partes podría ser dispensada de su cumplimiento alegando *motu proprio* papal. El Papa Alejandro VI nunca confirmó el Tratado y hubo que esperar a que Julio II lo hiciese por medio de la Bula *Ea quae pro bono pacis* en 1506.

En su *Historia de España*, el eminente historiador español Ramón Menéndez Pidal califica al Tratado de Tordesillas como el primer Tratado Moderno de la historia europea pues, por primera vez, al lado de los diplomáticos que llevaban las conversaciones había dos grupos de peritos (españoles y portugueses) que asesoraban técnicamente a los primeros. El Tratado consistía básicamente en el convenio de una nueva línea de demarcación, diferente a las mencionadas en las *Bulas Alejandrinas*, siendo la de Tordesillas la que, teniendo sus extremos en ambos polos geográficos, pasase a 370 leguas al oeste de las islas del *Cabo Verde*. Esta línea viene a coincidir con el meridiano situado a 46° 37' longitud oeste (meridiano que pasa prácticamente por el sector este de la actual ciudad de *São Paulo*). La gran diferencia con la demarcación establecida en las bulas pontificias es que la parte oriental de América del Sur, el extremo este del Brasil, quedaba ahora adscrito al área de acción de Portugal, lo que posibilitó el sometimiento a su soberanía cuando el portugués Pedro Alvares Cabral arribó a costas brasileiras el 22 de abril del 1500, y a la vez impidió al español Vicente Yáñez Pinzón reclamar para la Corona de Castilla las costas del nordeste brasileño por su arribo al *Cabo de Santa María de la Consolación* (Fortaleza, Brasil), el 26 de enero de 1500, aún habiéndolo hecho meses antes que aquel.

El texto del tratado en lo que a nuestro trabajo respecta decía “*Que se haga y asigne por el dicho mar océano una raya o línea derecha de polo a polo, del polo Ártico al polo Antártico, que es de norte a sur; la cual raya o línea e señal se haya de dar e dé derecha, como dicho es, a trescientas setenta leguas de las islas de Cabo Verde para la parte de poniente, por grados o por otra manera, como mejor y más presto se pueda dar, de manera que no será más. Y que todo lo que hasta aquí tenga hallado y descubierto y de aquí adelante se hallase y descubriere por el dicho señor rey de Portugal y por sus navíos, así islas como tierra firme, desde la dicha raya arriba, dada en la forma susodicha, yendo por la dicha parte de levante, dentro de la dicha raya a la parte de levante, o de norte o sur de ella, tanto que no sea atravesando la dicha raya, que esto sea y quede y pertenezca al dicho señor rey de Portugal y a sus subcesores para siempre jamás. Y que todo lo otro, así islas como tierra firme, halladas y por hallar, descubiertas y por descubrir, que son o fueren halladas por los*

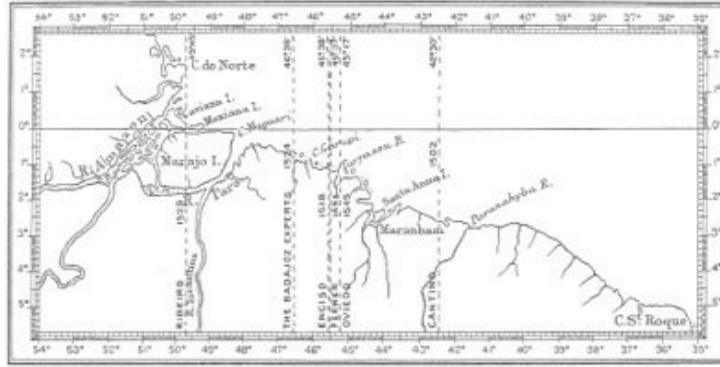
dichos señores rey y reina de Castilla y de Aragón, etc., y por sus navíos, desde la dicha raya, dada en la forma suso dicha, yendo por la dicha parte de poniente, después de pasada la dicha raya, para el poniente o al norte sur de ella, que todo sea y quede y pertenezca a los dichos señores rey y reina de Castilla y de León, etc., y a sus subcesores para siempre jamás”.



División del mundo entre España y Portugal según el Tratado de Tordesillas

Aunque el Tratado de Tordesillas aventajaba a las Bulas en precisión, no estuvo ajeno a discusiones e interpretaciones diversas. Así, la primera opinión española sobre la posición de la línea del tratado fue la del catalán Jaume Ferrer en 1495, realizada a solicitud de los reyes de Castilla y Aragón. Ferrer consideró que la línea de demarcación debía establecerse desde 18° al occidente de la más central de las islas de Cabo Verde, la *ilha do Fogo*, estableciendo que la línea del tratado estaba a los $42^\circ 25' O$, pero creía que el tamaño de la esfera terrestre era un 21.1% más grande que el que en realidad es. Ferrer también estableció que la legua debía ser de 32 estadios olímpicos (6.15264 km), de esta manera la línea de Ferrer coincidía con el meridiano $45^\circ 37' O$.

La más antigua mención portuguesa aparece en el *Planisferio de Cantino* de 1502, donde la línea de demarcación estaba situada a mitad de camino entre el *Cabo San Roque* (punto extremo nordeste de América del Sur) y el estuario del río *Amazonas*, aproximadamente a los $42^\circ 30' O$. En 1518 el español Martín Fernández Enciso localizó la línea a los $47^\circ 24' O$, pero creía que la esfera terrestre era un 7.7% más pequeña de lo que es, por lo que su línea pasaba a los $45^\circ 38' O$.



La ubicación exacta de Tordesillas según los cartógrafos

En razón de la disputa por las islas *Molucas*, entre el 1 de marzo y el 31 de mayo de 1524 se reunieron peritos de ambas coronas, entre ellos los navegantes españoles Tomás Durán, Sebastián Gaboto y Juan Vespucio, quienes dieron su opinión a la *Junta de Badajoz-Elvas* que fue establecida para fallar en la disputa. Ellos especificaron que la línea debía estar a los 22° desde 9 millas al occidente del centro de la *isla de San Antonio* (la más occidental de las del Cabo Verde). La esfera terrestre considerada entonces era 3.1% más pequeña que la actual, por lo que la línea fijada a los 47°17'O corresponde en realidad a los 46°36'O. El mapa utilizado por la parte española fue el *Totius Orbis Descriptio Tam Veterum Quam Recentium Geographorum Traditionibus Observata Novum* de Juan Vespucio, impreso en Italia en 1524). Los portugueses presentaron a la *Junta de Badajoz-Elvas* un mapa en el que la línea fue marcada a los 21°30' al occidente de *San Antonio* (22°6'36" de hoy). Las reuniones terminaron sin alcanzar un acuerdo.

El *Tratado de Zaragoza* firmado el 22 de abril de 1529 entre España y Portugal, donde reinaban Carlos I y Juan III, respectivamente, delimitó las zonas de influencia portuguesa y española en Asia. El tratado fijaba las esferas de influencia de Portugal y España a 297,5 leguas al Este de las *Molucas*. Esta línea de demarcación se encontraba por lo tanto cerca del meridiano 135 O.

En 1534, Juan III de Portugal creó el sistema de Capitanías Hereditarias para colonizar Brasil, donando a Pero Lopes de Sousa la *Capitanía de Santana* que se extendía desde la *ilha do Mel* en el grupo de *Cananéia* hasta *Laguna*, que entonces era considerado por Portugal como el punto extremo de su territorio en Sudamérica, es decir por donde creían que pasaba la línea de Tordesillas. Pero posteriormente, tal como será ilustrado, en diversos mapas portugueses la boca del Río de la Plata e incluso el Estrecho de Magallanes aparecían como situadas “al Este” de la línea de Tordesillas, es decir, como “territorios del Brasil”. Además los portugueses transgredieron

con creces las fronteras que les señalaba la línea de Tordesillas debido a la dificultad para fijar las longitudes (ubicación de los meridianos) debido a la imprecisión de los instrumentos de la época (entonces para señalar las *longitudes* o meridianos se hacían cálculos aproximativos en los cuales el recurso más apropiado solía ser la corredera; y recién a mediados del siglo XVIII Inglaterra desarrolló precisos cronógrafos (cronómetro de *Harrison* inventado en 1765) que, unidos a los sextantes, dieron la posibilidad de ubicar con bastante precisión la posición de los meridianos).

La interpretación errada por parte de los portugueses se evidencia al ver que la línea trazada por debajo del paralelo 20° S en la isla de *Marajó* pasaba por la margen derecha Río de la Plata. Esto puede explicar los motivos por los cuales geógrafos lusitanos como Luis Teixeira incluyeran incluso el estuario del Río de la Plata dentro de sus límites de demarcación en 1574. Otras interpretaciones (todas portuguesas) como las de Pedro Nunes, Albernaz, João Teixeira y Costa Miranda, adolecían casi el mismo error, puesto que a partir de Marajó describían ángulos de hasta 30°, que con la línea trazada en dirección sur dejaba la mitad de los territorios de Don Pedro de Mendoza, y aún la costa patagónica hasta *Tierra del Fuego* bajo dominio portugués.



Ubicación de la línea según portugueses y españoles

Observando las áreas de ocupación portuguesa en el Brasil antes de la anulación de Tordesillas, se observa que Portugal transgredió en su colonización del continente americano la demarcación del Tratado de Tordesillas. A su vez, España colonizó las *islas Filipinas* en Asia, que estaban dentro del hemisferio portugués. Aunque como dijimos, gran parte se debió a la dificultad existente en el siglo XV para determinar con mayor exactitud las longitudes, y a los más de 60 años que el Tratado dejó de tener sentido legal por la unión ibérica que entre los años 1580 y 1640 mantuvieron a Castilla y Portugal bajo la soberanía de un mismo monarca en una unión dinástica *aeque principaliter*.

Los Reyes otorgaron a exploradores portugueses capitanías y concesiones en la cuenca amazónica y así, a partir de 1580, los comerciantes y colonos portugueses podían establecerse sin preocupaciones más allá del citado meridiano, penetrando profundamente en la selva brasileña. De este modo, cuando en 1640 se produjo la independencia de Portugal, retuvo consigo las posesiones adquiridas hasta entonces mucho más al Oeste de la demarcación del Tratado de Tordesillas y las buscaría hacer valer en virtud del precepto del Derecho Romano *uti possidetis ite possideatis* o *uti possidetis juris*.

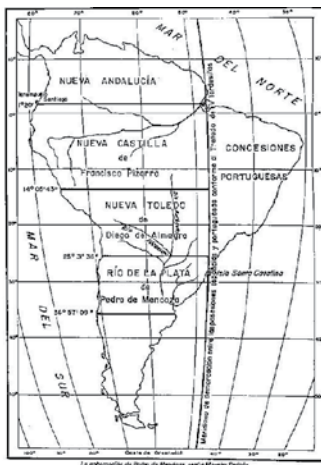
Para ese año de 1640 el Tratado volvería a tener sentido legal, pero para entonces, *de facto* eso sería una utopía.

LA COLONIZACIÓN ESPAÑOLA EN SUDAMÉRICA y EN EL RÍO DE LA PLATA. LA CAPITULACIÓN DE DON PEDRO DE MENDOZA

En el año 1534 y al tiempo que Portugal concedía su sistema de Capitanías Hereditarias para la colonización del Brasil, la Corona de Castilla negociaba un ordenamiento jurisdiccional de magnitud que tendrá en el espacio sudamericano un carácter constitutivo y por medio del cual procurará orientar un proceso de expansión esencialmente distinto, en el sentido de que las exploraciones anteriores no pasaron de las costas, mientras que las nuevas buscarían penetrar y perseguir fundaciones permanentes y sentar verdadero arraigo.

Mediante este ordenamiento, similar al de las Capitanías portuguesas en el Brasil, quedaban conformadas tres nuevas gobernaciones, configurando así nuevos espacios políticos que condicionaban los alcances de futuras concesiones. En mayo de 1534 Carlos V capituló en *Toledo* con Diego de Almagro, Pedro de Mendoza y Simón de Alcazaba y Sotomayor: a Almagro se le concedió la gobernación denominada *Nueva Toledo*, que tendría por límite septentrional la gobernación de Francisco Pizarro, en el paralelo 14°05'43'', y se extendía doscientas leguas hacia el *Estrecho de Magallanes*, alcanzando los 25°31'26''; a Don Pedro de Mendoza, Primer Adelantado del Río de la Plata se le encomendó el objetivo de conquistar y poblar el territorio comprendido desde el sur de la gobernación de Almagro hasta el paralelo 36°57'09'' con costas en el Mar del Norte (Océano Atlántico) y Mar del Sur (Océano Pacífico), cuyo espacio se denominaría *Nueva Andalucía*; mientras que desde el paralelo en el que terminaba la jurisdicción dada a Pizarro se le otorgaban a Simón de

Alcazaba y Sotomayor otras 200 leguas hacia el sur llegando hasta los 21° 6,5' S, cuyo nombre sería *Nueva León*. Sin embargo Alcazaba y Sotomayor no pudo realizar la expedición.



División espacial de las jurisdicciones españolas en Sudamérica

Mendoza sabía que Almagro descendía desde el Perú desconociendo las grandes divisiones del territorio sudamericano, y ante la posibilidad de que el mariscal Almagro avance sobre su jurisdicción, el Primer Adelantado del Río de la Plata solicita a la Corona disposiciones precautorias; una Real Cédula de 1535 satisfacía ese requerimiento y ordenaba: “...q por que entre el (Mendoza) y el dho mariscal no oviese diferencias sobre la medida e quenta delas dhas leguas mandasemos declarar los limites dellas...y q cada vno dellos guarde los terminos de su gouerçiõ y en solo ello vsen sus oficios de gouernaçiõ...”

La capitulación negociada con Don Pedro de Mendoza pretendía ser una respuesta a posibles asentamientos portugueses en el Río de Solís o de la Plata para cerrar la vía de acceso al río Paraná desde donde se procuraba llegar a la *Sierra de la Plata*. A pesar de las dificultades de alistar otras expediciones (como la ofrecida a Miguel de Herrera, Alcalde de Pamplona), la Corona de Castilla insistirá en que el Río de la Plata forma parte de sus dominios y tomó las debidas precauciones, como la orden dada en 1531 al licenciado Suárez de Carvajal, funcionario del Consejo de Indias, que reciba como testigos y tome declaración a personas que hayan estado con Gaboto en el Río de la Plata, para “guarda é conservaçion de nuestro derecho”.

FUNDACIÓN DE ASUNCIÓN y EL REORDENAMIENTO JURISDICCIONAL

Ahora bien, respecto a las principales motivaciones de la gran expedición de Mendoza, la finalidad perseguida por la Corona de Castilla de controlar el Río de la Plata no se fundaba en la necesidad de proteger al *Potosí*, como se ha afirmado, pues el rico cerro recién sería descubierto once años después de la capitulación celebrada con Mendoza. La expedición, pese a fracasar en sus grandes objetivos, no debe interpretarse como una operación totalmente frustrada, pues algunos pobladores de la recientemente erigida *Buenos Aires* deciden tomar el curso de los ríos Paraná y Paraguay y fundan, el 15 de Agosto de 1537, el fuerte de *Nuestra Señora Santa María de la Asunción*, situada sobre el límite jurisdiccional de Diego de Almagro. Este fuerte fundado por el Capitán Juan de Salazar y Espinoza en la bahía de los carios se erigiría en la primera población española elevada a la categoría de ciudad en el Río de la Plata en el año 1541, convirtiéndose en cabecera y punta de lanza de la Corona Española en el centro del Continente Sudamericano, y su vitalidad le valdría el mote de *Madre de Ciudades* a partir de la cual se llevarían adelante más expediciones, conquistas y fundaciones de las que Castilla hubiera jamás hubiera imaginado: *Santa Fe*, *San Juan de Vera de las Siete Corrientes*, *Santa Cruz de la Sierra*, *Concepción del Río Bermejo*, *Santiago de Xerez*, *La Barranca o Nueva Asunción* y *Puerto de los Reyes*, *Ciudad Real del Guairá*, *Ontiveros*, *Villarrica del Espíritu Santo*, *Buenos Aires*, entre otras poblaciones dispersas por toda la geografía de lo que luego se conocería como *Provincia Gigante de Indias*.

Pero a fin de comprender el proceso de reordenamiento jurisdiccional desde las primeras concesiones reales que creaban *Nueva Toledo* (tierras de Almagro) y *Nueva Andalucía* o Río de la Plata (Pedro de Mendoza) hasta su transformación en la Provincia Gigante de Indias, debemos referirnos a la capitulación que la Corona celebró con *Don Juan de Sanabria* en 1547 según la cual se convenía el desplazamiento de la gobernación del Río de la Plata hacia el norte, incluyendo consecuentemente a *La Asunción* dentro de la nueva jurisdicción. Esta marcada vocación expansiva le valió a la *Madre de Ciudades* más de una tensión con las autoridades del *Perú*, puesto que su capacidad de conquista quedó demostrada por la expedición de Domingo Martínez de Irala a las regiones metalíferas, ya en las proximidades del *Potosí*, bajo cuyo segundo mandato la gobernación del Río de la Plata recuperaba los límites establecidos en la capitulación del Segundo Adelantado, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, es decir, desde 25° N a 36° S y sus originales límites en las costas del Atlántico y del Pacífico, aunque

al oeste, gran parte de su territorio se había cercenado desde 1548 por la expansión del eje chileno.



Cap. Juan de Salazar y Espinoza.
Estatua en Medina de Pomar, España

El Paraguay se había constituido en una vía de acceso a *Potosí* a raíz de las entradas de los asuncenos hacia *Charcas*, lo que explica las interferencias y reclamos del primer Gobernador General del Brasil, Tomé de Sousa, quien a partir del año 1549 objeta la conquista y colonización hispana en el oriente de la gobernación del Paraguay, lo que desembocó incluso en un inusitado reclamo de la Corona Portuguesa por la posesión de Asunción, y que mereció una respuesta de la Corona de Castilla en 1554 mediante la cual reafirmó sus derechos jurisdiccionales sobre estos territorios.

La Corona celebra una capitulación con Jaime Rasquín en 1557 con el claro objetivo de poblar la costa atlántica cercana a la controvertida línea de Tordesillas, y así hace referencia a cuatro poblaciones: una en *San Francisco del Mbiazá*, otra en el Puerto de los Patos 30 leguas más abajo, una tercera en *Sancti Spiritus* y la última en *San Gabriel*. Prueba de las incesantes pretensiones portuguesas en es una carta dirigida al presidente del Consejo de Indias por el Gobernador del Paraguay Domingo Martínez de Irala quien declaraba: “...q los portugueses pretenden ser la ysla de s. Francisco suia y estan en propiso (propósito) de no dexarla poblar posible.seria q. ellos lo quisiesen hazer antes q. su magestad probeyese la poblacion della y seria aver confusion sino se probeyese declaracion dello. – Paresçme q. su magestad debria dar alguna larga enesto para q. si los portugueses estubiesen poblados o lo quisiesen hazer los pudiesen echar della como de trra de su magestad...”



Asunción y su área de influencia a fines del siglo XVI

El proceso expansivo de Asunción tuvo también una diversificación hacia el Este, que se materializó con la fundación de varias poblaciones, entre ellas, la *Ciudad Real del Guayrá* en 1557 por parte de *Ruy Díaz de Melgarejo*, en la margen izquierda del *Paraná*, junto a la desembocadura del río *Pikyry*.

El Paraguay avanzaría también hacia el norte, donde pobladores asuncenos al mando de Ñuflo de Chavez, y junto al río Guapay, en 17 grados, fundó el poblado de *Nueva Asunción* o *La Barranca* el 1 de agosto de 1559. La fundación de esta villa supuso el postrer esfuerzo hacia el norte del eje de expansión paraguayo-rioplatense, y cobra importancia por la ubicación de la misma, cercana a la *Laguna de los Xarayes* al igual que el *Puerto de los Reyes*.

HERNANDO ARIAS DE SAAVEDRA y LA GRAN ADECUACIÓN JURISDICCIONAL DE 1617

La reorientación que impuso *Charcas* a la gobernación rioplatense exigía redefinir la organización del espacio. Hernando de Montalvo, sagaz observador de los acontecimientos del Paraguay-Río de la Plata y responsable de la *Hacienda Real de Asunción* advierte, a fines de 1579 la imposibilidad de ejercer un efectivo control sobre tan vasto territorio, y justifica la conveniencia de reinstalar un antiguo proyecto de dividir la gobernación rioplatense: “*Para ser vuestra magestad mas aprovechado De tan grandes y fertiles provinçias como Lo son estas del rio de la plata es imposible de ninguna ynposibilidad poderlas gobernar ni rrejir un solo governador por ser provinçias tan anpleas Es provinçia que se puede dividir en tres governaçiones...*”

Otro proyecto presentado y atribuido a Martín del Barco Centenera hacia 1587 se propone:

“...importante, q V.M. diuidiesze aquella Gouer.on en do. dando a la vna por Cabeça abuenos ayres con S.ta Fe y concepciô pueblo nuevo enel Rio ypití q. suena tanto como bermejo contoda laConquista de aquella Vanda del Rio qs hazia el estrecho llamada los çesares (Magallanes)...; A la otra puede. V. Mag. dar por Cabeça a la çiudad dela Assumpciô enelparaguay çiubdad antigua y muy poblada...”

Cinco años después, el criollo asunceno *Hernando Arias de Saavedra* o *Hernandarias* asumiría el cargo de Gobernador del Paraguay y del Río de la Plata, sería el primer español no peninsular en ostentar esta autoridad. A su vez, su hermano de madre, Fray Fernando de Trejo y Sanabria, nacido en *San Francisco del Mbiazá* (actual costa São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil), quien se erigió como el primer obispo criollo paraguayo, provincial de los franciscanos y fundador de la *Universidad de Córdoba*, la una de las Altas Casas de Estudios más antigua del Río de la Plata.

Los proyectos puestos a consideración de la Corona con las recomendaciones de lograr una mejor administración, sumados a los problemas cada vez más frecuentes que se presentaban por el contrabando de metales preciosos a espaldas de las autoridades virreinales del *Perú*, y a la importancia cada vez mayor que cobraba el puerto de *Buenos Aires*, que exigían que el Gobernador del Río de la Plata residiese más tiempo allí que en *Asunción*, agregándose razones de seguridad ante el *“...gran riesgo y peligro en que quedauan las ciudades de la Asumpcion, caueça de las dichas prouincias...”*, sometidas a ataques de los indígenas *guaykurúes* y *payaguás*; acabarían trasladando la capital rioplatense de *Asunción* a *Buenos Aires*.

Dadas las lógicas y muy fundadas razones expuestas por los proyectistas sobre la imposibilidad de administrar espacios tan vastos, y considerando que los territorios todos correspondían a la Corona Española, la división era una necesidad improrrogable. En este escenario fue que a fines de 1617 se consumó la división de la gigantesca provincia del Paraguay-Río de la Plata, y así, por Real Cédula de diciembre de 1617, *Felipe III* establecía que: *“...he tenido por vien que el dicho Gobierno se dibida en dos que el uno sea del Rio de la Plata agregandole las çiudades de la Trinidad Puerto de Santa Maria de Buenos Ayres la çiudad de Santa Fee la çiudad de San Juan de Bera de las Corrientes la çiudad de la Concepcion del Rio Bermejo y el otro Gobierno se yntitule de Guayra y agregando a el por cabessa de su Gobierno la çiudad de la Asunpcion del Paraguay y la de Guayra Billarica del Espiritu Santo y la çiudad de Santiago de Xerez...”*

EL NUEVO ESPACIO: EL PARAGUAY y GUAYRÁ. LAS MISIONES JESUÍTICAS

Con *La Asunción* desangrada y empobrecida de tantas expediciones, pertrechos e hijos de la ciudad empeñados en la empresa expansiva y conquistadora, y ante la nueva situación que favorecía el surgimiento de *Buenos Aires* a costa de su marginamiento, *Asunción* pierde la importancia geopolítica y económica que en su momento la hizo cabeza de la conquista. Quedaba reducida en el centro del continente, en medio de impenetrables bosques y aún así, con un vastísimo territorio sobre el cual ejercer control y jurisdicción.

Pero mucho antes que se diera la división de 1617, el *Consejo de Indias* había solicitado a *Ignacio de Loyola*, Fundador y General de la *Compañía de Jesús*, una petición para el envío de misioneros al Nuevo Mundo. Loyola no lo consideró oportuno en ese momento, y los misioneros llegarían al Paraguay-Río de la Plata recién treinta y un años después de su muerte.

El Superior de los Jesuitas dispuso en 1587 que las nuevas misiones dependieran de la *Provincia Jesuítica del Perú* creada en 1568, y llamados por el Obispo de Asunción, el 11 de agosto de 1588 llegaron provenientes del Brasil los padres Manuel Ortega, Thomas Fields y Juan Saloni, que era el rector del grupo. Los tres manejaban el idioma guaraní o *lingua geral* por haber predicado antes en el Brasil. Ortega y Fields se dirigirían a explorar el *Guayrá* o *Pinería* estableciéndose luego en la ciudad de *Villarrica del Espíritu Santo*.

La Provincia Jesuítica del Paraguay fue creada en el año 1604 por el Superior de los Jesuitas, *Claudio Acquaviva*, instalándose primeramente en *Asunción*, pero por los prolongados problemas surgidos entre los sacerdotes de la orden y los vecinos de la capital paraguaya, cuyas quejas llegaron a la Corte, se ordenó por Real Cédula del 16 de marzo de 1608 dirigida a *Hernandarias*, que los jesuitas se dirigieran al *Paraná*, al *Guayrá* o *Pinería* y a la región de los indios *guaykurúes*, donde quedarían eximidos del servicio de encomienda. Así, además de las cabeceras españolas en el Guairá: *Ciudad Real* y *Villarrica*, cuyos establecimientos ya se habían asentado y donde primeramente se dirigieron los misioneros, se inicia un nuevo proceso de evangelización y fundación de reducciones, sin precedentes en la historia universal.

El motivo que enfrentaría asuncenos y jesuitas en el Paraguay español; y que del lado portugués también enfrentaría a paulistas y jesuitas era el mismo: la explotación de la mano de obra indígena

por medio de las encomiendas los primeros, y de la esclavización los segundos. Una carta fechada el 20 de noviembre de 1611 enviada por el padre Antonio Ruiz de Montoya revela la realidad social de la época, además del profundo humanismo de este sacerdote: *“Hijos, nosotros somos nacidos en esta tierra, y parientes vuestros: por tanto, hemos de procurar vuestro bien. Creednos a nosotros, y no a estos Carays, que son Españoles de España, porque allá no hay Indios, ni saben lo que les cumple para su buen ser. Nosotros si. Ellos quieren que vayáis a la Plaza de la Ciudad, y que os alquiléis como cavallos al que quisiere alquilaros. Por esso mirad lo que quereis, pues de este modo aveis de trabajar mucho. El tributo, que aveis de pagar, es cosa muy pesada; y siendo vosotros tan pobres, de donde le aveis de sacar? Entonces los Encomenderos os molestarán mas por el tributo, quando ahora se contentan con vuestro trabajo. Los Padres de la Compañía, que se lo han aconsejado, bien se conoce por aquí lo que os quieren, y lo miesmo debeis creer del Visitador, que lo ha ordenado”*.



Paraquaria o Paraguay en 1632 y las Misiones

Las reducciones de *guaikurúes* y *abipones* habían sido emprendidas apenas fundada la *Provincia Jesuítica del Paraguay* al otro lado de *Asunción* entre los ríos *Pilcomayo* y *Confuso* por el jesuita asunceno Roque González de Santacruz donde fundaron *Nuestra Señora Santa María de los Reyes Magos* en 1610 y la reducción de *Guasutinguá* en 1613. Ya en el siglo XVIII fundarían *San Fernando del Río Negro* en 1750 (actual Resistencia, Chaco, Argentina); *Misión del Santo Rosario*, *San Carlos del Timbó* y *Nuestra Señora del Bermejo* en 1762 a instancias del gobernador del Paraguay *José Martínez Fontes*; *Nuestra Señora de Belén* al este de la *Villa Real de la Concepción* y *San Juan Nepomuceno* en 1760, en las postrimerías de la retirada obligada de los misioneros de los territorios

españoles en 1767.

Se establecerían también dentro de los límites de la región del *Itatí* o *Itatim*, que eran la *sierra del Amambay* al Este, el *río Paraguay* al Oeste, el *río Tacuarí* al Norte y el *río Apa* al Sur. Desde el *Salto del Guairá* (o Sete Quedas), el célebre sacerdote Antonio Ruiz de Montoya envió a los padres Diego Rançonier y Justo Vanfurk a explorar la región del *Itatí* a pedido del Regidor de *Santiago de Xerez*. En esta región se fundaron en 1632 las misiones de *San José del Ykarói*, *Ángeles del Taruaty*, *Encarnación* y *Apóstoles San Pedro y San Pablo*. Todas fueron destruidas por los bandeirantes ese mismo año, y los indígenas sobrevivientes reducidos en dos nuevas misiones: *San Ignacio* y *Nuestra Señora de Fe del Taré* (o *Tare`yi*). En 1649 se sufrió una nueva invasión por lo que ambas reducciones fueron trasladadas a un nuevo lugar llamado *Aguaranamby*, a orillas del río Aquidabán, a una distancia respetable del *río Paraguay* para evitar los ataques de *guaykurúes* y *mbayáes*. En 1659 se trasladarían finalmente al *Paraná* con los nombres de *Santiago* (San Ignacio) y *Santa María de Fe* que conservaría su nombre. Cabe mencionar que la misión de *Santa Bárbara* en la región occidental o *Chaco Boreal* fue abandonada luego de los asesinatos de los padres Mateo Fernández y Pedro Romero cometidos por los indígenas chaqueños.

En el *Guayrá* o *Pinería* los jesuitas castellanos fundan en 1610 las misiones de *Nuestra Señora de Loreto* y *San Ignacio Mini*, a orillas del río Paranapanema; en 1622 la misión de *San Francisco Xavier* sobre el río Tibagí; en 1625 la reducción de *San José* entre los ríos Ivaí y Tibagí, y *Encarnación* en la zona del Nivatinguí; en 1626 la misión de *San Pablo Apóstol* sobre el río Inia; en 1627 *Siete Arcángeles* en las tierras del cacique Tayaobá, Inmaculada Concepción al atravesar el Tibagí, San Miguel del Yvyangüy en esa región, *San Antonio* en el Yvytykói y *Santo Tomás*; en 1628 la reducción de *Jesus María* cerca del río Ivaí, y *San Pedro de los Pinares*. Esta última época marca el fin de nuevas fundaciones a consecuencia de los ataques bandeirantes que comenzaron a asolar el *Guayrá*.

Después del éxodo del *Guayrá*, comenzó la evangelización del *Tapé*, fundándose en 1632 *San Miguel Arcángel*, *San José* y *Natividad de la Virgen* en Ararica; en 1633 *Santa Ana*, *Santa Teresa*, *San Joaquín* y *Jesús María*; en 1634 *San Cristóbal* y *San Cosme y Damián*. En 1637 el más famoso bandeirante *Antonio Raposo Tavares*, luego de haber asolado las misiones del *Guayrá* continuó su obra en el *Tapé*, siendo las reducciones trasladadas entre el *Paraná* y el *Uruguay*.

En las *Reduções del Paraná*, se funda en 1610 *San Ignacio Guasú*; en 1615 *Nuestra Señora de la Encarnación de Itapúa y Santa Ana del Yverá*; en 1616 *Jaguapohá*; en 1624 *Natividad del Yguazú*; en 1638 *San Cosme y Damián*; en 1698 *Santa Rosa de Lima y Santísima Trinidad*; en 1747 las últimas denominadas *San Joaquín* sobre el Yhú y *San Estanislao* (Santaní) sobre el Miranguá. Estas reducciones fueron las que más acogieron a los exiliados de las misiones del *Guayrá*, quienes debían trasladarse para resguardarse del ataque bandeirante.

Pese a los reiterados ataques y avances bandeirantes, la experiencia jesuítica en los territorios españoles significó el ejercicio pleno de la soberanía de Castilla en los vastos espacios de la Provincia del *Paraguay* y *Guairá*, además del adoctrinamiento y evangelización de los naturales, legado que aún luego de la expulsión de los “soldados de Dios” quedaría a España primero, y a las repúblicas independientes después.

INCURSIONES BANDEIRANTES. LA EXPANSIÓN PORTUGUESA

La historia universal, pese al afán del hombre en realizar una división básica entre buenos y malos, nos demuestra y enseña que las relaciones entre los pueblos, potencias y estados, se rigen por intereses implícitos y explícitos mucho más complejos, “más allá del bien y del mal”, como lo diría de *Nietzsche*. Por tanto, la disputas territoriales entre Portugal y España en los espacios paraguayos y rioplatenses representan ejemplos claros de cómo el juego de intereses desatado en la Península Ibérica se trasladó a sus posesiones ultramarinas en Sudamérica.

El juego geopolítico que se inició entre las Coronas de Portugal y Castilla, como hemos visto, ya llevaba siglos al momento de la expansión portuguesa hacia el centro-oeste del continente sudamericano. Pero para comprender el movimiento expansivo portugués, debemos recordar que el Brasil estaba dividido en Capitanías Hereditarias, de una manera muy similar a las concesiones españolas, con la diferencia que las capitanías portuguesas se dividían en áreas menores que las españolas, todas ellas orientadas al Este y volcadas al Océano Atlántico, y con la línea de Tordesillas como límite occidental. Habían sido creadas por Juan III de Portugal en el año 1534, y la administración entregada a particulares, que por lo general eran nobles portugueses. Aunque los territorios asignados a cada Capitanía eran más pequeñas que las españolas, los espacios a ser controlados presentaron

[illegible]

No caben dudas que entre los mejores servidores de la causa portuguesa en términos de conquista y expansión del territorio, así como en la influencia lusitana en la América del Sur están los *Bandeirantes Paulistas: Portugueses, criollos, mestizos, mamelucos y caboclos*, en distintas proporciones según la misión encomendada, se internaban en territorio español siguiendo el curso de los grandes ríos tributarios del *Alto Paraná*, devastando cuanta población, villa o misión castellana encontraran a su paso, empujando forzosamente las fronteras hacia el oeste de la línea de Tordesillas.

Los *bandeirantes paulistas* hablaban el *guaraní* como segunda lengua, llamándole *língua geral* o *nheengatu* (*ñe`engatú*), al igual que los mancebos y criollos del Paraguay. Estos particulares bilingüismos (el primero con el portugués y el segundo con el castellano), si bien surgieron espontáneamente por el rápido mestizaje, luego fueron fomentados por los jesuitas, presentes tanto en São Paulo como en Asunción y las distintas Misiones.

Aunque todas las incursiones paulistas se conocen genéricamente como *Bandeiras*, no todas ellas lo eran. Existían las *Entradas* que se diferenciaban de las *Bandeiras* en que las primeras eran financiadas por el tesoro y las autoridades coloniales en nombre de la Corona Portuguesa con la finalidad expandir el territorio allende las fronteras de Tordesillas, mientras que las *Bandeiras* respondían a iniciativas particulares con el fin de obtener lucros, las primeras realizadas, conocidas como *bandeirismo ofensivo o de apresamiento* consistían en la captura y venta de indígenas, sobre todo en las Misiones; mientras que las últimas, conocidas como *bandeirismo minerador* consistían en la exploración del territorio en busca de minas y piedras preciosas en *Minas Gerais*, *Goyaz*. También se conocen los *monções*, que consistían en expediciones fluviales paulistas que partían de *Porto Feliz*, en las márgenes del *Tieté*. Tanto las *Entradas* como las *Bandeiras* y aún los *Monções* ampliaron las fronteras portuguesas en forma sistemática, bajo las precisas instrucciones de Lisboa.



Bandeirantes paulistas

Las *Bandeiras* que más influyeron sobre la zona en litigio sin lugar a dudas fueron las de *Antonio Raposo Tavares*, sin embargo, ya en 1606 *Manuel Preto* emprendía su rumbo al sur, al frente de una de las primeras expediciones paulistas de apresamiento, pese a la prohibición Real del año 1595 que proscribía la esclavización de los indígenas, y luego de varios años de “caza del indio”, en 1619 se decide a atacar las aldeas jesuitas de *Jesús* y *San Ignacio*. Pese a ello, los sacerdotes continuarían la

evangelización, poblando parte del actual territorio de *Río Grande do Sul* y las regiones de *Guayrá* y *Paraná* entre 1620 y 1630. En varias campañas que van hasta el año 1633 Raposo Tavares y Manuel Preto destruyen varias reducciones del *Guayrá*. Fernão Dias Pais Leme, otro célebre bandeirante, acompañó a Raposo Tavares en varias campañas al sur ocasionando tantas pérdidas y daños que en 1639 la Corona Española, a pedido de la *Compañía de Jesús*, concede permiso a los indígenas para poder armarse y defenderse, y un año después, a instancias del mismo Raposo Tavares los jesuitas serían expulsados de *São Paulo* luego de los irreconciliables problemas que surgieran años atrás, el más grave de todos el proceso de excomunión a Raposo Tavares después que él y otros poderosos esclavistas paulistas tomaran por asalto la iglesia de los jesuitas en Baruerí. Las *Bandeiras* siguen, y Manuel Dias da Silva golpea *Santa Fe* en 1673 y Francisco Pedroso Xavier destruye *Villarrica del Espíritu Santo* en 1675.

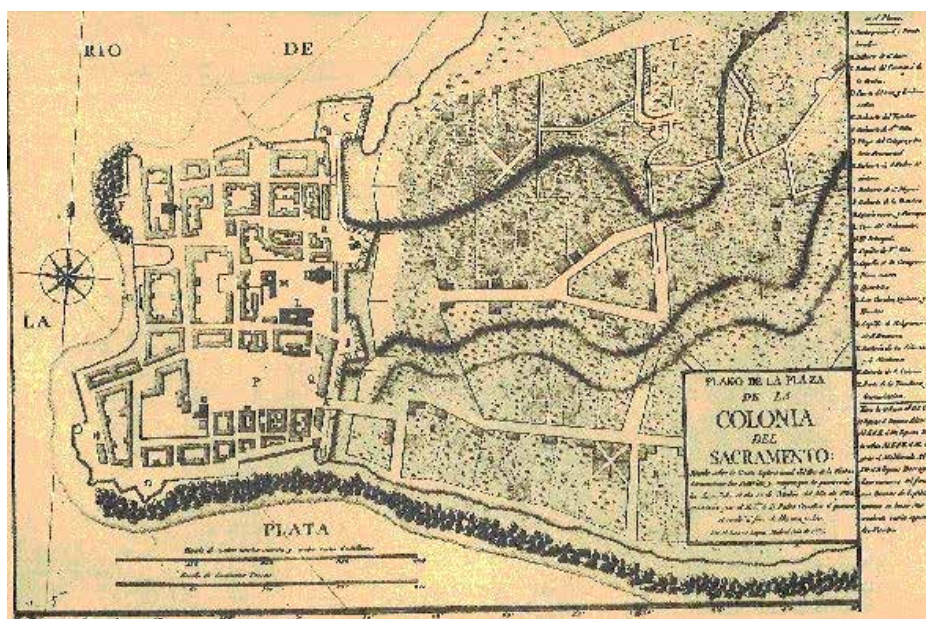
Mientras las *Bandeiras Paulistas* asolaban el lejano Paraguay, el Río de la Plata comenzó a comprender que la amenaza portuguesa estaba golpeando las puertas de su casa. En efecto, en 1680 el gobernador de Río de Janeiro Manuel Lobo instala una fortificación en la margen izquierda del Río de la Plata con el nombre de *Colônia do Santíssimo Sacramento*, frente a Buenos Aires, con el pretexto de intensificar el comercio ilegal con los porteños. Si bien es cierto que comerciantes cariocas apoyaron la expedición, el plan fue perfectamente trazado y ejecutado a instancias del Consejo Ultramarino. Este nuevo movimiento abría un nuevo frente de conflicto entre las coronas que duraría otro siglo en resolverse, provisoriamente.

Cuando los portugueses fundaron la *Colonia del Sacramento* en la margen izquierda del Río de la Plata en 1680, el gobernador de *Buenos Aires*, Marcos José de Garro Senei de Artola reaccionó arrasando la colonia, por lo que Portugal reclamó ante la Corona española. Pese a que la *Colonia del Sacramento* se hallaba enclavada en territorio español, y a fin de obtener el reconocimiento de Felipe de Anjou, aspirante trono español y futuro Rey Felipe V de Borbón, el 17 de mayo de 1681 se firmó un tratado provisional en *Lisboa* en el que se cedía provisoriamente la Colonia a los portugueses, mientras se reprodujo lo de las juntas de *Badajoz-Elvas* de 1524, y donde debían nombrarse comisionados de ambas partes que se reunirían alternativamente en *Badajoz* y *Elvas* para que en el plazo de dos meses emitir un dictamen sobre la posición de la línea de Tordesillas, sometándose a un laudo del Papa *Inocencio XI* en caso de no hallarse una solución. La junta deliberó entre el 4 de noviembre de 1681 y el 22 de enero de 1682. Los comisarios portugueses pretendieron que las 370 leguas debían contarse

desde el extremo occidental de la isla de *San Antonio* y los españoles desde el centro de la de *San Nicolás*. Se acordó que debían verificarse los puntos por donde pasarían cada una de las dos líneas propuestas y una vez determinadas, se procedería a establecer la isla de origen.

En esta nueva situación, el rey Manuel II recibió en *Lisboa* como rey de España al otro pretendiente al trono español, el Archiduque Carlos VI de Austria y le pidió que reconociera sus derechos sobre ambas riberas del Río de la Plata, además de las ciudades de *Badajoz*, *Alcántara*, *Vigo* y *Bayona*. En este contexto de guerra de sucesión, la corona española designó nuevo gobernador de Buenos Aires a Valdés e Inclán, y respecto de la jurisdicción de la *Colonia del Sacramento* le notificó que sólo correspondía a Portugal el territorio reconocido en el Tratado Provisional de 1681. El cumplimiento de esta instrucción daría lugar a la guerra en el Río de la Plata. Valdés e Inclán sitió la plaza, que fue evacuada por los portugueses, y penetró en ella con el ejército real el 16 de marzo de 1705. Así, la *Colonia del Sacramento* fue restituida nuevamente a la gobernación de *Buenos Aires*. Sin embargo, antes que transcurrieran diez años la diplomacia portuguesa, apoyada por Gran Bretaña y auxiliada por el desenlace de la Guerra de Sucesión, recuperaría la Colonia del Sacramento por el tratado de *Utrecht* de 1715.

El *Consejo de Indias* debió reiterar al gobernador y al Cabildo de *Buenos Aires* la orden de entregar la Colonia, antes de que fuera acatada. Según las instrucciones recibidas, debía entenderse que los territorios portugueses eran los que éstos ocupaban según el tratado de 1680, y que no se debía permitir ningún comercio con *Buenos Aires*. El gobernador de *Buenos Aires* Bruno Mauricio de Zabala fue uno de los funcionarios más eficientes en la persecución del contrabando y la defensa del monopolio español en el Río de la Plata. Cumplió las órdenes de la corona de vigilar la acción de los contrabandistas en la Banda Oriental y la conducta de los portugueses de la *Colonia del Sacramento* para que no se extendieran fuera de los límites fijados, limitación que por otra parte la corte portuguesa no aceptaba y continuaba reclamando sin éxito ante Felipe V.



Plano de la Colonia del Sacramento

Frente al establecimiento de una población portuguesa al pie del cerro de *Montevideo*, el gobernador Zabala obtuvo refuerzos de las Misiones y del Interior y avanzó sobre la *Colonia* y *Montevideo*. Los portugueses fueron obligados a abandonar el lugar y se estableció allí una pequeña población española, que la corona transformó dos años después en la ciudad de San Felipe de Montevideo. Zabala terminó así con los proyectos portugueses de establecerse al pie del cerro, aislándolos en la Colonia, y aseguró la posesión de la Banda Oriental y la defensa del gran estuario.

El canciller español don José de Carvajal y Lancaster, tentó al rey Juan V de Portugal con la permuta de la *Colonia del Sacramento*, cuya posibilidad que había quedado establecida en el tratado de *Utrecht* por los pueblos misioneros sumados a una extensión del territorio de la Banda Oriental. Los consejeros del monarca portugués expresaron a éste que la Colonia era constante motivo de conflictos con España, que no existía la posibilidad de ampliar su jurisdicción y que era nula como fuente de recursos. A su vez, España sostuvo sus derechos fundándose en el Tratado de *Tordesillas*, que le otorgaba casi toda la Banda Oriental. Portugal replicó que si aceptaba este criterio, le corresponderían las islas Molucas y Filipinas. Bajo estas circunstancias, y bajo el influjo de Gran Bretaña, se concretaría el Tratado de Madrid o *de Permuta* del 13 de enero de 1750.

EL TRATADO DE MADRID DE 1750 y SU ANULACIÓN EN 1761

El *Tratado de Madrid* anulaba el obsoleto acuerdo de Tordesillas, y adoptó como regla para la fijación de límites la ocupación efectiva en muchos de sus puntos, lo que era ampliamente favorable a Portugal. Ponía fin a las reclamaciones portuguesas por las Filipinas y adyacentes ratificando el acuerdo de paz de *Zaragoza* de 1529 sobre las Molucas, y entre otras disposiciones, también establecía que Portugal cedía a la corona de España la *Colonia del Sacramento* y todo su territorio adyacente, como también toda la navegación del Río de la Plata, que pertenecería enteramente a la corona española. Portugal renunciaba a todo derecho que pudiera corresponderle por el tratado provisorio de *Lisboa* de 1681 y de *Utrecht* de 1715, a la vez que España cedía los Siete Pueblos de las Misiones, y de por ello se lo conoce también como Tratado de Permuta.

Los artículos V y VI del Tratado fijaban los límites que afectaban al Paraguay, los cuales reproducimos:

Artículo V: *Subirá desde la boca del Ibicuí, por las aguas del Uruguay hasta encontrar la del río Pepirí o Pequirí, que desagua en el Uruguay por su ribera occidental; y continuará, aguas arriba del Pepirí, hasta su origen principal, desde el cual seguirá por lo más alto del terreno, hasta la cabecera principal del río más vecino, que desemboca en el grande de Curitibá, que por otro nombre llaman Iguazú; por las aguas de dicho río, más vecino del origen del Pepirí, y después, por las del Iguazú, o Río Grande de Curitibá, continuará la raya hasta donde el mismo Iguazú desemboca en el Paraná por su ribera oriental y desde esta boca seguirá, aguas arriba del Paraná, hasta donde se le junta el río Igurey, y por su ribera occidental. Artículo VI:* *Desde la boca del Igurey continuará, aguas arriba, hasta encontrar su origen principal, y desde él buscará en línea recta, por lo más alto del terreno, la cabecera principal del río más vecino que desagua en el Paraguay por su ribera oriental, que tal vez será el que llaman Corrientes; y bajará, con las aguas de este río, hasta su entrada en el Paraguay; desde cuya boca subirá, por el canal principal que deja el Paraguay en tiempo seco, y por sus aguas, hasta encontrar los pantanos que forma este río, llamados la Laguna de los Xarayes, y atravesando esta laguna, hasta la boca del río Jaurú.*



Marco del Jaurú en Cáceres, Mato Grosso, límite norte de las posesiones paraguayas según la tesis del Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia

El historiador argentino Pedro de Angelis, en el proemio que hace sobre la publicación comentada del tratado en el año 1837 en Buenos Aires critica el desconocimiento de los territorios a ser demarcados, y afirma que: *“en vez de dejar esta cuestión intacta en manos de los facultativos, la acometieron diplomáticamente los plenipotenciarios, y fijaron los puntos directores de la línea de demarcación, sin tener noticias correctas de las localidades; así es, que se equivocaron en varios detalles, que hicieron impracticable la ejecución del tratado”*.

El único marco erigido en el Mato Grosso sería el famoso *Marco del Jaurú* que dividía las posesiones españolas de las portuguesas en el Alto Paraguay en la boca del río Jaurú. Este hito, aunque fue marcado en 1754 siguiendo el artículo VI del Tratado de Madrid, sería revalidado en el de San Ildefonso. La inscripción, aún hoy visible en el monumento ubicado frente a la Catedral de São Luis en Cáceres, Mato Grosso reza: *Sub Joanne Quinto Lusitanorum Rege Fidelissimo; Sub Ferdinando Sexto Hispaniae Rege Catholico, Iustitia et Pax osculatae sunt Ex Pactis Finium Regundorum. Conventis, Madriti Idib. Januar. M.DCC.L.*

Por otra parte, y apartándose de la regla del tratado que favorecía la ocupación efectiva del territorio dando validez al principio del *uti possidetis jurs*, la cesión de los siete pueblos de las Misiones implicaba entregar a Portugal territorios efectivamente ocupados por misioneros españoles, por lo que el intento de España y Portugal de realizar las demarcaciones en el terreno provocó la sublevación de los indígenas y de los jesuitas, que defendían su imperio y el monopolio de la yerba mate. Este levantamiento convertido en guerra pasó a la historia con el nombre de *Guerra Guaranítica* y desembocó en el exterminio de muchos indígenas, de la vuelta de muchos a la vida silvestre, y abrió

el camino para la expulsión de los jesuitas.

El sacerdote Pedro Lozano S.J., remitió a Charcas y a Lima sendas protestas por los inminentes perjuicios que esta permuta implicaría para los intereses de España, pero todo fue en vano, pues la decisión ya estaba tomada. En Portugal, el ascenso político de Sebastião José de Carvalho e Melo, *Caballero de la Orden de Cristo* y *Marqués de Pombal*, rompería cualquier intento de negociación con los jesuitas, puesto que a los problemas que venía arrastrando con la *Compañía de Jesús* en Sudamérica se sumarían otras desinteligencias en Portugal, donde Pombal aseguraba que los jesuitas estaban detrás de los reclamos sobre mejores condiciones laborales en la *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Estas cuestiones desatarían la ira de Pombal y acabarían con la expulsión de los clérigos de Portugal. Al respecto, Pombal publicó un decreto con fecha 3 de septiembre del 1759 donde cita a los jesuitas “(...) *com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios () rebeldes, traidores, adversários e agressores, contra a paz pública dos meus reinos e domínios*” y, en consecuencia, los declara “*desnaturalizados, proscritos e exterminados*” de Portugal y sus colonias.

Para empeorar la situación del Tratado de Madrid y tornarlo definitivamente inaplicable, menos de un mes antes que el decreto de Pombal contra los jesuitas viera la luz, el Rey Fernando VI de España fallecía dejando el trono español a su medio hermano, el futuro Rey Carlos III de Borbón, quien se había mostrado en desacuerdo con el *Tratado de Permuta* y quien apenas ascendido al trono, solicitó la revisión de los tratados firmados con Portugal. En ese contexto se produce la anulación mediante el *Tratado de El Pardo* del 12 de febrero de 1761.

En lo que se refiere a sus posesiones americanas, una de las principales preocupaciones de Carlos III y sus ministros fue asegurar el dominio español en el Río de la Plata, suprimir el contrabando, y aumentar la influencia política y económica de la cada vez más importante *Buenos Aires*. Informado de los manejos portugueses y de su avance en la frontera paraguaya, que fue posible por el Tratado de Permuta, Carlos III decidió poner en práctica la política del marqués de la Ensenada. Consiguió la anulación del *Tratado de Madrid* por mutuo consentimiento, y restableció la *línea de Tordesillas* como límite entre las posesiones españolas y portuguesas en el Nuevo Mundo. Simultáneamente, el 15 de agosto de 1761 reforzó su alianza con Francia mediante el Tercer Pacto de Familia.

Las tierras ocupadas debían evacuarse y demolerse lo construido en ellas. A pesar de que el gobernador de *Buenos Aires* Pedro de Cevallos conocía con anticipación la firma del *Tratado de*

El Pardo, comunicó al gobernador portugués de la *Colonia* que evacuara las tierras españolas que en las inmediaciones de la plaza ocupaban los portugueses, así como las islas *Martín García* y *Dos Hermanas*. Al coronel Osorio le pidió que devolviera las poblaciones en el *Río Pardo* y *Chuy*. En otras palabras, Cevallos actuó como si fuera su mandato poner en vigencia el *Tratado de Permuta*, aunque sin intenciones de ceder las tierras que en contrapartida hubiera correspondido otorgar a Portugal. Aparentemente, Cevallos estaba convencido de que la ruptura con Portugal era un hecho inminente, y se preparó para la guerra. Envío espías a *Colonia* y estrechó su bloqueo, capturó los navíos que continuaban traficando ilegalmente, y solicitó a Madrid mil soldados con abundantes pertrechos y artillería para defenderse de un posible ataque anglo-portugués.

Fue inútil la protesta del conde de Bobadilla (virrey de Brasil que había sido por muchos años gobernador de la *Colonia*) y su alegato de que las tierras que ocupaban los portugueses eran propiedad de Portugal. Desde su llegada al Río de la Plata, la actitud de Cevallos fue claramente agresiva, y comenzó con sus amenazas a los portugueses con anterioridad al inicio de la guerra de España contra Portugal, que comenzó en enero de 1762.

El descubrimiento y explotación de minas de oro y piedras preciosas en la actual Minas Gerais, que revitalizaron el puerto de *Río de Janeiro* al punto de tornarla la ciudad más poblada del Brasil hicieron que la Corona Portuguesa se decidiera por cambiar la capital de *Salvador* a la ciudad de *San Sebastián de Río de Janeiro* en 1763. Esta transferencia ordenada por Pombal implicaría el desplazamiento del eje económico desde el lejano nordeste a la turbulenta región sudeste y mucho más cerca de los últimos movimientos registrados en el Río de la Plata, tornando a Portugal primero, y al Imperio del Brasil después en uno de los protagonistas históricos de la región, cuya influencia se tornaría decisiva en lo sucesivo y donde haría vecindario con los demás países hispanoparlantes.



El Marqués de Pombal con la medalla de la Ordem de Cristo

Volviendo al escenario de las Misiones, y pese a que el tablero aparentemente se acomodaba favoreciendo la imagen de la *Compañía de Jesús* por sus auxilios a favor de la Corona Española en la defensa de sus intereses, Carlos III los expulsa de todos los dominios españoles en 1767 dejando en un calamitoso estado de indefensión sus tierras en las Misiones Orientales. El Virrey de Brasil nombró a Bohm inspector general de todas las fuerzas armadas portuguesas, cuyos subordinados habían vencido a las fuerzas españolas de Vértiz en 1774 y 1776, antes de la creación del virreinato. De tal modo, la importante región que el *Tratado de París* había adjudicado a España fue conquistada íntegramente por los lusitanos. Sin embargo, en ese entonces Gran Bretaña pasaba por un momento difícil debido a la guerra de la independencia norteamericana, y Carlos III aprovechó la circunstancia favorable de que ésta no podía auxiliar a Portugal, para resolver el conflicto de la *Colonia del Sacramento* y *Río Grande*. La oportunidad no era para desperdiciarse, ya que a pesar de las negociaciones entabladas con Madrid, desde Lisboa el ministro Pombal continuaba dando instrucciones para ocupar el territorio español en la América meridional. Nuevamente, pues, los problemas del Río de la Plata amenazaban con hacer estallar una guerra. Por tal motivo, argumentando la improcedencia de la expansión portuguesa, España invocó las garantías del *Tratado de París* de 1763 y se aseguró el apoyo de Francia, a la vez que los británicos no tenían más remedio que ser neutrales, absorbidos por la sublevación de sus colonias.

El ministro Pombal estimulaba la expansión lusitana en el Río de la Plata. Los portugueses aprovecharon la indefensión de los indios de las Misiones, y extendieron sus posesiones desde el Uruguay al Paraguay. Una prueba latente de ello es el conflicto suscitado en *Igatimí*, donde los portugueses buscaban instalarse en forma clandestina desde el año 1767 en que se tienen noticias del asentamiento de *Nossa Senhora dos Prazeres de Igatimí*, al norte de *San Isidro del Curuguaty*

en Paraguay. El gobernador del Paraguay Carlos Morphy actuaría con gran diplomacia y cautela, guardando el debido cuidado de la prescripción que le prohibía tomar las armas a los gobernadores en tales casos, y realizó un intercambio epistolar con el jefe de la población, João Martins Barros, que ostentaba los títulos de Capitán Mayor, Regente y Comandante de la expedición y donde pudo comprobarse que realizaba una Entrada por orden del Capitán General Luis Antonio Botelho de Mourão.

Morphy había enviado al Teniente General de Curuguaty, José González Vejarano a inspeccionar el lugar, y debió frenar a los lugareños quienes querían juntarse para *“pasar en persona a echar estos fanfarrones a los antípodas”*, pues no convencieron sus excusas de que estaban esperando el fruto de sus chacareos antes de continuar viaje. De hecho, la situación se volvía tensa al recibirse noticias de la fortificación de la población, por lo que Morphy exige explicaciones al nuevo gobernador de *São Paulo*, Luis Antonio de Sousa, haciendo notar que por la anulación del tratado de límites de 1750 (que había amparado la ocupación efectiva), los terrenos de *Igatimi* pertenecían a la Corona de España.

Los reclamos de Morphy por la vía diplomática serían estériles, dada la actitud portuguesa demostrada en las respuestas de Sousa, que estaba dispuesto a pelar cualquier palmo de tierra, y no sería hasta el gobierno de Agustín Fernando de Pinedo que las cosas se compondrían conforme a derecho. Pinedo primeramente mantuvo la cautela observada por su antecesor Morphy, pero al recibir las instrucciones del flamante primer Virrey del Río de la Plata Pedro de Cevallos quien vendría a *“tomar satisfacción de las injurias que las armas del Rey Fidelísimo habían cometido contra los dominios de su Rey, bajo la paz, abusando de la magnanimidad y escrupulosa buena fe”*, tres brigadas compuestas por José Antonio Yegros, Salvador Cabañas y José Espínola, de unos quinientos hombres cada una totalizando mil quinientos, más quinientos más entre peones para caballería y cargueros marcharon sobre la plaza y ante el pedido de rendición de Espínola, los portugueses realizaron una descarga que hirió de muerte a Tomé Núñez, quien resultó la única baja antes que se tomara pacíficamente la plaza, y diez días después se retiraron con sus bienes y armas. Un total de ochenta personas decidieron fijar residencia en el interior del Paraguay, que era lícita elección, mientras que el resto retornó a *São Paulo*.

El aventurero paulista Manoel Cardoso de Abreu escribió en 1783 sobre este mismo episodio en un manuscrito que permaneció inédito por más de un siglo hasta que fue descubierto en Lisboa

y publicado en la *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* en el año 1902 bajo el nombre de “*O Divertimento Admirável*”. Cardoso se refería al hecho relatando: “*No anno 1766 para o de 1767 mandou o Exmo. D. Luis Antonio de Souza Botelho Morão, que então era General da Capitania de S. Paulo, huma expedição de trezentos etantos homens ao rio Yguatemi aestabelecer hû Prezidio, o qual sendo estabelecido, efortificado com Artilharia etropas reguladas alem de algumas companhias de Aventureiros, se conservou nesta figura daquelle anno te o dia 26 de Outubro de 1777, que por neste mesmo dia eanno foi tomado pelos Castelhanos associados com o Gentio Cavalleiro denominado Guaicurú: O embarque desta expedição foi feito na referida Freguezia de Araraytaguaba, como tambem Della se extrahirão Ocurço pelo mesmo rio Tietêm eoutros amaneira dos comerciantes, de que trata aprezenre narração, poiz deixo omais deste ponto em silencio para em seu lugar referir*”.

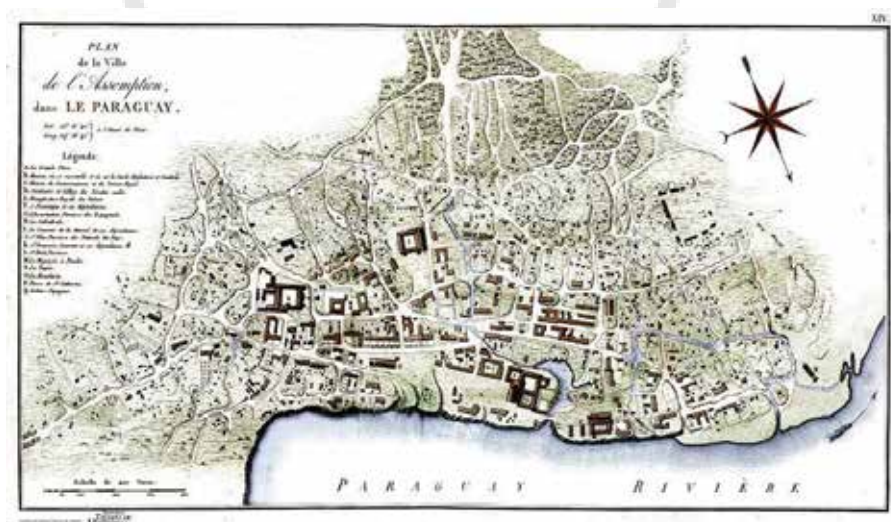
Carlos III también encargó a Cevallos que estudiara la manera de defender aquellas provincias y conquistara la *isla de Santa Catalina* y la *Colonia*, y fue en estas circunstancias que éste fue nombrado Virrey Gobernador, con la subsiguiente creación del virreinato. La armada de Cevallos se dirigió a *Santa Catalina* para apoderarse de la isla e iniciar allí las hostilidades. Los portugueses huyeron y *Santa Catalina* fue conquistada en menos de un mes por Cevallos, sin perder un soldado. La flota levó anclas hacia *Montevideo*. Con el gobernador Vértiz, prepararon la ocupación de la *Banda Oriental* en abril de 1777. Cevallos entró en la *Colonia* (que se entregó sin combatir) y ocupó la *isla de San Javier* en julio de 1777. Las fuerzas defensoras se embarcaron para el Brasil, y los prisioneros y vecinos fueron internados en la provincia de Buenos Aires. De allí, Cevallos marchó rápidamente para expulsar a los portugueses de *Río Grande*. A su paso por *Maldonado*, sin embargo, recibió la Real Cédula del 11 de junio de 1777, que le ordenaba la suspensión de las hostilidades debido a las tratativas de paz de la reina de Portugal, en puertas de un nuevo Tratado de Límites.

DE SAN ILDEFONSO DE 1777 A LA INDEPENDENCIA DEL PARAGUAY

Ante los últimos acontecimientos ocurridos en el Paraguay y en el Río de la Plata, que desataron varios enfrentamientos entre españoles y portugueses en plena etapa de negociación en la península ibérica, finalmente, en Madrid se convino el *Tratado de San Ildefonso* el 1 de octubre de 1777 que tendría una importancia fundamental para fijar las fronteras de ambos imperios, al menos en

los puntos más sensibles y que habían sido objeto principal de conflicto. Los portugueses quedaban eliminados de las riberas del Río de la Plata y la *Colonia del Sacramento* volvió a la soberanía de España, que finalmente cedió a Portugal las *Misiones Orientales* y las tierras sobre las márgenes del río *Yacuby*, *Río Grande*, *Guayrá* y *Mato Grosso*. Carlos III expidió la Real Instrucción de 6 de junio de 1778, dictada con la aprobación de las cortes de Madrid y Lisboa por la cual una comisión mixta debía trasladarse a América para fijar las fronteras y poner fin de esta manera a la secular disputa entre los dos reinos. Sin embargo, solo dos comisiones trabajaron conjuntamente y el resultado final fue muy deficiente.

Para la fijación de límites en el Paraguay, la Corona Española enviaría en 1781 al eminente cartógrafo, ingeniero, explorador, antropólogo, naturalista y militar Félix Francisco José Pedro de Azara y Perera como uno de los comisarios encargados de fijar los límites hispano-lusitanos en el Paraguay; y en 1784 al marino Juan Francisco Aguirre, como jefe de la cuarta partida demarcadora. Estos dos demarcadores desarrollarían una proficua labor científica y dejarían un legado invaluable (sobre todo Azara) para determinar la exactitud de los límites entre España y Portugal en esta parte de la América Meridional, y que cobran mayor importancia desde el momento en que sería el último tratado vigente entre ambas coronas al momento del estallido de la *Guerra de la Triple Alianza* en 1864. Los otros comisarios españoles que inútilmente aguardaron la llegada de sus contrapartidas portuguesas fueron Manuel Antonio Flores y Diego de Alvear.



Plano de Asunción elaborado por Félix de Azara a fines del siglo XVIII

En lo que respecta a la fijación de límites en el Paraguay, desde el punto de vista cartográfico, los límites fijados en *San Ildefonso* no diferían de las establecidas en el *Tratado de Madrid*, pues lo

establecido en este tratado en los artículos V y VI se reproducían prácticamente en forma integral en los artículos VIII y IX de San Ildefonso, como se podrá apreciar a continuación:

Artículo VIII: *Quedando ya señaladas las pertenencias de ambas Coronas hasta la entrada del Pequirí o Pepirí-guazú en el Uruguay, se han convenido los Altos Contrayentes en que la línea divisoria seguirá aguas arriba de dicho Pepirí hasta su origen principal, y desde este por lo más alto del terreno, bajo las reglas dadas en el artículo VI; continuará a encontrar las corrientes del Río San Antonio, que desemboca en el Grande de Curitiba, que por otro nombre llaman Iguazú; siguiendo este, aguas abajo, hasta su entrada en el Paraná por su ribera oriental, y continuando entonces, aguas arriba del mismo Paraná, hasta donde se le junta el río Igurey por su ribera occidental.*

Artículo IX: *Desde la boca o entrada del Igurey seguirá la raya, aguas arriba de este, hasta su origen principal; y desde él se tirará una línea recta por lo más alto del terreno, con arreglo a lo pactado en el citado artículo VI, hasta hallar la cabecera o vertiente principal del río más vecino a dicha línea, que desagüe en el Paraguay por su ribera oriental, que tal vez será el que llaman Corrientes. Y entonces bajará la raya por las aguas de este río hasta su entrada en el mismo Paraguay, desde cuya boca subirá por el canal principal que deja este río en tiempo seco, y seguirá por sus aguas hasta encontrar los pantanos que forma el río, llamados la Laguna de los Xarayes, y atravesará esta laguna hasta la boca del Jaurí.*

Puesto que el trabajo de demarcación iniciado luego del Tratado de Madrid había quedado inconcluso por los enfrentamientos que se sucedieron, Félix de Azara los volvió a revisar y analizar, hallando un sinnúmero de errores, los cuales los explica con mucha claridad y sentido, más aún considerando que incluso en Europa su prestigio era ya muy reconocido, tornándose célebre a su regreso por sus obras publicadas en París, entre ellas: *Essais sur l'histoire naturelle des Quadrupèdes* (1801) y su obra maestra *Voyages dans l'Amérique méridionale, par don Félix de Azara* (1809) en cuatro volúmenes.



Estatua de Félix de Azara en Barcelona

Sus *Memorias sobre el Estado Rural del Río de la Plata en 1801*, obra póstuma publicada por su sobrino don Agustín de Azara, Marqués de Nibbiano y Caballero de la Orden Real de Carlos III en *Madrid*, en el año 1847, contiene las anotaciones sobre los límites españoles y portugueses en el Alto Paraná y en el Alto Paraguay, y considerando la importancia vital que la interpretación de Azara significa para este trabajo, reproducimos integralmente la *Quinta* y *Sesta* (sexta) Disputa que publica en su libro:

QUINTA DISPUTA

37. *Luego que llegó al Río de la Plata el último tratado de límites de 1777, le dio aquel virrey á leer al brigadier don José Custodio de Saa, y Faria. Este era portugués, y habia sido comisario principal por la corte de Lisboa en la demarcación de límites del tratado del año de 1750; pero á la sazón se hallaba refugiado en Buenos Aires por temor que tenia á su gobierno. Apenas vio este brigadier que los artículos VIII y IX del último tratado nombraban para frontera del os dominios, entre los ríos Paraná y Paraguay, á los dos ríos Ygurey y Corrientes, se acordó de que también los habia señalado el tratado anterior, de quien él mismo habia sido ejecutor, y de que por no haberlos encontrado con tales denominaciones, se habían substituido los Ygatimi y Ypaniguazú á propuesta suya y del primer comisario español su concurrente.*

38. *Impuso de todo á nuestro virey, y este á instancia suya, escribió á nuestra corte solicitando, no solo que en este último tratado se verificase la substitución adoptada en el del año de 50, sino también que los últimos comisarios limitasen sus operaciones á las de los anteriores, sin tomarse*

la pena de buscar los rios Ygurey y Corrientes que no existían: esto es que después de demarcar por límite al Ygatimi en lugar del Ygurey, demarcasen también las cabeceras mas inmediatas del Aguarai, y se retirasen dando por sentado que se unían al rio Ypané ó Ypaneguazú, y que la frontera corría por este último, ahorrándose la pena de demarcarlo, todo conforme se hizo en dicho tratado de 1750. En consecuencia trató nuestro ministerio con el de Lisboa , y se convinieron en dar á sus respectivos comisarios de límites, una instrucción para que hiciese lo que había propuesto el mencionado brigadier Saa y Faria. En efecto nuestra corte dio esta instrucción á sus comisarios el 6 de junio de 1778; pero se ignora si se hizo lo mismo de la parte de Portugal, pues sus comisarios nunca se dieron por entendidos de tal cosa, ni quisieron admitir la substitución del Ygatimi al Ygurey que les propuso nuestro virey, y no se manifestaron con mas instrucción que lo literal del tratado.

39. Como este trozo de la demarcación es de la mayor importancia, y se puso á mi cargo, hice lo que era regular para imponerme en él. Muy luego conocí, que de ir la demarcación según se mandaba en la instrucción por el rio Ypané ó Ypaneguazú, se arruinaba la provincia del Paraguay, pues no solo se cedían á Portugal algunos pueblos antiguos de indios y españoles, sino también los mejores campos del país, y los mejores minerales ó beneficios de yerba del Paraguay.

40. Me persuadí también que la instrucción que me habían dado incluía un error, pues daba por sentado, que las cabeceras mas cercanas á las del Ygatimi lo eran del Ypané, ó Ypaneguazú, según lo habían hecho creer á las cortes los ejecutores del tratado de 1750, y últimamente el mencionado brigadier Saa y Faria. Y me admiré de esto; pues, á lo menos los portugueses, no ignoraban que tales cabeceras llamadas Aguarais no entraban en el tal Ypané, sino con el mismo nombre en el rio Jejui, según se infiere de un mapa original que el gobernador del Paraguay había obtenido por dinero y furtivamente de uno de los ingenieros portugueses que hacían la demarcación del tratado de 1750. Este mapa dirige las cabeceras de los dos Aguarais al rio Jejui y lo mismo atestiguan los prácticos del país.

41. El grande mapa hecho por el señor Requena para ilustrar las disputas de la demarcación, sigue la idea de los demarcadores antiguos y su error, haciendo que las cabeceras mas inmediatas á las del rio Ygatimi viertan en el Ypané. De aqui deduje con evidencia que al demarcar yo el Ygatimi y en seguida las cabeceras mas inmediatas , querrían por consecuencia los portugueses, que la frontera continuase por todo el Aguaray hasta salir al rio Jejui y en seguida al rio Paraguay, lo que seria aun mucha mayor ruina para la provincia del Paraguay, que si la frontera fuese por el Ypané.

42. *Inquieto con ideas tan tristes, procuré averiguar si acaso existía el río Ygurey del tratado, y si los comisarios del tratado anterior habían hecho las diligencias precisas para convenirse de que no existía. En sus mismos diarios leí, que la instrucción acordada por las dos cortes les advertía, “Que el río Ygurey se hallaba hacia la latitud que marcaba el mapa que se les entregó, esto es, casi la misma que la del río Corrientes, y que era el primero caudaloso que entraba en el río Paraná por la banda occidental sobre su salto grande”. Vi también que los demarcadores no reconocieron otro río que el Ygatimi, y que le tomaron por el Ygurey sin otro motivo, que el de creerlo el primero caudaloso sobre el salto grande del Paraná, no obstante que no le adaptaban los caracteres ó señas principales con que le indicaban su mapa y la instrucción, esto es la latitud y el nombre. Desde sus cabeceras buscaron otras las mas inmediatas que corren opuestamente y se llaman Aguaray, y habiéndoles dicho un indio silvestre que iban á un río muy grande, se retiraron sin reconocerlo, y dando por sentado que eran las cabeceras del Ypané, de quien solo vieron su boca navegando el río Paraguay.*

43. *Lo dicho hace manifiesta la negligencia de aquellos demarcadores, pues no hicieron caso del nombre ni de la latitud para buscar al Ygurey, ni lo buscaron, ni demarcaron al Ypané: ni advirtieron que el río grande que, según el indio, recibía las aguas de sus Aguarais, no era el río Paraguay sino el Jejui: ni aun reflexionaron que el Ygatimi no podía ser caudaloso, siendo su curso tan corto y teniendo tan débiles tributarios, y mucho menos en América, donde para llamar á un río caudaloso, es menester que sea muy grande. Si entonces tenía caudal el Ygatimi, pudieron notar que era por la casualidad de que el Paraná, que estaba muy crecido, introducía sus aguas por el Ygatimi, en tal cantidad, como que le subieron en sus canoas en los mismos días y uno mas de los que le habían bajado. Efectivamente, el Ygatimi no debe llamarse río en aquellas partes, pues tiene poco caudal, y en sus aguas regulares exige cuádruplicado tiempo y mas para subirlo que para bajarlo. Por consiguiente el Ygatimi no debió ni debe tomarse por el Ygurey, pues el tratado de 1750, explicado en sus instrucciones y mapa, requería que fuese caudaloso, y también que estuviese mucho mas al Norte. Lo propio digo del Ygurey del último tratado, que en este punto es copia del anterior.*

44. *Busqué pues al Ygurey mas al Norte, ó á lo menos otro río que tuviese las circunstancias que debía tener el Ygurey según el mapa y la instrucción acordadas para el tratado de 1750: y encontré puntualmente que todo convenia con exactitud al Ygurey ó Yaguarey, que entra con tres bocas en el Paraná por los 22 grados 36 minutos de latitud. Aun el nombre se adapta, siendo muy fácil á quien no entiende el idioma del país, como son los geógrafos de Europa, el escribir Ygurey*

por Yaguary ó Yaguarey. Esta probabilidad llega á ser evidencia para el que sepa que Ygurey es voz corrompida, pues no tiene significado en el pais, lo que no sucede á la palabra yaguas ó tigres. Los portugueses impusieron al Yaguary ó Yagurey los nombres de Ybinheima y Mónica, y conociendo la fuerza de mis reflexiones, niegan ahora que se llama el rio Yaguary, como si todas las historias y papeles antiguos no le llamasen como yo.

45. Convencido pues por la evidencia de haber encontrado al verdadero rio, á quien los tratados últimos llaman Ygurey, y de que este era el Yaguari ó Yaguarey, pues tiene la latitud y todas sus otras señales con que le designaban el tratado del año de 50, y sus instrucciones y mapa dictadas por el acuerdo de ambas cortes, determiné representar contra la instrucción que se me había dado, y avisar á mis compañeros, para que en ningún caso admitiesen por límite al Ygatimi. La corte aprobó mi manera de pensar, y no solo porque era justa, sino también, porque yendo la frontera por el Yaguari hasta su principal cabecera, y buscando desde allí la mas próxima que vierta al rio Paraguay (que tal vez será del rio que los demarcadores del tratado de 1750 creyeron ser el Corrientes, según su latitud, y las señas que les daban su mapa y sus instrucciones), y bajando por ella al rio Paraguay, quedaban á cubierto nuestros establecimientos y la provincia del Paraguay.

46. Las ideas portuguesas han sido de tomar por el Ygurey del tratado al arroyo Gareí que entra en el Paraná muy poco bajo de su salto grande, fundándose en la tal cual semejanza del nombre. Y como este es un despreciable arroyo; quieren que se le substituya el rio Acaray, ú otro debajo del mencionado salto grande, para continuar después la frontera por el rio Jejui. Pero en esto no llevan razón: pues de los diarios consta: que los demarcadores del tratado de 1750 reconocieron al tal Gareí, y que habiendo notado la tal cual semejanza del nombre, le desecharon por no ser caudaloso, y por no entrar en el Paraná sobre su salto grande, que eran circunstancias necesarias convenidas por las dos cortes, que debia tener el Ygurey de aquel tratado, de quien en esto es copia el de 1777.

47. Luego que supieron los Lusitanos mi hallazgo del verdadero Ygurey, y que á la mayor semejanza del nombre, juntaba todas las demás señales convenidas por ambas cortes, mudaron de medio, y ya admitían por límite al Ygatimi, llamado por allá Gatemí. Y aun le pretendían, apoyándose, en que le sustituyeron al Ygurey los demarcadores del tratado de 1750. Querían ademas, que desde su cabecera principal, se busque la mas inmediata, que es la del rio Aguaray, y que bajase por este la frontera hasta el rio Paraguay, pero ya hemos visto, y principalmente en los números 41, 42 y 43, lo inadmisibile de esta demarcación, que arruinaría totalmente la provincia del Paraguay, y que de

nada puede servirla autoridad de los demarcadores del tratado de 1750 , cuando por sus mismos diarios consta, que no hicieron diligencia para buscar al Ygurey, que tomaron por tal á quien no tenia ninguna de las circunstancias que debia tener según lo estipulado por los dos monarcas, y que dieron al Ypané, sin reconocerlo, las cabeceras que son del Aguaray.

48. Como los que estractaron el expediente de las demarcación de límites, proponen en todas las disputas algún medio de conciliarlas, el que aquí les ha ocurrido principia en el Yguazú ó Rio Grande de Curitiba. Proponen para nuestro límite al mismo Yguazú, desde la boca de San Antonio mas occidental hasta salir al Paraná, y seguir aguas arriba de este hasta introducirse por todo el Ygatimi. Luego siguen con una linea curva hasta encontraren él al rio Corrientes ó Apa. Comienzan la línea portuguesa donde el rio San Antonio verdadero ó de los últimos demarcadores, entra en el Yguazú, y van atravesando campos por la línea marcada hasta que el Pequiri entra en el Paraná, y siguen por este contra sus aguas hasta introducirse por el Yaguari y caer en el Corrientes.

49. El mapa manifiesta bien ambas lineas, y el espacio que creen debe quedar neutro entre ellas. Pero yo creo que será mejor línea la que, sin dejar neutral, corre desde cualquiera de los dos San Antonios aguas abajo del Yguazú hasta el Paraná, y aguas arriba de este hasta el Salto Grande. Porque la línea complicaría la demarcación sin utilidad; porque los trozos del Yguazú y Paraná mencionados, no pueden navegarse en la mayor parte por sus saltos y furiosas corrientes, y porque el terreno que la línea dejaría neutro, lo será siempre por malsano, y por muy distante de otros establecimientos sin franca comunicación por rios.

50. El neutral que propone entre los rios Gatemi ó Ygatemi y Yaguari, no es de tan malas cualidades; pero como no las tiene buenas, no hay que esperar que le pobleemos en un siglo, aunque quedase neutro. Tampoco creo que le poblarían los portugueses, pues tienen práctica experiencia de que es poco sano, y de que por venirles tan distante no les podría ser útil. Por estas consideraciones, juzgo que si la política situación nuestra nos obliga á ceder, que cedamos entre los ríos Gatemi é Ygurey. En este caso se deberá demarcar todo el Gatemi, y desde su cabecera ó vertiente principal ir por lo mas alto del país, siguiendo la línea á buscar la vertiente principal que sea la mas próxima á la principal del rio Yaguari, y bajar por ella hasta el rio Paraguay, según dice el tratado, ya sea por el rio Corrientes, por el Blanco ó por el Guachie ó Gitasarapá, según el rio de estos ú otro que tenga su cabecera principal la mas inmediata á la del rio Yaguari.

SESTA DISPUTA

51. *El capitán de fragata don Juan Francisco Aguirre, debía demarcar bajo de mi dirección la frontera por el río Paraguay arriba, desde la boca del rio que tuviese su principal cabecera mas inmediata á la del Ygurey ó Yaguarí hasta el Jaurú, y viendo que no habia medio de que se presentasen los portugueses á tratar y concurrir con nosotros, creí ser cierto el embrollo, de que algunos indios silvestres me habían dado confusas noticias. Para aclararme, habilité á mis expensas una embarcación, y despaché en ella á mi subalterno don Martin Boneo, para que navegase todo el rio Paraguay. Lo intentó, pero al llegar á los 13 grados 46 minutos de latitud, le detuvieron los portugueses de la guarnición del fuerte llamado la Nueva Coimbra, situado en la costa occidental del rio Paraguay. Allí supo también que mas arriba habian construido el fuerte y población de Alburquerque, igualmente al Occidente del rio Paraguay, ambos marcados en el mapa.*

52. *Enterada nuestra corte de esto, reconvino á la de Lisboa, instándola para que luego abandonase á dichos fuertes de Coimbra y Alburquerque, por bailarse establecidos en lo que literalmente nos adjudica el artículo IX del tratado. En contestación ofreció el ministerio portugués abandonar de contado á Alburquerque, y dar las órdenes mas positivas para veriicarlo. Pero que en cuanto á Coimbra (que es el que mas no perjudica), se tomaba algún tiempo para contestar, y para hacer presentes las razones que tenían para no desampararlo.*

53. *Se han pasado ya casi quince años de esto, y no se ha abandonado Alburquerque, ni ha contestado el ministerio portugués sobre Coimbra, ni ha querido disponer que se presenten sus comisarios á verificar la demarcación en el terreno de esta disputa, ni en el de la anterior faltando al artículo XV. De modo, que solo sabemos de sus ideas lo que sus gefes de Matogroso han contestado algunas veces á los nuestros del Paraguay, que se reduce á sostener, que es privativamente suya la navegación del rio Paraguay desde mas abajo de Coimbra hasta el Jaurú, y también sus dos orillas; y se dan por desentendidos de tener orden para abandonar á Alburquerque.*

54. *Alegan á su favor el artículo X, que les cede privativamente el camino que ellos suelen llevar de Cuyabá á Matogroso. Y dicen: que dirigiéndose dicho camino por el rio Paraguay en aquel parage, es indubitablemente de ellos la navegación del rio Paraguay y sus dos costas. Alegan también que sus fuertes de Coimbra y Alburquerque son anteriores al tratado, en el cual no están cedidos, y que sin ellos les seria imposible impedir la fuga de sus esclavos y la de los indios que habitan en sus*

pueblos situados a la parte oriental del río Paraguay, ni evitar la clandestina estracción del oro de Cuyabá, ni asegurar sus conductas ó flotas contra la invasiones de los indios infieles.

55. *Examinemos la solidez de estos alegatos. El camino que siempre han practicado los portugueses para ir de Cuyabá á Matogrosso, no sigue el curso del río Paraguay, como dicen: le corta ó atraviesa únicamente al Norte del Jaurú, según lo señala el mapa, y nosotros no se lo disputamos. De este habla el artículo X. De no ser así, sino como ahora dicen los portugueses, sería imposible y aun absurdo, que mandase el artículo IX como manda, que la frontera siga por el curso del río Paraguay hasta el Jaurú, porque esta línea iría por el mismo camino que ahora dicen que siguen. Además de que basta dar una mirada al mapa para quedar convencido de la falsedad de lo que dicen del camino. Porque ¿quién podrá creer que estando Cuyabá y Matogrosso casi Leste-Oeste, se hayan de navegar desde Cuyabá cuatro grados de latitud, hasta Coimbra, para volverlos á navegar en sentido contrario hasta el Jaurú, y por último, dirigirse al Oeste por tierras hasta Matogrosso, haciendo el viage ocho veces mas largo?*

56. *En cuanto á lo demás. No hay ejemplar de que de Cuyabá ni Matogrosso haya llegado por el río Paraguay un solo indio ó esclavo á nuestros establecimientos de río abajo antes de que hubiese tales fuertes. Y si no, que citen si acaso han hecho alguna reclamación pidiéndolos. Tampoco citarán la menor queja de clandestina estracción del oro, porque nunca la ha habido. Por lo que hace á su flota ó conducta, solo por los años de 1740 fué asaltada una vez de los infieles payaguas, porque se componía de canoas sin escolta alguna. Después de este suceso vá la flota escoltada de dos canoas armadas, y con esto ya nadie las ha inquietado, ni pueden ser atacadas de los indios, puesto que los mencionados payaguas se hallan ya establecidos y son vecinos de la Asunción capital del Paraguay á 200 ó mas leguas de la navegación de sus flotas, y no hay otra nación de infieles que sea marinera.*

57. *No hay pues cosa mas evidente que la falsedad de cuanto alegan los portugueses. Pero aun suponiendo que fuese cierta la fuga de sus indios y esclavos, el contrabando del oro, y el ataque de sus flotas; ¿por qué no lo evitan todo poniendo una guardia en cualquiera parte del río de Cuyabá, y continuando en escoltar sus flotas como lo hacen hoy? Si esto no les basta ¿por qué no toman otras medidas que les convengan en su país, como lo hace todo gobierno? ¿El no quererlo hacer, ó el decir que no pueden hacerlo, puede ser motivo ni disculpa para haberse posesionado de nuestros países, y para no querernos restituir lo que es nuestro por los tratados mas solemnes y sagradas? ¿No les basta que España les haya cedido las inmensas riquezas en oro, diamantes y todas las piedras*

preciosas que disfrutan en Cuyabá y Matogroso, á las cuales por ningún título han tenido jamás el menor derecho?

58. *Nuestra justicia es bien manifiesta. El artículo IX del último tratado dirige la línea divisoria por medio del rio Paraguay desde la boca del rio Corrientes á la del Jaurú, y adjudica á España lo que cae al Occidente, y á Portugal lo opuesto. Por consiguiente los fuertes y poblaciones de Coimbra y Alburquerque y cualesquiera otras que los portugueses tengan al Occidente del rio Paraguay nos pertenecen, ya sean anteriores al tratado según dicen los portugueses, ó ya posteriores como lo han justificado nuestros gobernadores. Porque aun dado el caso que por un tratado anterior hubiesen pertenecido á Portugal, ya hoy pertenecerían á España por el artículo XX que dice literalmente, “que los monarcas ceden, renuncian y traspasan uno á otro todo derecho ó posesión que puedan tener ó alegar á cualesquiera terrenos ó navegación de rios que por la línea divisoria señalada en los artículos de este tratado para toda la América meridional, quedaren á favor de cualquiera de las dos coronas”. Ahora bien, la línea divisoria señalada en el artículo IX vá por el rio Paraguay hasta el Jaurú.*

59. *La importancia de esta disputa es mucho mayor de lo que se imagina. Para imponerse de ella debe saberse: que si los portugueses no abandonan á Coimbra y Alburquerque, y los establecimientos que puedan tener al Occidente del rio Paraguay, por esto solo se harán dueños de nuestra provincia de Chiquitos. Ya la han robado en plena paz cuasi todos sus ganados, y se han llevado muchísimos indios. No podemos defenderla hoy, sino con las milicias de Santa Cruz de la Sierra, que son pocas y muy malas, y ademas cuasi desarmadas. Las que podrían ir del Paraguay, están interceptadas por dichos fuertes.*

60. *Las provincias de Chiquitos, Moxos y Santa Cruz de la Sierra, son hoy las mas miserables de la América, no obstante que producen todos los preciosos frutos de la América caliente, y sobre todo el cacao mejor del mundo en los bosques silvestres. Porque nada se estrae hoy de allí, sino en cargas, pasando los peores caminos y sierras de América, hasta llegar á Buenos Aires distante mil leguas. Es cosa muy fácil el permitir á los vecinos del Paraguay y de Buenos Aires que con sus embarcaciones lleven los géneros de Europa por el rio Paraguay hasta unas diez leguas del pueblo del corazón de Chiquitos, ó á cualquiera otro punto, á donde puedan ir á tomarlos en carretas para internarlos, trayendo en las mismas el cacao etc. á los barcos. En muy breves años serian ricas y felices dichas provincias por este medio, que cuasi no costaría nada al gobierno, y ganaría mucho.*

Pero es imposible que lo pongamos en práctica mientras los portugueses no abandonen todos los establecimientos que han formado al Occidente del río Paraguay privándonos de su navegación.

61. *En suma: si cedemos en esta disputa, en que tan clara y terminantemente nos favorece el tratado, no se reducirá nuestro mal á que las provincias de los Chiquitos, Moxos y Santa Cruz, permanezcan en la mayor miseria y nulidad para España, sino que en muy breve tiempo se apoderarán de ellas los portugueses y luego harán lo mismo con las de Charcas ó Chuquizaca, Potosí y otras.*

62. *Queriendo prevenir estos males, dispuso el señor Floridablanca, que el gobernador del Paraguay hiciese algunos establecimientos que impidiesen á los portugueses de Coimbra y Albuquerque la internación mas al Occidente. Con esta mira se construyó el fuertecillo por los 21 grados de latitud al Occidente del río Paraguay, que es el único parage que no se inunda en la creciente periódica del río, la cual se introduce por el Chaco de modo, que no puede la provincia del Paraguay, comunicar con la de Chiquitos sino por mar al Norte de Coimbra. Por consiguiente el fuerte de Borbon no puede llenar el objeto ni servir de nada, y debe abandonarse por el artículo XVIII del tratado al mismo tiempo que los portugueses hagan lo mismo con los citados suyos. Debíó haberse dado la comisión al gobernador de Santa Cruz, que era el único que podría hacer los establecimientos que el señor Floridablanca quería, pues aunque el de Chiquitos está mas cerca, sus subditos son indios reducidos, que cuasi son nulos en materia de actividad y vigor.*

La *Quinta Disputa* se refiere a los límites del Paraguay al Noreste, siguiendo el curso del *Alto Paraná*, cuyo marco indubitable lo ubica en el río *Yaguari* o *Yvynhema* o *Monice* (*Ygurey* según el Tratado), por ser éste el que se ajusta a las características señaladas en las instrucciones dadas por ambas coronas y por estar a la altura del río que llaman *Corrientes* (Apa); mientras que la *Sexta Disputa* se refiere al límite septentrional del Paraguay en su divisoria con el Mato Grosso, cuyo marco indubitable es el *Jaurú* (único hito consensuado según se vio). Azara hace hincapié en la violación del tratado por parte de la Corona Portuguesa al fundar *Coimbra* y *Albuquerque* en territorio español según el Tratado. Del trabajo de Azara se sirvieron los más eminentes cartógrafos de la época, tal como se verá en los mapas que en distintas fechas, todas posteriores a *San Ildefonso*, que desde fines del siglo XVIII hasta la segunda mitad del siglo XIX fueron publicados por el mundo científico, y el mismo Affonso D'Escagnolle Taunay, autoridad irrefutable en círculos históricos brasileños en su *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas* en 1922 cita a Azara como una de sus principales

fuentes consultadas.

Siguiendo con los comentarios realizados por Azara en su Sexta Disputa, y analizando los acontecimientos de la época vemos que conforme a las instrucciones del Virrey del Río de la Plata y bajo el mandato del entonces Gobernador del Paraguay Don Joaquín Alós y Brú, entre 1792 y 1794 se construirían los fuertes de *Borbón* sobre la margen occidental del río Paraguay, y de *San Carlos del Apa* sobre el río homónimo, ambos al norte de *Asunción*. Aunque las incursiones de indios era una preocupación frecuente para los pobladores del norte del Paraguay, la erección de los fuertes responde a fuertes motivos geopolíticos de afianzamiento y ejercicio de la soberanía española en la región, que ya había sido violada por la erección de *Coimbra* y *Albuquerque*. En el año 1801 siendo Gobernador del Paraguay Don Lázaro de Rivera, se organizó una expedición con siete buques a vela a la frontera norte, a fin de expulsar a los portugueses que se habían establecido en *Coimbra* dentro del territorio español. Pese a las fuertes tormentas que destruyeron gran parte de la flotilla, durante nueve días se cañoneó el fuerte de *Coimbra* con estériles resultados y sin conseguir desalojarlos. Rivera tuvo que volver a *Asunción* con las manos vacías y sin la tarea realizada.

El mandato del último Gobernador del Paraguay antes de la Independencia Nacional cobra importancia en materia de los límites del Paraguay siguiendo la regla del *uti possidetis juris* de 1810, por la cual las Provincias mantenían los territorios naturales que se hallaban bajo su mandato o jurisdicción inmediatamente antes de la emancipación de los países del Reino Español. En efecto, Don Bernardo de Velasco y Huidobro sucedió a Rivera y le fue agregada la Provincia de Misiones con los 30 Pueblos de indios guaraníes y tapés del *Paraná* y *Uruguay*, lo que implica que al momento de la independencia paraguaya, siendo Velasco gobernador del Paraguay y de las Misiones, era ese el territorio jurisdiccional que le correspondía por derecho y que en el futuro implicaría una disputa con la Confederación Argentina.

LOS ERRORES HISTORIOGRÁFICOS BRASILEÑOS SOBRE LA SUPUESTA ANULACIÓN DEL TRATADO DE SAN ILDEFONSO DE 1777

Muchas son las fuentes que en forma recurrente mencionan la supuesta anulación del Tratado de San Ildefonso por el Tratado de Badajoz de 1801. Hemos advertido este error en historiadores de la talla de Antonio de Vianna de Moniz Bandeira, en su obra “*O Expansionismo Brasileiro*”, y citado

por varios historiadores entre los que destaca Francisco Doratioto en su best seller “*Maldita Guerra*”. En este sentido, la historiografía brasileña se muestra muy confusa, puesto que quienes sostienen esta tesis, la más de las veces se limitan a afirmar que el *Tratado de Badajoz* anuló el *Tratado de San Ildefonso* volviendo la situación a la anterior acordada en el *Tratado de Madrid*.

Desde el punto de vista del Derecho Internacional Público, esta afirmación carece totalmente de sustento jurídico y validez práctica, por varios motivos:

- 1) Como hemos visto, el *Tratado de Madrid* o de *Permuta* de 1750 firmado entre las potencias ibéricas fue anulado por medio del *Tratado de El Pardo* de 1761 por mutuo consentimiento. Este tratado en su artículo segundo decía respecto al de Madrid que: “*todo lo acordado en virtud de ellas, se dan y quedan en fuerza del presente por cancelados, casados y anulados como si nunca hubiesen existido ni hubiesen sido ejecutados; y todas las cosas pertenecientes á los límites de América y Asia se restituyen á los términos de los tratados, pactos y convenciones que habían sido celebrados entre las dos coronas contratantes antes del referido año de 1750*”. Por tanto, recuperó vigencia el *Tratado de Tordesillas*.
- 2) Con la firma del *Tratado de San Ildefonso* de 1777, ratificado ambas coronas en el segundo *Tratado de El Pardo* de 1778, se fijaban los límites en el Paraguay-Río de la Plata en la frontera con las posesiones portuguesas.
- 3) El *Tratado de Badajoz* de 1801 pone fin a la *Guerra de las Naranjas* entre España y Portugal. Declara que habrá paz entre los reinos y exige de Portugal el cierre de todos sus puertos a los navíos de Gran Bretaña entre otras limitaciones. En lo relacionado a posesiones territoriales, la letra del *Tratado* se limita a mencionar en su artículo tercero la devolución por parte de España de las “*plazas y poblaciones de Jurumeña, Arronches, Portalegre, Castelvide, Barbacena, Campo-mayor y Ouguela, con todos sus territorios hasta ahora conquistados por sus armas, ó que llegaren á conquistarse*”, a la vez que retiene la plaza de Olivenza. Todas estas menciones se refieren a poblaciones limítrofes entre España y Portugal en la península ibérica, y no se hace ninguna mención sobre las posesiones ultramarinas, quedando vigente el *Tratado de San Ildefonso*. Esto debido a que el Derecho Internacional impide que un tratado en el que se haya establecido una frontera pueda ser considerado nulo atendiendo a la apelación que haga una de las Partes contratantes de un cambio fundamental operado en

- 4) Aún considerando válida la hipótesis de la anulación de *San Ildefonso* por medio del *Tratado de Badajoz*, los límites no pueden retrotraerse a los establecidos en el *Tratado de Madrid*, desde el momento en que éste fue declarado nulo por el *Tratado de El Pardo*, debiendo en ese caso volverse a lo establecido en *Tordesillas*.
- 5) Por otra parte, lo que la historiografía brasileña desea, la portuguesa reprueba. De hecho, en su reclamo por la plaza de *Olivenza* que Portugal considera una cuestión nacional, los argumentos se basan en la anulación del *Tratado de Badajoz*, conforme a la declaración de nulidad realizada por el *Príncipe Regente* cuando la Corte de Lisboa se trasladó a *Río de Janeiro*. El 1 de mayo de 1808 Su Alteza Real declaraba: “*nullos e de nenhum effeito todos os Tratados que o Imperador dos Francezes o obrigou a assignar, e particularmente os de Badajoz e de Madrid em 1801, e o de neutralidade de 1804, pois que elle os infringiu e nunca os respeitou.*”

- 6) Incluso en último caso, y dando razón a la afirmación de la historiografía brasileña sobre la vigencia del *Tratado de Madrid*, y tal como hemos visto, los artículos referentes a los límites en el *Alto Paraná* y en el *Alto Paraguay* son prácticamente los mismos que los de San Ildefonso, y están determinados literalmente en el texto, por lo que las pretensiones deben ser las mismas, puesto que si bien el *Tratado de Madrid* consagró en su espíritu el *uti possidetis juris*, legitimando las ocupaciones portuguesas hasta el momento de la firma del Tratado, las ponía fin y término con la demarcación de fronteras encomendada a una comisión mixta.

Como puede observarse, se trata de un error multiplicado por miles, y es ésta la primera vez que se enfoca particularmente desde un punto de vista histórico y jurídico, buscando dar luz a este controvertido tema, cuya discusión se generalizó en los libros de historia brasileños como alegato al incumplimiento del *Tratado de San Ildefonso* por parte del Brasil para legitimar la anexión del territorio disputado después de la *Guerra de la Triple Alianza* conforme lo establecido en el *Tratado Secreto*. La advertencia la realizamos a fin de dejar un precedente sobre su detección, a fin de evitar que el error siga multiplicándose indefinidamente hasta fijarse en el subconsciente colectivo, lo que al decir de Joseph Goebbels, ministro de propaganda de Hitler, tornaría la tesis en verdadera: “*Una mentira repetida mil veces se convierte en realidad*”.

EL PARAGUAY INDEPENDIENTE ANTE PORTUGAL

El Paraguay independiente necesitará de la ayuda de Portugal ante la siempre latente posibilidad de invasión por parte de *Buenos Aires*, que no reconoce la independencia del Paraguay. En esta inteligencia, uno de los primeros actos llevados a cabo por el *Triunvirato* recién establecido en Asunción y que aún mantenía en sus filas al Gobernador español Bernardo de Velasco, a escasos veinte días de vida independiente, el referido Velasco, Juan Valeriano Zevallos y el Dr. José Gaspar de Francia remitirán en fecha 7 de junio de 1811 un oficio a Don Gerónimo Joaquim Nunes, Comandante del Fuerte portugués de Coimbra, donde le informa de los últimos acontecimientos, de la intención de alcanzar una resolución pacífica con Buenos Aires, y de la importancia de mantener buenas relaciones con la Corona de Portugal.

Luego de un primer período de acomodamiento, en donde el Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia tuvo participación intermitente, en 1814 primero, y en 1816 después se lo confirma como Dictador Perpetuo de la República del Paraguay. Pese a que su padre, José Engracia García Rodrigues França era un súbdito portugués emigrado muy joven desde el Brasil al Paraguay para trabajar en fábricas de tabaco, es notoria la desconfianza del Dr. Francia hacia los lusitanos. Pero lo que en su momento se pudo tomar como un delirio injustificado, al transcurrir el tiempo quedaría totalmente en evidencia. La visión política de Francia sobre las intenciones portuguesas era la correcta.

El hostigamiento continuo de los indios en el norte del Paraguay, que ocasionaban grandes perjuicios a varias reducciones desde la época colonial en el Itatí, así como poblaciones de españoles y criollos dedicados a la ganadería en la frontera norte con el Mato Grosso eran alentadas por las autoridades portuguesas. El Dr. Francia reclamaba: *“hemos visto que los de Miranda y Coimbra han estado escandalosa y desafortadamente auxiliando con armas y municiones componiendo también las armas descompuestas a los indios bárbaros que hostilizan nuestros establecimientos del norte, comprándoles luego con aguardiente lo robado, de que la mayor parte ha ido a parar a poder de los mismos portugueses, que por este medio han adquirido grandes y numerosas porciones de toda clase de ganados, llegando esto al extremo de que sin embargo de las repetidas quejas y requerimientos que se les han hecho para que dejasen tan indigno reprobado manejo opuesto a toda armonía y buena fe, continuán siempre municionando y pertrechando a esos indios bárbaros, asesinos y ladrones, que no viven sino del corso, para que se animen a nuevos asaltos e incursiones por el interés que puede resultarles y por hostilizar y molestar al Paraguay de este modo indirecto y disimulado, pero ya bien conocido, averiguado y demostrado con hechos positivos”*.



**El Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia,
Dictador Supremo de la República del Paraguay**

El Supremo Dictador también tenía muy claros los límites septentrionales de la República del Paraguay, pero por su política de no intervención y de aislamiento, prefería mantenerse al margen de conflictos con potencias extranjeras. En un oficio remitido a Bernardo Velázquez, Comandante del Fuerte Borbón el 12 de mayo de 1821 manifestaba: *“...este salinar está en nuestra pertenencia así como lo es todo el Chaco hasta el río Jaurú. Esto muy bien lo saben los portugueses porque según el Tratado de límites ajustado entre España y Portugal en el siglo pasado, esto es, en mil setecientos setenta y siete, la divisoria entre ambas naciones desde la caída del río Corrientes, al que nosotros hemos llamado nuevamente río Tacuary es la canal del río Paraguay subiendo agua arriba y atravesando la Laguna de los Jarayes hasta el río Jaurú, que de la banda del Chaco cae en el mismo río Paraguay, por manera que, así el presidio de Coimbra, como los demás establecimientos que tienen los portugueses al lado del Chaco hasta el Jaurú, están conocida y notoriamente en territorio que no es de ellos, sino de nuestra pertenencia. Y así es que a los principios solo se pusieron en Coimbra por permiso que solicitaron y consiguieron para poner allí una mera guardia o vigía interina y provisional, para celar e impedir que los payaguás fuesen a robar y hacer daño a sus poblaciones de Cuyabá, pero los portugueses se fueron allí fortificando y afirmando su establecimiento así como en Albuquerque, por quedarse en esos lugares, como hasta ahora se han quedado.”*

El 7 de septiembre de 1822 se crearía el Imperio del Brasil, independiente al Reino de Portugal y luego de un breve período de acomodamiento, ya en 1824, la flamante Corte Imperial de Río de Janeiro nombró a Antonio Manoel Corrêa da Camara como agente comercial en el Paraguay. Corrêa llegó a Asunción y se ganó la confianza del Dr. Francia prometiéndole el reconocimiento de la independencia por el Brasil, un tratado de límites tomando como base al Tratado de San Ildefonso,

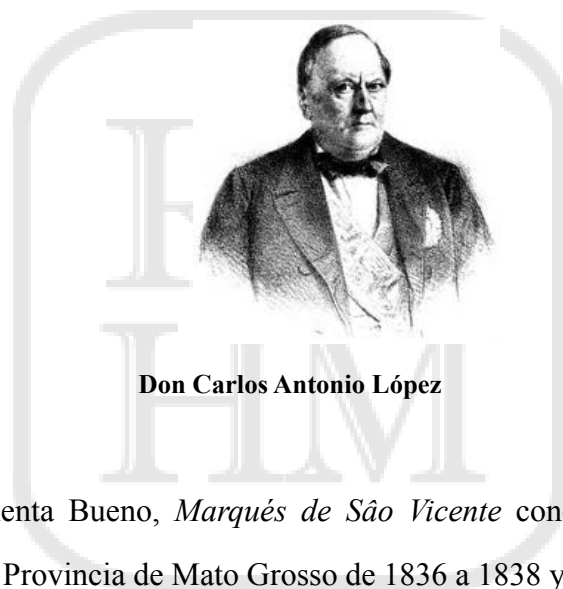
e incluso tramitar indemnizaciones por los ataques indios inspirados por Brasil en el norte. Además se propuso concretar un convenio de provisión de armamentos como signo de buena fe. El fracaso del diplomático brasileño en concretar cualquiera de estas promesas desbarató las posibilidades de relaciones más estrechas entre los gobiernos de *Asunción* y *Río de Janeiro*.

Francia haría nuevas menciones a la cuestión de límites con el Brasil, como en el oficio que remite a José Antonio Sosa, Comandante de *Fuerte Olimpo* (Borbón) el 1 de abril de 1826 ante el pedido de un portugués para ingresar al Paraguay: “...este Gobierno no ha franqueado permiso para que los portugueses puedan internarse a la República por este lado, especialmente estando aún pendientes las reclamaciones y quejas de parte del Paraguay, así sobre límites como sobre los inmensos robos y perjuicios causados por los indios con el auxilio de armas y municiones de los portugueses, que mediante este bárbaro y escandaloso arbitrio se han enriquecido de toda clase de animales que antecedentemente no poseían ni tenían de donde adquirirlas...”; y en octubre de 1828 al mismo Comandante donde endurece aún más su postura en relación a los portugueses y nuevamente habla de límites: “estoy bien desengañado y enteramente convencido de la malignidad, falsedad y mala fe de los portugueses que no tiran sino a entretener, demorar y frustrar mis justísimas reclamaciones sobre los inmensos daños, latrocinios y barbaridades que han hecho y causado auxiliando a los indios para enriquecerse con estos robos, así como sobre la ocupación de tierras que no les pertenecen”.

En 1839, una nueva promesa era realizada al *Supremo*. Augusto Leverger, con el título de Cónsul llegó a Asunción desde Cuyabá y acordó con el dictador un acuerdo de paz y ayuda de armamentos. Durante el resto del gobierno del Dr. Francia no se modificaría la política exterior paraguaya, falleciendo el Supremo Dictador el 20 de septiembre de 1840. A su muerte, una sucesión de golpes de estado se darían hasta el establecimiento del Consulado de Mariano Roque Alonso y Carlos Antonio López, quien a partir de 1844 quedaría sólo éste al frente con el título de Primer Presidente Constitucional de la República del Paraguay, abriendo así una nueva etapa en la vida independiente de la incipiente y próspera nación guaraní.

LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY DURANTE EL GOBIERNO DE DON CARLOS ANTONIO LÓPEZ FRENTE A LAS PRETENSIONES DEL IMPERIO DEL BRASIL.
ESFUERZOS PARAGUAYOS PARA LA FIRMA DE UN TRATADO DE LÍMITES

Desde el ascenso al poder de Don Carlos Antonio López, la vida política, social y económica del Paraguay nunca más fue la misma. Si bien existen serios detractores de su gobierno, nadie puede negar que el gran salto cualitativo que estaba dando el país no podría darse bajo la sombra de la dictadura francista. López reformó y modernizó el Estado, abrió las puertas del comercio a potencias extranjeras y fue reconocido por gran parte de ellas a instancias del Imperio del Brasil, que se apuró en ser uno de los primeros países en reconocer la independencia paraguaya en forma oficial, aunque implícitamente ya lo había hecho según la misma nota del plenipotenciario Antonio José Pimenta Bueno del 14 de septiembre de 1844, el artículo primero del tratado rezaba: “*el Emperador del Brasil, que tiene ya reconocida la independencia de la República del Paraguay...*”



Don Carlos Antonio López

Antonio José Pimenta Bueno, *Marqués de São Vicente* conocía muy bien al Paraguay. Había sido Presidente de la Provincia de Mato Grosso de 1836 a 1838 y ante la inestabilidad política en el Plata desde el ascenso de Juan Manuel de Rosas, sabía que el Paraguay era una magnífica alternativa ante la necesidad del Brasil de contar con aliados estratégicos, además de abrir una línea de comunicación fluvial permanente entre la lejana provincia que presidió y *Río de Janeiro*. Aunque las instrucciones del gabinete de San Cristóbal hablaban sólo de entablar relaciones de amistad y comercio, Pimenta Bueno se extralimitaría en sus mandatos y firmaría un extenso Tratado de treinta y seis artículos con el Paraguay, que incluía la cuestión de límites.

La situación no podía ser mejor para el Paraguay. El Tratado aseguraba una alianza con el Brasil, y establecía condiciones de comercio, navegación de los ríos, medidas de control para mitigar el contrabando, etc., y lo más importante, se fijarían las fronteras tomando como base el *Tratado de San Ildefonso* de 1777. El Brasil todavía gestionaría el reconocimiento de la independencia paraguaya

ante potencias extranjeras. Este Tratado, que de ser ratificado por S.M.I. hubiera dado un giro histórico en las relaciones bilaterales de nuestros países y muy posiblemente hubiera evitado la *Guerra de la Triple Alianza*, no estaba en condiciones de ser refrendado por la diplomacia brasileña tan fácilmente y sería rechazado. Pese a ello, varios de sus artículos se cumplieron como si hubiese estado en plena vigencia.

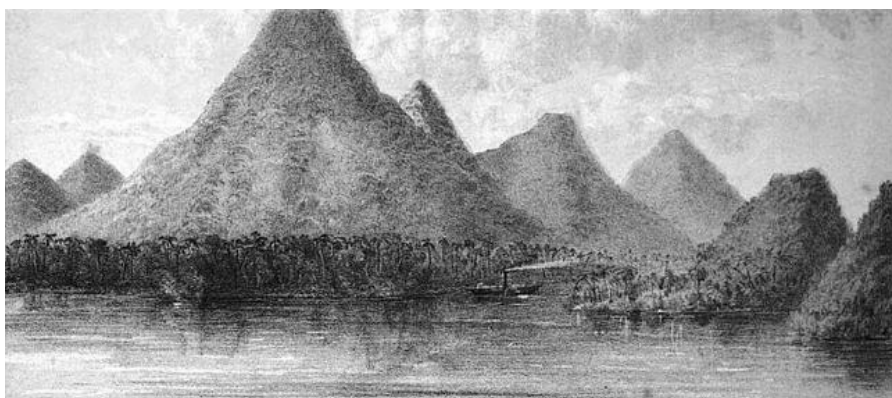
El Doctor Juan Andrés Gelly Martínez, conocido después como “el ciudadano del Plata” por los grandes servicios que prestara tanto en *Buenos Aires* como en *Montevideo*, había retornado a su Paraguay natal luego de pasar gran parte de su vida entre aquellas ciudades. Llegaba la hora en que sus buenos oficios debían servir a su Patria. La capacidad de Gelly para llevar adelante misiones de alto vuelo no estaba en duda, y por ello fue el escogido en 1846 por el Presidente López para representar a la República del Paraguay como Encargado de Negocios ante la Corte Imperial en *Río de Janeiro*. Aunque Gelly organizó la Legación Paraguaya en Río de Janeiro y a través de su gestión se materializaron muchos proyectos de Estado, la misión principal de negociar y finiquitar la cuestión de límites había fracasado, y no por causas imputables a él, puesto que a poco de asumir sus funciones, presentó un proyecto de tratado de límites en enero de 1847 que incluso contemplaba la neutralización de la zona entre los ríos *Apa* y *Blanco*, lo que implicaba una renuncia gigantesca a las pretensiones que por el *Tratado de San Ildefonso* legítimamente correspondían al Paraguay. Una muestra más de la buena fe por arribar a un acuerdo satisfactorio que el Brasil se negaría a aceptar.

Ante este revés diplomático, el Paraguay nombraría nuevo Encargado de Negocios ante la Corte de S.M.I. a Manuel Moreira de Castro en el año 1849, quien correría la misma suerte que Gelly en lo relativo a límites. Pero mientras los paraguayos se ocupaban del terreno diplomático, los brasileños ocupaban el terreno en conflicto, pues en ese interín se verifica la violación del *status quo* por parte del Brasil, siendo que súbditos de S.A.I. ocuparon tierras comprendidas en medio de los ríos *Apa* y *Blanco*, mientras que otros vadearon el *Apa*. Por su parte, tropas brasileñas fundaban un fortín en el lugar conocido como *Pan de Azúcar*. El Ministro de Relaciones Exteriores de Paraguay Don Benito Varela persuado al Encargado de Negocios del Brasil Pedro de Alcántara Bellegarde de la demora en la firma de un acuerdo de límites, a la vez que hace hincapié en la necesidad de desmilitarizar el territorio comprendido entre los ríos *Apa* y *Blanco*.

Bellegarde sostiene que el río Blanco no existe, y ante tal afirmación realizada en total desconocimiento de la geografía por el Encargado de Negocios del Brasil, Varela hace un paréntesis

para referirse al mapa publicado por el almirante Augusto João Manuel Leverger, Barón de Melgaço, quien además de ser un reconocido geógrafo e historiador, conocía como muy pocos el curso integral del río Paraguay. Varela lo utilizaba de referencia en su nota del 27 de julio de 1850 donde decía: *“por lo que toca a la existencia de este río por limítrofe (refiriéndose al río Blanco), basta que sea permanente, más o menos caudaloso, desde que su situación consta en los mapas, confirmados por el de Leverger, que hizo dos viajes de Cuyabá a esta capital y no puede ser sospechoso para el Brasil por el servicio de la Memoria militar sobre el río Paraguay publicada por la prensa de Montevideo en agosto de 1846”*. Leverger, ocuparía poco después el cargo de Presidente del Mato Grosso, y en forma alternada otros tres períodos más.

Pero la situación de Fecho dos Morros se volvía preocupante, y por ello Varela advierte a Bellegarde que de no producirse el retiro de los establecimientos, encontraría allanado el camino para hacerlo por *“las vías de hecho”*. Bellegarde en vano intentó convencer al gobierno de las buenas intenciones del Imperio, e incluso remitió una nota al comandante del Fortín para que abandonase la plaza, pero como el Presidente de Mato Grosso se hallaba en el fuerte, ignoró la orden del diplomático, por lo que cerró el gobierno paraguayo las discusiones. La fuerza de asalto que había hecho una parada en la Villa Real de la Concepción recibió orden de seguir la marcha y dar cumplimiento a la misión. Al llegar se cursó una orden al jefe de la plaza quien replicó *“que se obre lo que juzgare a su alcance”*. Se pasó al bombardeo del fuerte y luego del desembarque y de una hora de lucha, la guarnición brasileña se replegó.



El Pan de Azúcar o Fecho de Morros según dibujo del Cnel. Du Graty

La paciencia paraguaya llegaría a su fin a raíz de las desinteligencias surgidas con el Encargado de Negocios del Brasil, Felipe José Pereira Leal, que según los documentos oficiales,

habría faltado el respeto al Señor Presidente de la República y por ese motivo le fueron entregadas sus credenciales diplomáticas y se desató un nuevo conflicto diplomático con el Brasil.

El problema se inició con la presentación de un proyecto de tratado de comercio y navegación con el Brasil presentado por Pereira Leal a principios de 1853, pero que al no contener convenciones sobre límites, fue rechazado por Benito Varela, con la expresa salvedad que la negativa no alteraba las buenas relaciones entre los países. Los ánimos se caldearon y a principios de marzo, y luego de una protesta presentada por Pereira Leal, Varela contesta el 7 de marzo de 1853:

“...En la nota del abajo firmado del 26 del pasado febrero a que contesta el Señor Encargado de Negocios con la del 2 del corriente, el abajo firmado expresó, a nombre de S.E. el Señor Presidente de la República, sus mejores y más vivos deseos de ajustar y concluir con el Gobierno de S.M.I. un tratado de comercio y navegación sobre bases de recíproca conveniencia y añadió que, aunque por el presente no fuese realizable el ajuste y conclusión de ese tratado, porque para el Gobierno de la República era condición sine qua non la previa designación de límites por el Alto Paraguay, estaba pronto y dispuesto, como siempre, a entrar en ajuste y conclusión de aquel tratado.

Animado siempre, S.E. el Señor Presidente de sus vivos deseos de concertarse con el Gobierno de Su Majestad, un tratado. El Gobierno imperial no ratificó este tratado porque en punto de límites se refería al de San Ildefonso, que el Brasil no gustó de aceptar. Esta fue una ocasión oportuna de que el Gobierno imperial manifestase cuál era la base que quería establecer en punto a límites, y hasta dónde se extendían sus pretensiones, pero no juzgó conveniente franquearse a este respecto con un Gobierno amigo, como el Paraguay.

Insistiendo siempre S.E. en instar por el arreglo de límites, porque de este arreglo dependía en mucho la conservación de las buenas relaciones, hizo pasar a la Corte del Janeiro, en 1846, un Encargado de Negocios incumbido particularmente, entre otros negocios, de proponer y arribar a este arreglo. Conformándose el Ministro paraguayo a sus instrucciones, presentó un proyecto de tratado de límites en que se adoptó el medio que se consideró más adecuado para remover todo motivo de disgusto, y para conciliar los intereses de las partes contratantes.

El Gobierno de S.M.I. recibió el proyecto en enero de 1847; la Legación paraguaya residió en Río de Janeiro hasta mediados de 1849, y nunca pudo obtener una respuesta cualquiera, ni que

el Gobierno de S.M.I. explicase sus deseos e intenciones a este respecto. El Ministro paraguayo, fatigado de esta inercia y de sufrir menosprecios, como los que se le hicieron en el negocio del pasaporte que pidió para el Coronel Bernardino Báez, natural de la República, y en el intentado transporte de armas para la República, se retiró sin recibir una respuesta que pusiese al Gobierno de la República en Estado de juzgar y apreciar los embarazos y obstáculos que había de parte del Gobierno de S.M.I. para el ajuste y arreglo del tratado de límites.

A pesar de todo S.E. el Señor Presidente, llevado siempre del deseo de un arreglo, disimuló tan graves desaires y estableció en Río de Janeiro una nueva Legación en 1852 que no ha sido más feliz que la anterior, y que no ha conseguido saber otra cosa, sino que el Gobierno de S.M.I. repele las bases de neutralizar el terreno entre el Apa y el río Blanco y fijar la Bahía Negra por límite en la parte occidental del río Paraguay entre las posesiones de la República y del Imperio, sin expresar hasta dónde pretende el Brasil extenderse en el río Paraguay abajo.

Después de todos estos hechos, de que debe suponerse instruido el Señor Encargado de Negocios; después de haber declarado repetidas veces S.E. el Señor Presidente, y mucho antes de que llegasen a esta capital el Enviado especial del Gobierno argentino y los Ministros de otras potencias, que el tratado sobre límites debía necesariamente preceder a todo otro tratado, no podía S.E. el Señor Presidente de la República esperar que alguno le hiciese el agravio de considerar excepcional, menos benévolo, si no hostil, la resolución que ha tomado, y le comunicó al Señor Encargado de Negocios en nota del 26 del pasado febrero de no acceder al ajuste y conclusión de un tratado de comercio y navegación con el Brasil, sin que primero se ajustase y concluyese el de límites.

La República del Paraguay, como todo otro Estado, tiene un derecho perfecto a preparar y emplear todo medio legítimo que juzgue conducente, no sólo a garantizar su tranquilidad y seguridad, sino también a prevenir lesiones de otros, y por consiguiente conflictos y discusiones. El Gobierno de la República pide que un tratado de límites preceda al de comercio y navegación, porque considera eso como el único medio eficaz de consultar su seguridad y evitar conflictos, y que por consiguiente no hace más que poner en ejercicio aquel derecho, y sabido es que el que usa de su derecho ni ofende ni agravia a otros y si, como lo anuncia el Señor Encargado de Negocios del Brasil, el uso y ejercicio de tal derecho será considerado excepcional, menos benévolo, si no hostil al Brasil, será el primer juicio sin ejemplo ni precedente en las crónicas diplomáticas. Ajustándose el Gobierno de la República en ese principio tan sabido como justo, es que ha creído que aplazar el tratado

de comercio y navegación que proponía el Señor Encargado de Negocios, hasta que se ajustase y concluyese el de límites, en ninguna manera afecta, ni podrá afectar la antigua amistad y buenas relaciones del Paraguay con el Brasil.

Justicia hace el Señor Encargado de Negocios al supremo Gobierno de la República, cuando asienta y cree que no exigiría que el de S.M.I. sin fundamento y por mera condescendencia trate de un negocio tan grave y de futura trascendencia como el de límites; después de todo lo que ha expresado y hecho en ocho años que han corrido desde que se inició este negocio. Por el mismo principio, el Gobierno de la República no puede creer que el de S.M.I. exija que el del Paraguay se ligue por un tratado de comercio y navegación, desentendiéndose del tan grave de límites, de tanta trascendencia futura”.

Se suspendieron de hecho las relaciones entre El Paraguay y el Imperio, y la delicada situación diplomática obligó al Gobierno Nacional a fortalecer su posición económica y defensiva. En la inteligencia que la una mayor apertura comercial hacia Europa le daría mayor prestigio, y apenas verificada la reelección de Don Carlos, se envió al Viejo Continente una numerosa comitiva encabezada por el general Francisco Solano López, quien llevaba la misión de adquirir maquinarias para promover la industrialización y de contratar técnicos e intelectuales que pudieran impulsar el desarrollo material y cultural de la nación. Se negoció en Inglaterra la construcción de una moderna cañonera bautizada Tacuarí y en Francia fue recibido por el emperador Napoleón III. Se concretó la venida de agricultores europeos para iniciar la colonización de las tierras con la instalación de la Colonia Francesa de *Nueva Burdeos* en la Villa Occidental, que pese a resultar en un fracaso, sería la primera experiencia de inmigración a gran escala realizada por el Gobierno.

A su regreso realizó una parada en *Río de Janeiro*, donde fue informado del conflicto suscitado con el Imperio a consecuencia de la expulsión de Pereira Leal, que derivó en la misión encomendada al Comandante Pedro Ferreira de Oliveira, conocida los anales de la historia paraguaya como “*la Diplomacia de los cañones*”. El almirante Ferreira de Oliveira, al mando de una poderosa escuadra, se dirigió al Río de la Plata para llegar al Paraguay con severas exigencias: una amplia satisfacción por la ofensa inferida a un representante del Imperio, la firma de un tratado de libre navegación, que debería obtener por cualquier medio y si se dieran las condiciones, acordar un tratado de límites atendiendo a las pretensiones imperiales. El almirante, ante la alarma argentina por la presencia de las

unidades de guerra del Brasil, afirmó que su misión era pacífica y no habiendo estado de beligerancia con el Paraguay, no necesitaba la venia de *Buenos Aires* ni del gobierno confederado de Paraná, para remontar el río.

Ni siquiera había pasado mucho tiempo del incidente del *Water Witch* con los Estados Unidos en *Itapirú*, cuando la flota de guerra imperial llegaba a las *Tres Bocas*. Aunque compuesta de veinte naves con más de 120 bocas de fuego, fue advertido por las defensas costeras de Paraguay que solamente sería recibido en misión pacífica y de acuerdo a las normas de estilo, a lo que el almirante Ferreira comunicó al ministro José Falcón que venía revestido de plenipotencias y que estaba dispuesto a dejar su escuadra fuera de las aguas territoriales.

Falcón recomendó a Ferreira que, pese a que todo el apresto bélico de la armada a su cargo constituía una injuria y una humillación a la República, el presidente accedía a recibirlo siempre y cuando se aviniera a arribar en condiciones pacíficas, como correspondía a la misión que decía representar. *“Si por desgracia para ambos Estados, V.E. no quisiese prestarse a este paso conciliatorio, e insiste en remontar el río Paraguay con su fuerza naval, V.E. habrá iniciado las hostilidades a la República....y cargará con la responsabilidad de agresor gratuito y no provocado....”*.

Ferreira accedió a la advertencia y remontó el río Paraguay en el buque de guerra *Amazonas*, en un viaje incidentado y poco feliz debido a que su buque no estaba preparado para tales travesías fluviales, ni contaba con buenos prácticos que conocieran a profundidad la navegación por el río Paraguay. Luego de pasar frente a *Humaitá* sin hacer el saludo de rigor, sufrió una varadura cerca de la boca del *Bermejo*, que le obligó, después de larga espera, a solicitar auxilio al gobierno de Asunción. Pudo llegar al fin a bordo de una nave menor, la *Ipiranga* y presentar sus plenipotencias al señor López. Se habían apagado los aires arrogantes del impetuoso almirante del Imperio.

El almirante Ferreira, realizó su correspondiente reclamación por los agravios inferidos al Imperio por la expulsión de su comisionado Pereira Leal, y exigía que *“para una reparación suficiente y eficaz se concordara un ajuste satisfactorio que pusiera término a esta desagradable ocurrencia”* y para interés y salvaguarda del decoro de S.M. el Emperador, aceptaría una salva de honor de veintiún cañonazos a la bandera imperial, izada en el nave brasileña. La salva se hizo con la solemnidad del caso y fue respondida por igual número de disparos por la artillería del *Ipiranga*.

Solucionado el malentendido diplomático cabía ahora tratar los graves problemas de navegación y límites, y para ello nombró al general Francisco Solano López, plenipotenciario

paraguayo. Ferreira se mantuvo en la doctrina de posesión y la validez del *uti possidetis juris*, pese a que la posesión más avanzada del Brasil era la de *Coimbra*, en el paralelo 19° 54' de latitud sur y que la paraguaya estaba ubicada en *Olimpo*, a 20° 30'; mal podría aceptarse, entonces, la línea del *Apa* que se hallaba mucho más al sur a los 22 ° de latitud. Ferreira replicó que no estaba autorizado a presentar alternativas. El general paraguayo le propuso entonces que “...a pesar de que la cuestión de límites era vital para el Paraguay, de la que dependía la conservación de las buenas relaciones con el Brasil, acordaba aguardar el plazo de un año para arribar a una definición”.

Se firmó un Tratado de Comercio y Navegación en abril de 1855, por el que Paraguay concedía al Brasil el paso franco de sus embarcaciones hacia sus provincias del norte, limitándoles sólo, el tonelaje y el número de vapores así como la cantidad de bocas de fuego de los mismos. Por estos tiempos, el Brasil continuaría la provisión permanente de armamento hacia su provincia de Mato Grosso, lo que de hecho era temido por el Paraguay y que fuera confirmado después durante la primera campaña ofensiva del norte, cuando tomados las posiciones brasileñas se requisó la mayor parte de la pólvora y otros pertrechos que serían utilizados por el Paraguay durante la larga guerra.

La llegada a la capital fluminense de la expedición del almirante Pedro Ferreira causó indignación y duras críticas a la política imperial. La prensa y la opinión pública, cada vez más exacerbadas por la propaganda belicista, no comprendían cómo era posible que un pequeño y pobre país de bárbaros pudiera imponer condiciones desmedidas al poderoso Imperio. Inducido por esto, Dom Pedro II no ratificó los convenios acertados por Ferreira de Oliveira. Aún así, antes de fenecer el plazo estipulado en el acuerdo, Don Carlos envió a *Rio de Janeiro* a uno de sus más experimentados hombres: don José Berges, quien tuvo por interlocutor nada menos que a José María da Silva Paranhos, *Barón de Río Branco*, en representación del Imperio. Conforme a las instrucciones entregadas por el mismo *Don Carlos* a Berges, de fecha 6 de diciembre de 1855, en el punto 9 se sugería que de no llegarse a un acuerdo, se propusiera la mediación de países amigos y aún un juicio arbitral de alguna de ellas. Las negociaciones se dieron lugar en marzo y abril de 1856. Como ninguna de las partes cediera en sus reivindicaciones, se convino un protocolo especial de aplazamiento por seis años. El *statu quo* acordaba otro periodo de neutralización de la zona en litigio. Fue firmado un Tratado de Amistad y Navegación de los ríos Paraná y Paraguay, sin las reglamentaciones y reservas estipuladas en el Tratado de Francisco Solano López y el almirante Ferreira. El 6 de abril de 1856 comenzó a correr el plazo de seis años del arreglo diplomático Berges-Paranhos.



José María da Silva Paranhos, Vizconde de Rio Branco

El historiador Alfredo Boccia Romañach, a quien hemos recurrido en varios pasajes de este trabajo por su excelente obra *Paraguay y Brasil, la crónica de sus conflictos* refiere que el Brasil destacó a sus mejores hombres para mantener en el Plata una representación de altura. Allí estaban en juego grandes intereses económicos que podrían de pronto ser perjudicados con los vaivenes de la inconstante y compleja política platense. En 1857 fue destacado al Río de la Plata el ministro José María da Silva Paranhos, *Barón de Rio Branco*. Estaba en su mira ganarse el favor del general José de Urquiza, caudillo de Entre Ríos, y por ello firmó en la ciudad de Paraná un Tratado de Amistad, Comercio y Navegación con la Confederación Argentina y acto seguido concedió un préstamo de 300.000 patacones. Se presume que Urquiza comprometió a cambio su apoyo a la pretensión brasileña de navegación y límites que el representante imperial pensaba exponer en Asunción, en mesa de negociaciones con los López. Según ese tratado, la Confederación presionaría ante el Paraguay a favor de las propuestas brasileñas. Se declaraba, sin remilgos, que las circunstancias hacían prever la necesidad de una guerra contra el Paraguay.

El acuerdo de Urquiza con Paranhos llegó a conocimiento del gobierno paraguayo, levantando una ola de indignación. Bartolomé Mitre, desvinculado de la Confederación, declaraba en Buenos Aires que “*su partido no estaba dispuesto a acompañar las pretensiones exageradas del Brasil en su política de territorio ajeno...*”

Paranhos llegó a Asunción el 7 de enero de 1858 y don Carlos, aquejado de sus males crónicos de salud, designó a su hijo el general Francisco Solano López como plenipotenciario. Paranhos manifestó que venía dispuesto a liberar el tránsito del Río Paraguay a cualquier costo, señalando que contaba con el apoyo del Uruguay y Urquiza (compadre y amigo de Francisco Solano). Como el país no estaba en condiciones de enfrentar una guerra, se recomendó llegar a un acuerdo sin que se hiriera el honor nacional. El Tratado del 12 de febrero de 1858 no pasó de un acuerdo

fluvial. En julio del año 1858 sería asignado un protocolo adicional donde las partes reconocían, entre otros puntos relativos a la navegación, que el límite entre los dos países en el *Alto Paraguay* es la *Bahía Negra* con todo el Chaco y la banda occidental del río Paraguay, a la vez que acordaban la no necesidad de policar la zona entre los ríos *Apa* y *Blanco*. Este punto cobraría importancia debido a que además del acuerdo Berges-Paranhos de mantener el statu quo de la zona neutral, incluso se proscribía el ejercicio jurisdiccional de policía, que sería una vez más violado por el Brasil con las fundaciones que realizara *a posteriori* de lo acordado con Paranhos. Estas transgresiones al tratado Berges-Paranhos como al protocolo firmado entre Francisco Solano López y el Barón de Río Branco se materializarían con la creación de la *Colonia Militar de Miranda* (1858-1859) y *Colonia Militar de Dourados* (cuyo decreto de emplazamiento se dio el 26 de abril de 1856, veinte días después del acuerdo Berges-Paranhos, aunque su fundación efectiva se daría recién en 1861). Aunque ambos enclaves fueran ordenados por la Presidencia del Mato Grosso, las autoridades locales sólo dieron cumplimiento al mandato imperial.

El 11 de noviembre de 1859 en San José de Flores, se firmó el acuerdo llamado de Unión Nacional, más conocido como *Pacto de San José de Flores* para sellar la paz y unión entre Buenos Aires y la Confederación Argentina. El acuerdo fue posible gracias al arbitraje satisfactorio de Francisco Solano López, quien había sido propuesto por su padre y aceptado por las partes. Por el solemne convenio de amistad, el general López fue reconocido como exitoso procurador, siendo objeto de efusivas demostraciones populares en Paraná y en Buenos Aires. Este hecho demostró que la vía diplomática y del diálogo eran las mejores vías para la resolución de conflictos, que como se verá no formaba parte de los planes de la mayoría en el Congreso en *Río de Janeiro*.

**MUERTE DE DON CARLOS ANTONIO LÓPEZ, ASCENSO AL PODER DE
FRANCISCO SOLANO LÓPEZ. VIENTOS DE GUERRA SOPLAN EN EL PARAGUAY.
OBRAS PUBLICADAS EN EUROPA QUE SOSTIENEN LA TESIS PARAGUAYA**

Aquejado por un mal que hacía tiempo le impedía ejercer plenamente sus funciones normalmente, Don Carlos estaba agonizando. Eran las dos de la madrugada y el Deán de la Catedral padre Teodoro Escobar al tiempo de confesarle le administraba la extremaunción y le aplicaba la indulgencia plenaria *pro artículo mortis*, a lo que Don Carlos respondía: “Yo, Carlos Antonio López

he sido fiel católico apostólico romano, y espero vivir y morir siéndolo". Llegaba entonces el padre Fidel Maíz al costado de lecho del moribundo, y fue él quien escribió las famosas palabras que Don Carlos proféticamente dirigió a Francisco Solano: *"hay muchas cuestiones pendientes de ventilarse, pero no trate de resolverlas con la espada, sino con la pluma, principalmente con el Brasil"*

Pese a las críticas que pudo tener su peculiar manera de ejercer el gobierno, no cabe dudas de los adelantos que Don Carlos realizó en todos los órdenes, y el grado de desarrollo alcanzado. El historiador Justo Pastor Benítez, que fue uno de los que más estudió el período gubernamental y la vida de Don Carlos dice: *"Carlos Antonio López falleció en la residencia presidencial, que fue su obra; sus exequias fueron oficiadas por sacerdotes formados en el Seminario de su fundación; oradores sagrados formados en ese instituto, en su época hicieron su apología; su féretro transportado en brazos del pueblo, fue escoltado por el ejército que él fundó y organizó y era comandado por su hijo, educado por él y no en ninguna otra escuela. El pueblo lo acompañó hasta Trinidad viajando en el ferrocarril, construido por su gobierno; fue sepultado en la iglesia de ese distrito, mandada edificar por su devoción. Todo lo que rodeó su féretro tenía el sello de su mano, el cuño de su pujanza"*.

La situación del país y su promisoría proyección en la época inmediatamente anterior a la muerte de Don Carlos fue dibujada por el Contraalmirante, astrónomo e hidrógrafo francés Ernest Amédée Barthélemy Mouchez, miembro del *Bureau de Longitudes*, miembro de la *Sociedad Geográfica de Francia*, de la *Académie des Sciences* y Director del *Observatoire de París*, en una Memoria publicada en París hacia el año 1860 decía del Paraguay: *"Esta pequeña nación tiene un brillante porvenir, y es la única capaz de civilizar el centro del continente americano y de poblar esos inmensos desiertos demasiado distantes de Río de Janeiro y Buenos Aires, para que la influencia de esos centros de civilización puedan jamás alcanzarlos. Sería pues de buena política por parte de las potencias europeas favorecer con todo su poder el desarrollo de esa civilización naciente en medio de la barbarie, y que en un breve ofrecerá en el centro de la América un mercado importante a la industria y al comercio de Europa"*.

En estas circunstancias, pero con problemas limítrofes a ser resueltos, sobre todo con el Brasil, se hallaba la República del Paraguay que en aquel año de 1862 estrenaba como nuevo Presidente a Francisco Solano López. No hay mucho que decir del gobierno de éste en materia de límites, puesto que a poco de su ascenso se desatarían las tormentas en el Plata que, unidas a los problemas de demarcación, desataron lo inevitable, la *Guerra de la Triple Alianza*.

Esta Guerra, anticipada mucho antes en el Parlamento y en la Corte Imperial del Brasil, venía siendo anunciada desde que en el año 1833 el político Paulino José Soares de Souza sentenciara que: *“Somente a guerra poderia, não desatar, mas evitar esas dificuldades”*. En ese mismo sentido se expresó el expulsado diplomático brasileño Pereira Leal, confirmada en sus memorias a su retiro del Paraguay, al tiempo que varios sectores de la oposición decían que: *“Sería una veleidad pueril querer aterrorizar con un simulacro al Gobierno del Paraguay”*.

En 1854, el diplomático Duarte da Ponte Ribeiro proclamaba: *“depois de haberem chegado ao ponto em que se acham as relações do Imperio com a República do Paraguai, não ha que esperar transação alguma com o Presidente López”* y dos años después defendía: *“nosso emprego da força com ele para alcançar o que pretendemos...”* En 1857, el senador João Antonio de Miranda, representante de la provincia de Mato Grosso: *“Advogou também o uso das armas contra o Paraguai”*. Sin dejar de lado las negociaciones diplomáticas y militares, el gobierno imperial advertía a la opinión publica sobre la inminencia de una guerra. Ese mismo año, el almirante *Marquês de Lisboa* negociaba en Europa la compra de seis naves de guerra y 10.000 rifles, y otros seis barcos estaban siendo reparados en Río de Janeiro.

El diputado por Alagoas Dr. Aureliano Cândido Tavares Bastos, en el año 1861 y con apenas veintidós años de edad, siendo uno de los diputados más jóvenes del Parlamento, pero informado a profundidad de los problemas con el Paraguay, adelantándose a los hechos que se sucederían luego, se pronunció en el Congreso en el sentido de una conciliación honorable con el Paraguay, y cuyo discurso había sido publicado en el *Semanario de la Asunción*, N° 429 decía: *“Habiendo llegado a este punto, es necesario, Sr. Presidente, que me aproxime a la conclusión. Vimos por una parte, que la amabilidad de nuestra diplomacia no consiguió jamás que fuese definido nuestro uti possidetis. Hemos visto por otro lado, que la cuestión se ha complicado siempre, ensanchándose con el tiempo las pretensiones del Paraguay. Y en el estado en que se hallan los negocios, parece que nunca llegaremos a un acuerdo, si cada una de las partes contratantes no se resigna a hacer concesiones. Y sobre este punto reclamo la atención de la cámara. El Paraguay nos ha concedido ya la libre navegación para todos los ríos hasta los puertos que habilitemos en Matto-Grosso. ¿Por qué pues no transigiríamos con la República acerca de la línea divisoria? Esto era a lo que yo deseaba llegar. Entiendo Sr. Presidente, que conviene hacerlo por generosidad, porque nada vale el territorio disputado, porque se resuelve, neutralizándolo, la cuestión del Fecho de los Morros, por ser este el voto del país, porque*

aunque podamos, no debemos empeñarnos en guerras, porque la política brasileña no debe sublevar odio, pero si contraer alianzas firmes en la América del Sud. Una transacción dividiendo por la mitad el territorio disputado aseguraba la amistad de nuestro desconfiado vecino, nos tranquilizaba y redundaba en economía de tiempo y de dinero. Deseo oír el parecer franco del ministro de negocios extranjeros sobre la idea que acabo de emitir. Considere el gobierno que la apertura del Paraguay y del Paraná a todos los pabellones hasta Matto-Grosso, fue un gran paso por parte del presidente López, tanto más cuanto que él hacía esa concesión al país que justamente ha sostenido a ese respecto las opiniones menos liberales. ¿No somos nosotros en el Amazonas más paraguayos que el Paraguay mismo?. ¿No lo hemos sido igualmente hasta hace poco tiempo en el propio río de la Plata?. ¿Y no continuaríamos siéndolo si no hubiese sido el ejemplo generoso dado por los vecinos desde 1852?. La Cámara sabe que el derecho exclusivo de los ribereños ha sido desgraciadamente el dogma de nuestra diplomacia impregnada de todas las preocupaciones europeas, de nuestra diplomacia, cuya misión gloriosa es no inspirar simpatías por el Brasil, sino excitar odios, herir susceptibilidades y avivar celos en nuestro vecinos del Río de la Plata. Ya es tiempo de cambiar de dirección; y para marcar el nuevo rumbo, se nos ofrece una grande oportunidad en la cuestión del Paraguay. Crea la Cámara que todo el debate entre los dos países se reduce en resumen a la posesión del Fecho de los Morros ó Pan de Azúcar, punto estratégico entre el Apa y el río Blanco. El presidente López piensa que fortificado por el Brasil ese puesto, va a ser una amenaza constante sobre las planicies del Paraguay: pues bien, trácese por ahí una línea divisoria, con la cláusula de no poder nunca fortificarse tal posición. De ese modo se haría justicia a la necesidad de defensa, que tanto exagera el Presidente López. Bo vacilo acerca del resultado de una lucha entre el Brasil y el Paraguay. La naturaleza del terreno, la organización de la República, la vía poco fija de sus habitantes, los recursos del interior, hablan de prolongar por mucho tiempo la guerra que desgraciadamente establece entre los dos países: pero la facilidad que tenemos en armarnos, los recursos y el crédito de que disponemos nos había de dar por fin la victoria. En el litoral del Paraguay, la República solo podría ofrecernos embarazos serios en Humaitá y en la Asunción; pero a más de que podríamos forzar el primer paso, tenemos el recurso de las tropas de desembarque, y el de movimientos combinados atacando a un mismo tiempo al enemigo, por el norte bajando de Matto-Grosso, por el este en dirección de San Pablo, y por el sud en el Paraná. Pero, Sr. Presidente, ¿pueden acaso calcularse las exigencias de una guerra semejante? Si el Paraguay tiene en armas 8,000 hombres de ejército permanente, de los cuales 2,000 están en

las fronteras, es dudoso que nosotros podamos agredirlo con menos del doble. Y ¿no tendría la lucha un teatro mayor?. ¿No se sabe que hemos herido en iguales cuestiones de límites y en la navegación del Amazonas y Madeira los intereses de Bolivia?. ¿No se sabe finalmente que la situación nos es hoy desfavorable en todo el Río de la Plata?. Todo aconseja en este momento la transacción que propongo bajo la responsabilidad individual de mi voto. Dije que podríamos hacer la guerra con ventaja, aunque a mucho costo; y las circunstancias actuales del ejército y de la armada no permiten conservar esperanzas lisonjeras de mucha suerte en el principio de la lucha. Y aquí debo tocar en el último artículo de las interpelaciones". El Sr. Tavares Bastos continúa haciendo una enumeración de los buques de guerra que posee el imperio y deplora su mal estado. Le interrumpe el presidente su discurso pero después agrega el diputado: "Perdone V.E.; creo que estoy en la materia que se discute; quiero examinar los medios de que puede disponer el gobierno en el caso de una guerra fluvial. V.E. sabe que en la guerra fluvial nuestro primer embarazo es la fortaleza de Humaitá; esta fortaleza está perfectamente guarnecida de artillería de grueso calibre; colocada en una pequeña elevación en el lugar en que el río hace una gran vuelta, describiendo un codo, expone a los buques que pasasen a ser destruidos recibiendo el fuego por la proa, por el costado y por la popa. No es probable que un buque de madera resista tan fácilmente. ¿Cuál ha sido la solución que se le ha ocurrido al Sr. Ministro de Marina?. La de aplicar los buques de coraza a la guerra fluvial. V.E. ve por lo tanto que estoy perfectamente en la orden del día". El presidente de la cámara vuelve a interrumpir al diputado, reconviniéndole por haberse salido fuera del asunto que ha motivado la interpelación, y el Sr. Tavares responde: "No quiero contrariar a V.E., voy a concluir. Creo haberle demostrado al noble ministro de negocios extranjeros que no estamos preparados para una guerra con el Paraguay, que no es posible apelar a las baterías de coraza, que es preciso formular una transacción que armonice los intereses de todos sin ofender la dignidad de nadie. Pero si el gobierno pretende persistir en una dirección opuesta, no se engañe con las fantasías de nuestro poder marítimo o de nuestra grandeza militar: piense maduramente sobre las tempestades que se levantan amenazadoras en el horizonte. En circunstancias tan graves, el año de 1855 concluía vaticinando que se preparaba una tragedia en los Estados del Río de la Plata, y que los sucesos del Paraguay no eran aislados. La situación no se presenta hoy menos aflictiva y tanto más cuanto más inepta parece la política del actual ministerio, de esos hombres para quienes el fanatismo del partido equivale a la grandeza de las convicciones, para quienes, Señores, la intemperancia de la palabra, el desorden en los actos y la ferocidad en el

ataque suplen la probidad en unos, la misma gravedad externa en otros; ¡y el poder político (puedo decirlo sin mentir a la historia de esos tiempos vergonzosos) y el poder político en casi todos! (Muy bien, muy bien)''.

Debido a la importancia en cuanto a precisión de datos técnicos sobre límites y otras informaciones, pero sobre todo por la contemporaneidad de las publicaciones en un momento inmediatamente anterior a la *Guerra de la Triple Alianza*, citaremos al *Comte de L'Hure* y al Barón Du Graty, cuyas obras tuvieron gran difusión en círculos científicos e intelectuales europeos después del año 1860.

El francés V.L. Baril, Conde de la Hure, de cuya memoria muy pocos recuerdan, salvo la oculta calle que lleva su nombre al lado del aeropuerto de Congonhas en São Paulo, publicó en París en el año 1862 el libro *L'Empire du Brésil, Monographie Complete de L'Empire Sud-Americain*. Esta obra, dedicada a S.M.I. Dom Pedro II contiene datos inéditos de la sociedad, economía, demografía y geografía del Brasil. El libro fue editado en francés y no conoce traducciones a otros idiomas. En lo relacionado a las fronteras terrestres del Brasil con el Paraguay, las Misiones y el Uruguay menciona en sus páginas 71 y 72: *“La frontera se dirige siguiendo una curva S-S-E y S-E; continúa en línea recta del O al E a una distancia de veinte y cinco kilómetros al N de la segunda paralela S, atravesando así un país casi desconocido y habitado solo por las tribus salvajes de los Comomamas. Esta línea recta termina en el río Madeira, y de este punto la frontera remonta el curso de este, pues de sus afluentes el río Mamomré y el río Paraguá, del cual se separa un poco, desde la villa de Príncipe de Beira, para seguir la Serra dos Limites hasta São Joaquim. De São Joaquim a Uberava la frontera describe un arco pasando a las inmediaciones de Marco (Marco del Jaurú?), después costea el lago Xarayes, que le sirve de límites hasta el río Mondego, cuyo curso remonta en seguida. Este río y el YAGUARÍ (tal como Félix de Azara denomina al río, desprendiéndose de la errónea denominación de Ygurey que figura en San Ildefonso), afluente del Paraná, separa el Brasil del Paraguay, al N-E de este último país. Al E del mismo territorio, el Brasil y el Paraguay están limitados hasta el río Curitybá por el Paraná. El Curitybá o Iguazú, afluente del Paraná, separa el imperio del Brasil del país de las Misiones, al N de este. En fin, el río Tacuari, afluente del Curitybá y una línea que sigue el río Uruguay, desde la embocadura del río Pepirí-Guazú hasta la del río Cuarahim, reúne el río Yaguay y forma un medio círculo de un radio de más de ciento cincuenta kilómetros, extendiéndose después hasta la Lagoa dos Patos, frente al Río Grande de San Pedro, formando la frontera oeste y*

sur del Brasil entre ese país, la Banda Oriental y Montevideo”.

A su vez, el Coronel de Artillería belga Albert Louis Hubert Ghislain Marbais du Graty (baron), que aparece en otras obras como Alfredo Dugraty o Barón de Graty fue Secretario de Estado en los Ministerios de Relaciones Exteriores y de Hacienda de la República Argentina, y amigo de Urquiza, por lo que conocía muy bien la región del Río de la Plata. Además, sus conocimientos científicos le hicieron Miembro Corresponsal de la Sociedad Geográfica, de la Sociedad Geológica, y Miembro corresponsal para la clase de las ciencias del Ateneo de las Artes de París, etc. Du Graty fue también Comendador de la Orden de Cristo y Oficial de la Orden Imperial de la Rosa del Brasil; Caballero de la Orden de Leopoldo de Bélgica, del Águila Roja de Prusia, de Carlos III de España, etc. En su libro *“La Republique du Paraguay”* editado en Bruselas y Londres en 1862 y en ese mismo año traducida al castellano por el Encargado de Negocios del Paraguay en París, Don Carlos Calvo. Du Graty, refiriéndose a las fronteras entre el Paraguay y el Brasil decía: *“Esta línea parece que debe ser la que seguiría, desde el río Paraná, el río Yveneima hasta su fuente, tomando después las alturas de las montañas hasta las fuentes del río Blanco, en las montañas de Nabileque (actual Nioac?), y siguiendo en fin este hasta su embocadura en el río Paraguay: esa sería la frontera entre los dos grandes ríos Paraná y Paraguay; en cuanto a la de la parte del Chaco y al oriente del Paraná, no existe ninguna dificultad, pues de una parte se ha convenido en tomar el río Negro, y de otra el mismo río Paraná, hasta el río grande de Curitibá. El río Iveneima, indicado para frontera de la parte del Paraná, no ofrece perjuicio alguno al derecho del Brasil, pues los Portugueses jamás han tenido establecimientos al sur; mientras que los Españoles conquistaron y ocuparon el Guayrá, que alcanzaba a la altura del río Iveneima y allí fundaron la Ciudad Real, sobre la ribera izquierda del Paraná en 1557- Trazando en seguida la línea de frontera, de las fuentes del río Iveneima a las del río Blanco, por las alturas de las montañas del Maracayú o Amambay y de Nabileque, donde están las fuentes del río Blanco y Miranda, que ocupan los Brasileños, queda fuera de la línea, a una gran distancia al norte. El río Blanco, que se tomará en seguida para continuar la línea, no solamente está indicado por la posesión del fuerte Olympo, sino que ofrece aun todas las ventajas deseables como frontera entre los dos países, pues así existiría entre ellos una barrera formada por el desierto, que se extendería hasta el río Apa. Trazada así la frontera, lejos de tomar territorios que poseían los Portugueses en la época de la dominación española, le adjudica definitivamente algunos de los que estos ocuparon, aprovechándose de las dificultades con que luchaban los conquistadores españoles y*

de las devastaciones de los Mbayas y Tupíes, que los mismos Portugueses estimulaban. Así, los campos de Jerez, donde fue fundada Miranda en reemplazo de Santiago de Jerez, las Misiones de la ribera izquierda del río Uruguay, el antiguo fuerte de Santa Tecla, territorios españoles que los Portugueses ocuparon por violencia, tratando de llegar hasta el río Igatimí, de donde fueron rechazados en 1772 por Agustín de Pinedo, gobernador del Paraguay, serían definitivamente adjudicados al Brasil por parte que corresponde al Paraguay, así como los territorios de la ribera derecha del río Paraguay al norte del río Negro, que por el tratado de 1777 pertenecería hasta el Jaurú al Paraguay, que ha heredado los derechos de la España a este respecto”.

LA DIVISIÓN DEL TERRITORIO PARAGUAYO SEGÚN EL TRATADO

SECRETO

De los veinticuatro capítulos que componen el tratado contra el Paraguay, Boccia destaca algunos de sus puntos muy sugestivos. Por el “Tratado de Alianza contra el Paraguay”, firmado en Buenos Aires el 1º de mayo de 1865 los aliados acuerdan:

El artículo VI dice: *“Los aliados se comprometen solemnemente, a no deponer las armas sino de común acuerdo, y hasta que no hayan derrocado la autoridad del actual Gobierno del Paraguay, y a no negociar con el enemigo común separadamente, ni firmar tratado de paz, tregua, armisticio, ni convención alguna para poner fin o suspender la guerra, sino de perfecto acuerdo de todos”.*

El artículo VII: *“Los aliados se obligan a respetar la independencia, soberanía e integridad territorial de la República del Paraguay, en consecuencia, el pueblo podrá ejercer su Gobierno y darse las instituciones que quiera, no pudiendo incorporarse ni pedir el protectorado de ninguno de los aliados, como consecuencia de esta guerra”.*

Finalmente el capítulo XVI descubre las intenciones tantas veces anunciadas de que sólo la guerra haría declinar a Paraguay en la empeñada defensa de su territorio. Dice así:

“Para evitar las discusiones y guerras que traen consigo las cuestiones de límites, queda establecido que los aliados exigirán del Gobierno del Paraguay que celebre con los respectivos Gobiernos, tratados definitivos de límites sobre las bases siguientes:

La República Argentina será dividida de la República del Paraguay, por los ríos Paraná y

Paraguay hasta encontrar los límites con el Imperio del Brasil, siendo éstos por la margen del río Paraguay y la Bahía Negra.

El Imperio del Brasil se dividirá de la República del Paraguay: Del lado del Paraná, por el primer río debajo del Salto de las Siete Caídas, que según la reciente carta de Mouchez, es el Igurey, y desde la embocadura del Igurey, y por él arriba hasta encontrar sus nacientes. Del lado de la margen izquierda del Paraguay, por el río Apa, desde su embocadura hasta sus nacientes. En el interior de las cumbres de las sierras del Mbaracayú, siendo las vertientes del Este del Brasil y las del Oeste del Paraguay, y tirándose de la misma sierra líneas las más derechas, en dirección a las nacientes del Apa y del Igurey”.

En la parte final del artículo XVIII expresa: “Este tratado se mantendrá secreto, hasta que se consiga el fin principal de la alianza”.

Seguidamente por el Protocolo suplementario, los señores aliados acuerdan: “Que en consecuencia del Tratado... se harán demoler las fortificaciones de Humaitá, y en adelante no se permitiría que se levantasen otras de igual naturaleza...”

Que siendo una de las medidas necesarias para garantizar la paz con el Gobierno que se establezca en el Paraguay, no dejar armas ni elementos de guerra, las que se encontraren serán divididas por partes iguales entre los aliados.

Que los trofeos y botín que fueron tomados al enemigo se dividirán entre los aliados que hayan hecho la captura”.

El Imperio del Brasil, gran vencedor impondría *manu militari* la línea pretendida del Apa y reconocería a su entera voluntad al discutido río *Igurey* mencionado en el Tratado de 1777.

LA FIRMA DEL TRATADO DE LÍMITES LOIZAGA – COTEGIPE ENTRE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY y EL IMPERIO DEL BRASIL

Ahora quien se apuraba por resolver las cuestiones de límites era el Brasil. Luego del fracaso de las conferencias llevadas a cabo en *Buenos Aires* en 1871 y 1872, evitando que el Paraguay recuperase su soberanía, Brasil decidió apartarse del Tratado de la Alianza para negociar directamente con el Paraguay sin la participación de la Argentina. Esta última, indignada con tal decisión protestó,

condenó y conspiró contra la perfidia brasileña, más no se animó a declarar la guerra. La política paraguaya en ese entonces era profundamente influenciada por las facciones extranjeras, y se sentía seducida por la afinidad cultural que tenía con Río de la Plata, la cual era avasallada por el feroz ejército brasileño de ocupación.

Después que la conferencia de *Asunción* resultó en un nuevo fracaso, Paranhos, *Vizconde de Rio Branco* pero por entonces conocido como “o *Virrey do Paraguai*”, buscó el apoyo del *Consejo de Estado* para negociar por separado. Manuel Francisco Correia, ministro Brasileño de Relaciones, planteó ante el Consejo la posibilidad de que el Brasil trate con el Paraguay directamente. El Consejo consideró que cada aliado tenía el derecho de negociar independientemente en caso de desacuerdo. Correia autorizó a Juan Mauricio Wanderley, barón de Cotegipe, un político sumamente hábil, a proseguir las negociaciones. Mientras tanto, acusó al catedrático y plenipotenciario argentino Manuel Quintana, enemigo de la alianza, del fracaso de la conferencia de *Asunción*, sosteniendo que los protocolos firmados en *Buenos Aires* en 1870-1871 sentaban las bases para la paz y Quintana no tenía derecho a cuestionar lo ya resuelto.

Cotegipe dirigía desde la Legación del Brasil la política internacional del Paraguay. El ministro brasileño prosiguió afirmando que la conducta de Quintana obligaba al Brasil a negociar los tratados definitivos con el Paraguay, sin la participación de la aliada Argentina; Quintana, con los ánimos reducidos por no obtener el Chaco para su país, intentó aplazar las negociaciones paraguayo-brasileñas cuando al ausentarse del país, dijo que retornaría en breve. Era evidente que la diplomacia brasileña se empeñaba en evitar la reconstrucción del *Virreinato del Río de la Plata* mediante la unión de las naciones de la región.

Cualquier tratado de límites como el que ya pretendía el Brasil para delinear sus propias fronteras, violaba expresamente el artículo VI del *Tratado de la Triple Alianza*, que exigía perfecto acuerdo entre todos, sin embargo, inmediatamente luego de la partida de Quintana, el 15 y 16 de diciembre de 1871, el Ministro de Relaciones Exteriores del Paraguay Domingo Antonio Ortiz envió una serie de notas a Cotegipe, donde se lamentaba de que las negociaciones se dilataban porque los aliados no podían ponerse de acuerdo, y que esto aumentaba el desconcierto que pesaba sobre el futuro del Paraguay. Cotegipe a su vez contestó que estaba dispuesto a comenzar las negociaciones en cuanto el presidente Salvador Silvestre Jovellanos Guanes, sometido a la voluntad imperial, nombrase a un plenipotenciario. Estas notas de Ortiz probablemente fueron redactadas con la amable

asistencia de Cotegipe. Recién el 5 de enero de 1872, Jovellanos encomendó a su nuevo ministro de Relaciones, José Falcón, quien había sido funcionario de los gobiernos de Carlos Antonio y Francisco Solano López, y a Carlos Loizaga la tarea de negociadores. Al exigir Falcón, gran conocedor de los derechos paraguayos sobre el territorio disputado, que cada parte presente las pruebas del territorio en cuestión, Cotegipe decidió que no podía lidiar con el anciano conocedor de los títulos que delimitaban el territorio con el Brasil (documentos que habían sido desaparecidos cuidadosamente por Paranhos, luego del saqueo al Archivo Nacional que siguió a la Batalla de Piribebuy y que se encuentran catalogados como *Coleção Rio Branco*). Falcón creía en la promesa de la libre discusión de los títulos e invitó a Cotegipe a exponer los de su país. Jovellanos accedió al pedido del barón de remover a Falcón, y luego de la renuncia de éste, inmediatamente nombró al anciano Loizaga plenipotenciario único, con quien a Cotegipe le resultaba más fácil negociar.

Ricardo Scavone Yegros, en la introducción que hace a los Estudios de José Falcón sobre los límites del Paraguay menciona que el mismo expresaba que, como estaba “*a la vista de todo el mundo*”, “*no han existido poblaciones antes de la reciente guerra, que (pudiesen) dar derecho al Brasil, como señal de posesión*” sobre el territorio controvertido. Agregó que el Imperio “*había tentado muchas veces crearse un derecho que no tiene, con las poblaciones clandestinas en las tierras disputadas, y de donde fueron lanzados cuantas veces lo han hecho*”. Al concluir, expuso lo siguiente: “*Hoy con motivo de la guerra y del triunfo que alcanzaron sus armas sobre nuestra desgraciada patria, habrán puesto ya [los brasileños] sus establecimientos, para venir a imponernos en el tratado definitivo que se espera, la obligación de reconocerles como propios del Brasil, toda la derecha del Apa, y aun en las presentes circunstancias en que se encuentra el Paraguay, podrán pretender hasta el corazón de la República, para que de este modo queden perfectamente cumplidas las escandalosas estipulaciones del tratado secreto de 1º de mayo de 1865...*” “*...Si desisten los aliados de las inicuas estipulaciones de dicho tratado secreto, ¡bienvenidos sean! que les esperamos con un abrazo fraternal; pero si obstinados pretenden llevarlas a la letra, prevalidos de nuestra situación: en hora buena, repártanse de nuestros despojos; pero no encontrarán un solo paraguayo que quiera poner su firma ignominiosamente, para darles el colorido de legalidad a sus actos*”.

Lamentablemente, hubieron paraguayos que se prestaron al despojo y firmaron y ratificaron el Tratado, pero el viejo Falcón dejó su impronta en la Historia del Paraguay en su misma nota de renuncia, la cual devino en fecha 9 de enero de 1872: “*No pudiendo avenirme con esta declaración, que*

es el cumplimiento de lo estipulado en ese tratado secreto para la conquista del Paraguay (...) y por consiguiente, considerando que firmando un tratado con tales condiciones, atraería sobre mi nombre la maldición eterna de nuestra posteridad; (...) no concordando con mi colega el señor Loizaga, me veo en la penosa pero indeclinable necesidad de pedir a usted (el vicepresidente Jovellanos) se sirva exonerarme de los plenos poderes que me ha confiado, así como de la cartera del Ministerio a mi cargo, porque como miembro del Gobierno tampoco podré firmar en contra de mi convicción cuando llegasen a realizarse dichos tratados en los términos propuestos”.

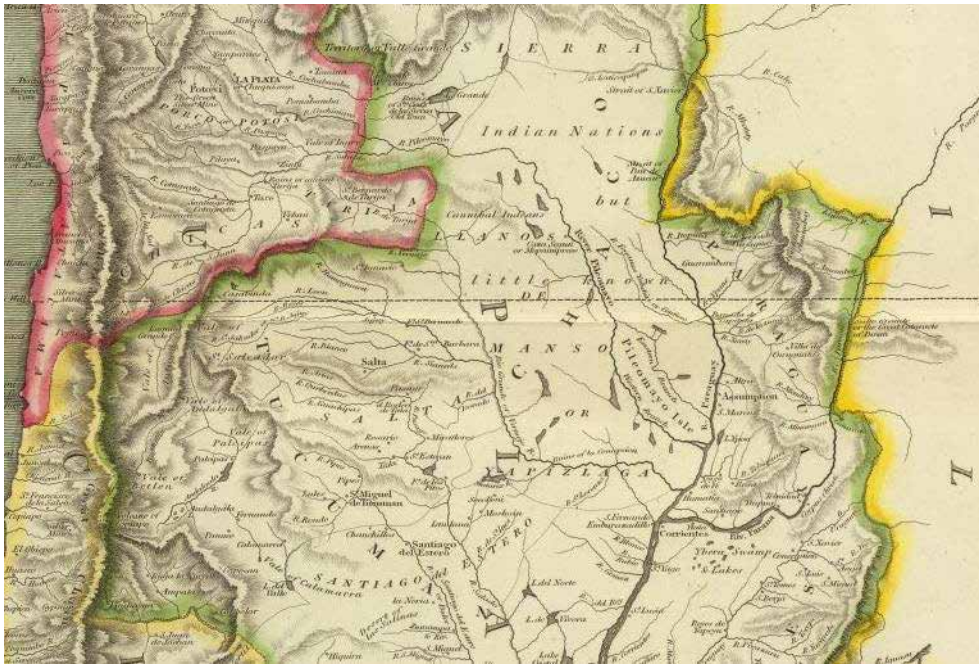
Cotegipe, veterano de luchas provinciales y nacionales, hábilmente consiguió que luego de un breve intercambio de notas, Brasil se quede con tres mil trescientos veinticuatro leguas cuadradas o sesenta y dos mil trescientos veinticinco kilómetros cuadrados del territorio situado entre las cordilleras de Amambay y Mbaracayú y al norte del río Apa. Los tres tratados firmados en 1872 fueron el acuerdo general de paz y límites (09 de enero); el de extradición (16 de enero); y el de amistad, comercio y navegación (18 de enero). Juan Bautista Gill, presidente del Senado, junto con Brizuela, urdieron la trama para rápidamente arrancar y entregar al Brasil tanto suelo paraguayo aún cubierto con la sangre y los sueños de tantos soldados y ciudadanos de bien. Gill, quien según sus contemporáneos dominaba a la mayoría de los legisladores por medio de la persuasión o amenaza, reunió en su casa a los miembros del Congreso, ignorantes de que Cotegipe estaba agazapado en una habitación contigua, siguiendo cada momento de la reunión, quien apareció en el momento justo para, con una sonrisa, garantizar que su nación se opondría a cualquier reclamo de tierra de parte de la vecina Argentina. Los tres tratados fueron ratificados casi sin ninguna objeción el 6 de febrero del mismo año por el Paraguay, y el 26 de marzo de 1872 por Su Alteza Imperial la Princesa Regente Isabel del Brasil.

A cambio de que Brasil no obligue al Paraguay a pagar una compensación de guerra que podría superar los \$300.000.000 pesos oro, según el ministro americano John L. Stevens, la Argentina pagaba el precio de haberse unido al Brasil para destruir al Paraguay. También mencionaba la urgencia de que las repúblicas del Río de la Plata se unan para “poder formar un frente compacto contra la torpe y engolada civilización del Imperio”, unión que era uno de los fantasmas de las relaciones exteriores brasileñas. Fue así como el Paraguay accedió a no ceder el Gran Chaco a la Argentina, cuya cuestión quedó primeramente bajo arbitraje internacional del Presidente de los Estados Unidos de América Rutherford Birchard Hayes en su laudo arbitral entre el Paraguay y la Argentina y después a prueba

de guerra durante la defensa nacional en la nuevamente sangrienta Guerra del Chaco que tuvo que enfrentar a un todavía débil Paraguay contra Bolivia entre los años 1932-1935.

MAPAS DE LA ÉPOCA

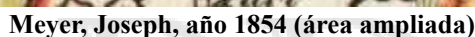
Son muchos los mapas publicados en la época. Pese a que desde el punto de vista jurídico del Derecho Internacional, como hemos sostenido, las convenciones vigentes a la época del estallido de la Guerra de la Triple Alianza fueran las de San Ildefonso de 1777, aún tomando como base el *uti possidetis juris*, puede observarse que el avance brasileño jamás se dio sobre los territorios pretendidos por el Paraguay, y cuando ellos se dieron, se realizaron los actos de soberanía correspondientes con la expulsión de los invasores. John Thompson editó un mapa donde aún aparecían unidas las provincias del Virreinato del Río de la Plata, en 1816 pero que marcan los límites de la frontera del Paraguay con las posesiones portuguesas. John Arrowsmith editó en 1832 y 1834 con marcadas diferencias sobre el territorio en disputa en escasos dos años entre una edición y otra. Interesantes mapas pueden encontrarse en la Colección de David Rumsey (San Francisco, CA) y en su sitio web sobre MALTEBRUN, Conrad, de 1837 (reproducido en este trabajo); los de LOWRY, JW y GREENLEAF, Jeremiah, ambos de 1848; MEYER, Joseph, de 1854 y JOHNSON, AJ, de 1860, ambos también reproducidos. Puede advertirse variaciones en la línea de demarcación considerada por los autores, por ejemplo el famoso mapa conocido como COLTON, GW, publicado sucesivamente en los años 1856 (antes de la Guerra), 1865 (durante la Guerra) y 1869 (después de la Guerra), confirman cambios en la frontera Este, considerando al río Ygatimí, al Yvynhema y al Ygatimí, respectivamente; mientras que al Norte toma primero una línea recta desde el Pan de Azúcar o Fecho dos Morros, al río Apa, y de nuevo al Pan de Azúcar, respectivamente. Ninguna de las versiones reflejaría la finalmente acordada en el Tratado Loizaga-Cotegipe.



Tompson, John, 1816 (área ampliada)



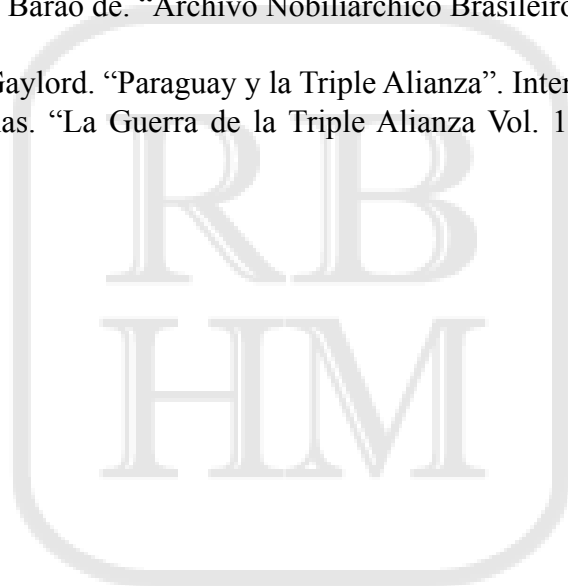
Malte-Brun, Conrad, año 1837 (área ampliada)



- ABREU, Manoel Cardoso de. “Divertimento Admirável”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 1902.
- AGUIRRE, Juan Francisco. “Discurso Histórico sobre el Paraguay”. Union Académique Internationale y Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 2003.

- ALBI DE LA CUESTA, Julio. “La defensa de las Indias (1764-1799). Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1987.
- AUDIBERT, Alejandro. “Los límites de la Antigua Provincia del Paraguay”. Ed. La Economía de Iustoni Hermanos y Compañía, Buenos Aires, 1892.
- AZARA, Félix de. “Memorias sobre el Estado Rural del Río de la Plata en 1801”. Imprenta de Sánchez, Madrid, 1847.
- BARIL, V.L. Comte de la Hure. “L’Empire du Brésil”. Ferdinand Sartorius, Libraire Editeur, París, 1862.
- BENÍTEZ, Justo Pastor. “Carlos Antonio López”. Ed. Ayacucho, Buenos Aires, 1949.
- BOCCIA ROMANACH, Alfredo. “Paraguay y Brasil: Crónicas de sus conflictos”. Editorial El Lector, Asunción, 2000.
- BOX, Pelhan Horton. “Los orígenes de la Guerra del Paraguay”. Editorial La Colmena S.A., Asunción, 1936.
- BRASIL, María do Carmo. “Brasil e Portugal no período pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso”. IV Congresso Internacional de Estudos Iberoamericanos, Porto Alegre, 2000.
- CALDERÓN QUIJANO, José Antonio. “Historia de las fortificaciones españolas en América y Filipinas, Mapfre, Madrid, 1997.
- CÁRCANO, Miguel Ángel. “*La política internacional en la historia argentina*”, Buenos Aires, EUDEBA, 1972.
- CHAVES, Julio César. “El Presidente López. Vida y Obra de Don Carlos”. Depalma, Buenos Aires, 1968.
- DAVIS, Arthur H. “Martin T. Mc Mahon, Diplomático en el estridor de las armas”. Ed. Litocolor, Asunción, 1985.
- DE LEÓN, Gonzalo Fernández. “Diccionario de Derecho Romano”. Editorial S.E.A., Buenos Aires, 1962.
- DORATIOTO, Francisco. “Maldita Guerra” 1ra. Edición. Emecé, Buenos Aires, 2004.
- DU GRATY, Alfred Louis Hubert Ghislain Marbais (Barón). “La República del Paraguay”. Imprenta de José Jacquin, Bensaçon, 1862.
- FALCÓN, José. “Escritos Históricos”. Editorial Servilibro, Asunción, 2006.
- FRANCIA Vol. I: 1762-1816. Editorial Tiempo de Historia, Asunción, 2009.
- FRANCIA Vol. II: 1816-1830. Editorial Tiempo de Historia, Asunción, 2009.
- FRANCIA Vol. III: 1830-1840. Editorial Tiempo de Historia, Asunción, 2009.
- GARCÍA ARIAS, L. “Historia del principio de la libertad de los mares”. Santiago de Compostela, 1946.
- GUZMÁN, Ruy Díaz. “Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Río de la Plata”. Editorial Comuneros, Asunción, 1980.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. “O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata”. Philobiblion, Río de Janeiro, 1985.
- MARIÑO, P y MORÁN, M. “Tratados Internacionales de España. Carlos V: I – España – Portugal”. Instituto Francisco de Vitoria, Consejo Superior de Investigaciones Históricas, Madrid, 1978.
- MOLINARI, Diego Luis. “*Descubrimiento y conquista de América*”, Buenos Aires, EUDEBA, 1964.
- MOUCHEZ, Ernest. “Carte de la République du Paraguay”. París, 1862.
- NOCETTI, Óscar y MIR, Lucio B. “La disputa por la tierra: Tucumán, Río de la Plata y Chile 1531-1822”. Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1997.

- PÉREZ ACOSTA, Juan Francisco. “Carlos Antonio López: obrero máximo”. Ed. Guaranía, Buenos Aires, 1948.
- PRIETO, Justo. “Paraguay, la Provincia Gigante de Indias”. Archivo del Liberalismo, Asunción, 1988.
- RAMOS, Antonio. “La Independencia del Paraguay y el Brasil”. Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Río de Janeiro, 1976.
- RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido y ALCÁZAR, Eduardo. “Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864”. Editorial Tiempo de Historia, Asunción, 2007.
- S.P.M. Estácio da Veiga. “Gibraltar e Olivença: apontamentos para a história da usurpação destas duas praças”. Mario Relvas, Lisboa, 1967.
- TAQUES, Pedro de Almeida Paes Leme. “História da Capitania de São Vicente”. Edições do Senado Federal, Vol. 25. Brasília, 2004.
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. “História Geral das bandeiras paulistas”. Edições Melhoramento. Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura. São Paulo, 1975.
- Tratado de Madrid, 13/01/1750. Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836.
- Tratado de San Ildefonso, 01/10/1777. Imprenta del Estado, Buenos Aires, 1836.
- VASCONCELLOS, Barão de. “Archivo Nobiliárchico Brasileiro”. Imprimiére La Concorde, Lausana, 1918.
- WARREN, Harris Gaylord. “Paraguay y la Triple Alianza”. Intercontinental Editora, 2009.
- WHIGHAM, Thomas. “La Guerra de la Triple Alianza Vol. 1”. Editorial Santillana S.A., Asunción, 2010.



Livro em Destaque



Este livro é um trabalho abrangente e ambicioso de história militar e cultural, onde o autor argumenta de maneira convincente que tudo pode ser explicado pelo jeito ocidental de matar. O objetivo desta obra não é discutir a moralidade ocidental, mas sim o seu poder militar.

O autor recria, de forma a nos transportar ao passado, nove confrontos importantes entre exércitos ocidentais e não-ocidentais, objetivando explicar as razões para a hegemonia ocidental, para a dominação global do Ocidente. Segundo ele, a ascensão do Ocidente é um resultado lógico do seu dinamismo expressado em seu modo de guerrear.

Hanson enumera as características dos exércitos bem-sucedidos – que incluem iniciativa individual, melhor organização, maior disciplina, acesso a armas exclusivas e, ainda, adaptação e flexibilidade tática. E nos mostra de que maneira estas características se desenvolvem e florescem como resultado de instituições tão tipicamente ocidentais quanto o governo consensual, a liberdade de investigação e a iniciativa inovadora, o racionalismo e o valor dado à liberdade e ao individualismo. Estes são os segredos ocidentais para a imposição de ideais sociais, econômicos e políticos às civilizações oponentes.

O autor não tem, com este livro, a pretensão de explicar a natureza e evolução geral da civilização ocidental como um todo, apesar de discutir questões mais amplas sobre governo, religião e economia. Seu objetivo principal é simplesmente explicar o poder militar ocidental.

Esta obra não foi escrita para especialistas acadêmicos, mas sim para o leitor geral, podendo este ser especialista ou não, e tem o intuito de oferecer uma síntese da sociedade ocidental em guerra ao longo de 2500 anos de história, concentrada em tendências gerais, e não em um trabalho original de pesquisa primária dentro de um período histórico definido.

Esta belíssima obra, tem o poder de aguçar a curiosidade de qualquer indivíduo, seja ele amante ou não do tema abordado, pois estas táticas para alcançar a vitória servem-nos como modelo para utilizarmos no dia-a-dia, com o intuito de nos tornarmos vencedores das batalhas da vida.

Sobre o autor:

Victor Davis Hanson é historiador militar e professor de clássicos na Universidade Estadual da Califórnia, em Fresno. Escreveu vários livros populares sobre a guerra clássica, entre os quais “The Other Greeks”, “The Western Way of War”, “The Soul of Battle” e “An Autumn of War”. Vive em Selma, na Califórnia.





Le Boche crève
un coup dans
l'Aisne

Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.